





Fecomércio - 29/06/2020

Índice

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Busão Solidário do Seturn/NatalCard minimiza a fome de 15.200 vulneráveis de Natal 10
Notícias - 26/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Pandemia leva empresários à falência no RN 12
Notícias - 27/06/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Saiba como devolver auxílio emergencial recebido indevidamente 16
Notícias - 24/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Pedidos de seguro-desemprego sobem 35% na primeira quinzena de junho 19
Notícias - 26/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Em uma semana, 1 milhão volta a trabalhar com fim de afastamento, diz Pnad 21
Notícias - 27/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Novas regras dificultam realização de concursos públicos 23
Notícias - 26/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Novas regras dificultam a realização de concursos para conter expansão da folha salarial 25
Notícias - 26/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo estuda prorrogar antecipações relativas ao auxílio-doença 27
Notícias - 26/06/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Crédito a microempresas poderá ter perdão parcial, diz Guedes 28

Notícia - 26/06/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro diz que auxílio deve ter novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 30

Notícias - 26/06/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Calendário da 3ª parcela do auxílio emergencial 31

Notícias - 26/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Saque-aniversário já pode ser usado como garantia em empréstimos 33

Notícias - 26/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Decisões sobre Queiroz podem ficar com Noronha durante recesso do STJ 35

Notícias - 26/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas 38

Noticias - 26/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas 40

Notícias - 26/06/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro: auxílio deve ter novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 41

Notícias - 26/06/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas; Moeda norte-americana subiu pela terceira sessão seguida 42

Noticias - 26/06/2020

Blog Pauta Aberta | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

ACSP: Impostômetro atinge R\$ 1 trilhão neste sábado; COVID-19 faz arrecadação cair 26%

Notícias - 26/06/2020

44

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Novo rumo

Noticias - 27/06/2020

45

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Deborah Rossoni, da Apex-Brasil: "Objetivo é qualificar 150 empresas"

Noticias - 28/06/2020

48

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Contas públicas x renda

Noticias - 28/06/2020

52

Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Acesso a crédito para os pequenos negócios é tema de live com especialistas do Sebrae

Noticias - 26/06/2020

55

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

CNI acredita que lei da terceirização ampliará geração de empregos

Noticias - 28/06/2020

56

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

De bico

Noticias - 28/06/2020

59

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Renda menor

Noticias - 27/06/2020

62

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Confiança do Comércio sobe 17 pontos em junho, diz FGV

Noticias - 27/06/2020

65

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Após sanção do marco legal, haverá regulação Notícias - 27/06/2020	66
Blog da Gláucia Lima Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Senadores defendem prorrogar auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro Notícias - 26/06/2020	68
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Consultoria vai fazer regulação do saneamento Notícias - 27/06/2020	71
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Confiança de consumidor e empresa tem queda mais forte e recuperação mais lenta no Brasil Notícias - 27/06/2020	73
Portal N10 Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Auxílio emergencial: Senadores defendem prorrogar benefício até dezembro Notícias - 26/06/2020	76
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Reforma tributária: a PEC 45/2019 e os novos impostos Notícias - 28/06/2020	79
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Maria Luísa Fontes: Se governo voltar a adiar, retomada vai ser desordenada Notícias - 28/06/2020	82
Tribuna do Norte - Blogs Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Fábrica da Hyundai em Piracicaba (SP) anuncia retorno de dois turnos de trabalho Notícias - 27/06/2020	87
Versátil News Rio Grande do Norte	

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Prefeitura paga salários de junho a servidores e adianta 30% do 13º a professores da ativa 89
Notícias - 25/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Projetos que reduzem receita do governo surgem mesmo em meio à pandemia 90
Notícias - 27/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sem jogos, atletas apelam a bicos para poder sobreviver 94
Notícias - 28/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo Federal estuda medidas para 'suavizar' preço dos combustíveis 97
Notícias - 27/06/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo Federal estuda medidas para 'suavizar' preço dos combustíveis 99
Notícias - 27/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início do ano 100
Notícias - 27/06/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início do ano 102
Notícias - 27/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Sem jogos, atletas do futebol potiguar apelam a bicos para poder sobreviver 104
Notícias - 28/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Substituto do Bolsa Família e outros programas sociais, Renda Brasil será de até R\$ 300 e chegará a 31 milhões de brasileiros 107
Notícias - 28/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Sem jogos, atletas do futebol do RN apelam a bicos durante pandemia 109
Notícias - 28/06/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Renda Brasil vai substituir o Bolsa Família 112
Notícias - 28/06/2020

Blog do Robson Freitas | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Substituto do Bolsa Família e outros programas sociais, Renda Brasil será de até R\$ 300 e chegará a 31 milhões de brasileiros 114
Notícias - 28/06/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Rodrigo Bico: "A produção artística e cultural será modificada no pós-pandemia" 116
Notícias - 28/06/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Prazo para solicitar auxílio emergencial acaba quinta-feira 119
Notícias - 28/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Sem jogos, atletas do futebol do RN apelam para os bicos durante pandemia 122
Notícias - 28/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /
Projeto que limita juros do cartão e do cheque especial pode ser votado nesta semana no Senado 125
Notícias - 28/06/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Projeto que limita juros do cartão e do cheque especial pode ser votado nesta semana no Senado

128

Noticias - 28/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Saiba como a taxa Selic baixa pode influenciar seu bolso

131

Noticias - 29/06/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Fecomércio: Atormentado por crises perpétuas, real não encontra respiro

134

Notícias - 25/06/2020

Jornal de Fato - Impresso - Flip | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

‘Estamos pagando uma conta muito alta. Insuportável’

136

Notícias - 27/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL /

Programa Papo de Fogão deste sábado será com Forró Meirão e vai ter receita de baião de dois e bolo de milho

139

Notícias - 26/06/2020

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Sesc RN realiza live sobre benefícios do ensino a distância com pesquisador

140

Noticias - 26/06/2020

Busão Solidário do Seturn/NatalCard minimiza a fome de 15.200 vulneráveis de Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com mais de 100 dias de isolamento social, cresce entre os natalenses o exército de vulneráveis. Para socorrer aos necessitados o projeto Busão Solidário do Seturn/NatalCard tem procurado minimizar os efeitos da fome de muitos natalenses. Nesta sexta-feira (26) o projeto chegou a marca de 3.800 cestas básicas entregues com kits de higiene. Em alimentos são mais de 68 toneladas distribuídas.

No início do ano eram 46 mil pessoas desocupadas (sem emprego formal nem informal) segundo dados do IBGE. Agora com a pandemia do novo coronavírus, segundo a Fecomercio RN, são mais de dez mil empregos perdidos até agora e há expectativa de

fechamento de cerca de 12 mil empresas do comércio no pós-pandemia com estimativa de 225 mil desempregados.

'Urge a tomada de decisões de amparo aos vulneráveis. O Seturn, apesar da fortíssima crise no setor de transporte por ônibus em Natal tem feito sua parte e busca ser solidário com quem mais precisa. Já entregamos 3.800 cestas básicas. Levando-se em conta que cada uma foi entregue a uma família de no mínimo quatro pessoas, nós atingimos 15.200 pessoas', disse Nilson Queiroga, consultor técnico do Seturn.

Hoje foram entregues mais 500 cestas básicas com e kits de limpeza e higiene pessoal. Sendo 300 para famílias da Associação do Bairro do Alecrim e 200 para famílias da Favela do Fio (Felipe Camarão).

Para participar da campanha as pessoas podem fazer as doações nos 10 postos de coleta do Supermercado Nordestão e postos fixos do SETURN e NatalCard: Na antiga rodoviária da Ribeira; Fundação Augusto Severo (Zona Norte) - Endereço: Av. Dr. João Medeiros Filho, 64, Igapó; no NatalCard Zona Sul, na Av. Sen. Salgado Filho, 2850, Loja 5, Chacom Center - Candelária, e; no galpão da antiga sede da entidade, na Av. Duque de Caxias - Ribeira.

Empresas e grupos que desejarem fazer doações em grande quantidade é só se dirigir ao armazém do SETURN, no bairro da Ribeira, ou manter contato pelo Call Center 3026-8450 para comunicar um ponto de coleta.

Quem pretende ajudar sem sair de casa, pode

fazer doações bancárias. Os dados são: Banco Sicoob (756), agência 4194, conta corrente 7327-0, CNPJ: 02.967.096/0001-97. Os pontos de arrecadações e todas as informações do Busão Solidário estão disponíveis nas redes sociais @seturn e @natalcard e nos sites seturn.com.br e natalcard.com.br.

De acordo com Nilson Queiroga, consultor técnico do Seturn, a campanha Busão Solidário procura socorrer as famílias em situação de vulnerabilidade social, desamparados e completamente desassistidos de suas necessidades básicas como seres humanos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Pandemia leva empresários à falência no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Henrique Gomes

A Associação de Bares e Restaurantes do Rio Grande do Norte (Abrasel/RN) estima que os três meses de pandemia do novo coronavírus causaram a perda de 8 mil empregos em Natal, somente no setor de alimentação. A quantidade reflete o fechamento de aproximadamente 400 bares ou restaurantes, 20% de 2 mil estabelecimentos. Em julho, a quantidade de empresas fechadas pode dobrar e chegar a 800, se a reabertura gradual da economia não acontecer. A estimativa é do presidente da Abrasel/RN, Artur Fontes.

Créditos: Adriano Abreu Gabriel Ferliti, de 22 anos, saiu da realidade de um sonho de infância

para um pesadelo em aproximadamente 15 dias de isolamento

Em todo Rio Grande do Norte, o desemprego pode atingir 30% de 120 mil empregos formais no setor de bares e restaurantes, ainda segundo a Abrasel. Caso isso se confirme, o dado representa mais de 2 mil empresas fechadas.

Segundo Fontes, as soluções encontradas pela maioria dos bares e restaurantes foi aderir à Medida Provisória do Governo Federal de suspensão por 60 dias dos contratos de parte dos funcionários. Mesmo com parte dos estabelecimentos abertos através do serviço de delivery, a maioria dos funcionários foi suspensa através da MP. 'Um restaurante que tinha 300 a 200 funcionários manteve só uma parte trabalhando e os outros estavam em casa', explicou.

A MP federal foi um guarda-chuva para as empresas, que deixam de arcar com os encargos trabalhistas temporariamente. Os funcionários passam a receber parte do seguro-desemprego para manter a renda. Aprovada em abril para permitir a suspensão nos meses de maio e junho, a medida foi prorrogada por mais 60 dias na quarta-feira, 24.

Entretanto, na avaliação de Fontes, os estabelecimentos sofrem com outras despesas mensais, como o aluguel, e parte deles vai precisar pagar a folha salarial de junho. 'Muitos funcionários retornaram neste mês de junho porque a MP havia se encerrado. E tem estabelecimentos que os funcionários voltaram na teoria, mas ficaram em casa porque o local de trabalho não estava em funcionamento. Eles vão ter que receber', contou.

A expectativa de reabertura gradual no dia 17 de junho iria possibilitar, ainda segundo o presidente da Abrasel/RN, o mínimo de receita para arcar com essas despesas de julho. No protocolo adotado pelo governo estadual, os serviços de alimentação poderiam abrir 10 dias depois da primeira fase da reabertura gradual iniciar. 'Mas com o adiamento para 1º de julho, é mais prejuízo. Abrir quinze dias antes

parece pouco, mas você já consegue diminuir prejuízos. Sem a reabertura, a tendência é o quadro piorar', lamentou Artur Fontes.

Abertura de leitos

O presidente da Abrasel/RN reconheceu a gravidade da pandemia do novo coronavírus em todo mundo e opinou que o foco do Estado deve ser na abertura de leitos. Na última segunda-feira, 22, o empresário criticou a recomendação dos Ministérios Públicos que pediu o adiamento da reabertura, marcada então para o dia 24. 'O Ministério Público deveria cobrar das Prefeituras a abertura de mais leitos, antes de entrar na discussão sobre a reabertura gradual da economia", disse.

Fontes assistiu a coletiva de imprensa feita por procuradores e promotores realizada no mesmo dia, onde a promotora de Saúde do Ministério Público do Estado, Iara Pinheiro, afirmou que as Prefeituras estão omissas durante a pandemia. 'A discussão hoje é que se abra mais leitos para poder aumentar o número de vagas e ter leitos desocupados. Não queremos que o critério de 70% dos leitos ocupados mude, mas que haja mais leitos', afirmou.

Do sonho ao pesadelo em 15 dias de isolamento

Foi num breve período de 15 dias entre a

abertura e o fechamento forçado que a esmalteria, clínica de estética e salão de beleza do empresário Gabriel Ferliti, a Flor de Lis, funcionou. Aberta dez dias antes do primeiro caso do novo coronavírus ser confirmado no Rio Grande do Norte, o empreendimento fechou as portas no dia 18 de março e, pouco mais de três meses depois, está perto de falir. Gabriel, de 22 anos, investiu aproximadamente R\$ 40 mil no seu primeiro negócio com a expectativa de conseguir a independência financeira, mas agora acumula dívidas na empresa e cartões de créditos bloqueados, sem saber até quando vai conseguir manter o empreendimento aberto.

Passados quase 100 dias desde o decreto estadual de fechamento das atividades econômicas, no dia 23 de março, Gabriel não é uma exceção. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN) estima 12 mil empresas falidas nesse período, número que se agrava a cada mês por causa das despesas mensais. Em abril, o fechamento levou a uma queda de 15,3% dos serviços no Rio Grande do Norte, em comparação com o mês de março. Os salões de beleza não foram considerados serviços essenciais neste primeiro decreto.

Gabriel Ferliti abriu a Flor de Lis no dia 2 de março em um imóvel alugado no bairro de Petrópolis, uma das áreas com o aluguel mais caro de Natal, na zona Leste. No dia 18, antes do decreto do dia 23, decidiu suspender as atividades porque teve medo da mãe, de 65 anos, contrair a covid-19. Eles moram juntos e ele já lidava com muitos clientes nas primeiras semanas de funcionamento, o que aumentou o receio. 'Fechei com a expectativa de retornar em 15, 20 dias. Mas esses 15 dias viraram um mês; um mês viraram três meses; e três meses viraram uma incerteza', declarou o jovem empresário.

Nas primeiras quinze páginas do caderno de Gabriel é possível ler nomes, horários e serviços agendados, escritos organizadamente em formato de planilha, mas de repente há uma quebra. Uma página, datada do dia 18 de março, com a palavra 'fechou' escrita em letras grandes marca o fim dos agendamentos. A partir dela, todas as folhas estão em branco. 'Eu estava muito feliz e esperançoso porque esse é meu primeiro empreendimento e tinha muita gente aqui. Estava surpreendido positivamente pela aceitação, mas de repente tive que parar', lembrou angustiado.

Quando se deu conta que o empreendimento teria que ficar fechado por tempo indeterminado, o empreendedor começou a ter problemas psicológicos. Para dormir, começou a precisar tomar remédios; acordado, pensava estar em 'um abismo.' 'Eu sempre pensei em empreender, em ter meu próprio negócio. Isso desde criança. Eu comecei a trabalhar como produtor de bandas de forró aos 17 anos, ganhando pouco e tendo que virar muitas noites. Guardava todo dinheiro para isso aqui. Finalmente consegui empreender, e agora me vejo nessa situação', disse.

A prioridade do jovem foi pagar funcionários e aluguel - uma despesa que chega perto dos R\$ 7 mil por mês -, mas para isso ele precisou utilizar uma poupança e de uma pequena ajuda da mãe, funcionária pública federal. As contas de energia, luz e cartões de crédito deixaram de ser pagas. Gabriel está com o nome bloqueado em mais de três bancos, mas a prioridade é a sobrevivência de um sonho.

Rifa é saída para manter empreendimento vivo

A situação financeira se agravou neste mês de junho com o fim da poupança pessoal. O empreendimento está à beira da falência com

pouco mais de três meses de existência. O empreendedor decidiu abrir uma rifa para tentar pagar as contas, mas não sabe se vai ser suficiente. Na sua conta do Instagram, justificou a ação: 'Eu investi tudo que tinha pra montar o meu sonho, mas diante da situação estou próximo de fechar as portas antes de 6 meses de inaugurado. Pra ajudar a pagar os funcionários atrasados e o aluguel de lá eu decidi fazer uma rifa beneficente, onde todo o valor será revertido na manutenção do prédio e da equipe.'

O empreendedor tenta se manter esperançoso porque a cada dia que passa mais clientes o procuram nas redes sociais interessados em marcar um horário. Desde que fechou em março, o salão só voltou a funcionar quando o governo estadual autorizou a abertura do setor, no dia 24 de abril. Menos de um mês depois, ainda em maio, o decreto foi alterado, e ele precisou fechar novamente. 'Clientes a gente vê que tem, que vai ter, o que falta é abrir. Quem conseguir atravessar a pandemia vai ter muita procura, pelo menos no meu setor, mas eu sei que já tem muitos salões fechados, principalmente os maiores. O que resta é a esperança', declarou.

Adaptação é a palavra de ordem

Empresas que conseguiram manter uma saúde financeira precisaram suspender contratos de funcionários, amparados em uma Medida Provisória do Governo Federal, e se adaptar à pandemia. Foi o caso da empresa familiar de Emanuel Dantas, de venda de alumínio, que possui duas lojas montadas no bairro do Alecrim, principal centro comercial de rua de Natal. O empreendedor aderiu à Medida Provisória, e três dos cinco funcionários de carteira assinada foram remunerados pelo governo federal em abril e maio.

Segundo o IBGE, 172 mil trabalhadores do Rio Grande do Norte ficaram sem remuneração em maio. A quantidade representa 13,96% da população ocupada no Estado, mas não deixa claro se esses trabalhadores foram amparados pelo governo federal neste mês. Para Emanuel Dantas, a adesão à MP garantiu a renda dos seus funcionários e deu fôlego para a empresa se adaptar à pandemia. 'Minha família sobrevive das lojas, e ela também é a única renda de alguns funcionários meus', contou.

Uma das lojas de Emanuel está parcialmente em funcionamento, mas de forma diferente. Uma bancada foi montada na frente da loja e divide os funcionários dos clientes, que pedem para olhar os produtos - à maneira dos antigos armazéns. O outro meio de vendas é a internet: a loja aderiu à entrega domiciliar e à retirada de produtos comprados antecipadamente. 'O primeiro mês foi de muito medo. A palavra é essa: medo. A gente não sabia o que ia acontecer e também tinha a gravidade da doença. Mas conseguimos nos organizar e está dando certo para manter funcionários e aluguel', destacou.

Entregas

As entregas são realizadas pelo próprio Emanuel em uma moto comprada há pouco tempo, em um investimento que deu certo. O número de seguidores do perfil da loja do empresário passou de 2,5 mil antes da pandemia para 6,5 mil atualmente. As entregas em domicílio foram expandido a rede de clientes pelo esquema 'boca-a-boca' e investimento em redes sociais.

No entanto, a adaptação durante uma pandemia se limita a parte dos negócios. Muitas lojas acumulam dívidas - e Emanuel vê isso no próprio bairro da sua empresa, o Alecrim. 'Infelizmente nem todos conseguem se

adaptar. Tem uma parte que é aquele proprietário mais antigo, que fica receoso a novas coisas, a se abrir à tecnologia. Eu conheço sim lojistas que acabaram fechando as portas e outros que estão numa situação bem complicada, que demitiram os funcionários", comentou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Saiba como devolver auxílio emergencial recebido indevidamente



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Versátil News

Quem recebeu o auxílio emergencial, mas não preencheu os requisitos para ter direito ao benefício de três parcelas mensais de R\$ 600, poderá devolver os valores recebidos indevidamente. O Ministério da Cidadania disponibilizou uma página na internet com o passo a passo para a devolução.

Dados da Controladoria-Geral da União (CGU) mostram a existência de 206.197 pagamentos com indícios de irregularidade no recebimento da primeira parcela do benefício e 37.374 pagamentos com os mesmos indícios de irregularidade na segunda parcela. A CGU disse

que os cruzamentos feitos, relacionados ao mês de maio, indicam a existência de pagamentos a 318.369 agentes públicos incluídos como beneficiários do auxílio.

O trabalho é fruto do acordo de cooperação técnica (ACT) firmado entre a CGU e o Ministério da Cidadania em abril, com o objetivo de evitar desvios e fraudes, garantindo que o auxílio seja pago a quem realmente se enquadra nos requisitos definidos para o seu recebimento.

A CGU informou que os cruzamentos de informações não conseguem especificar se as pessoas portadoras desses CPFs cometeram fraude ou se tiveram suas informações pessoais usadas de forma indevida.

'Já foram identificadas, por exemplo, situações como pessoas que possuem bens ou despesas que indicam incompatibilidade para o recebimento do auxílio, como proprietários de veículos com valor superior a R\$ 60 mil; doadores de campanha em valor maior do que R\$ 10 mil; proprietários de embarcações de alto custo; além de beneficiários com domicílio fiscal no exterior. Além disso, embora o público-alvo do programa inclua trabalhadores autônomos e microempreendedores individuais (MEI), foram identificados entre os beneficiários sócios de empresas que têm empregados ativos', disse a CGU.

A CGU disse ainda que o montante de recursos envolvidos para os pagamentos feitos aos 318.369 servidores públicos, em maio, foi de R\$ 223,95 milhões. 'Na esfera federal, são 7.236

pagamentos a beneficiários que constam como agentes públicos federais, com vínculo ativo no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), e 17.551 pagamentos a CPF que constam como servidores militares da União, ativos ou inativos, ou pensionistas. Nas esferas estadual, distrital e municipal, foram identificados 293.582 pagamentos a agentes públicos, ativos, inativos e pensionistas', informou.

Devolução

Após acessar a página, para devolução das parcelas recebidas fora dos critérios que permitem o recebimento do auxílio, basta seguir as orientações abaixo:

1. Informar o CPF do beneficiário que irá fazer a devolução;
2. Selecionar a opção de pagamento da GRU - 'Banco do Brasil' ou 'qualquer banco'.

Para pagamento no Banco do Brasil, basta marcar a opção 'Não sou um robô' e clicar no botão 'Emitir GRU'.

Para pagamento em qualquer banco, é necessário informar o endereço do beneficiário, conforme informações que serão pedidas após selecionar 'Em qualquer Banco', marcar a opção 'Não sou um robô' e clicar no botão 'Emitir GRU'.

De posse da GRU, é necessário fazer o pagamento nos diversos canais de atendimento dos bancos como a internet, os terminais de autoatendimento e os guichês de caixa das agências, lembrando que a GRU com opção de pagamento no Banco do Brasil só pode ser

para canais e agências do próprio banco'.

Auxílio emergencial

O auxílio é um benefício do governo federal, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregado e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19). De acordo com o ministério, será preciso gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para fazer a devolução.

Quem tem direito ao auxílio emergencial?

Tem direito ao benefício o cidadão maior de 18 anos, ou mãe com menos de 18, que atenda aos seguintes requisitos:

? Pertença a família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00);

? Que não esteja recebendo benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda federal, exceto o Bolsa Família;

? Que não tenha recebido em 2018 rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70;

? Esteja desempregado ou exerça atividade na condição de:

- Microempreendedor individual (MEI);
- Contribuinte individual da Previdência Social;

- Trabalhador informal, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo.

Quem não tem direito ao auxílio emergencial?

Não tem direito ao auxílio o cidadão que:

- Pertence à família com renda superior a três salários mínimos (R\$ 3.135,00) ou cuja renda mensal por pessoa da família seja maior que meio salário mínimo (R\$ 522,50);

- Tem emprego formal;

- Está recebendo seguro desemprego;

- Está recebendo benefícios previdenciários, assistenciais ou benefício de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família;

- Recebeu rendimentos tributáveis acima do teto de R\$ 28.559,70 em 2018, de acordo com declaração do Imposto de Renda.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Pedidos de seguro-desemprego sobem 35% na primeira quinzena de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada subiram 35% na primeira quinzena de junho em relação ao mesmo período do ano passado. O levantamento foi divulgado hoje (25) pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia e considera os atendimentos presenciais - nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e das Superintendências Regionais do Trabalho - e os requerimentos virtuais.

Na primeira metade do mês, 351.315 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, contra

260.228 pedidos registrados no mesmo período do ano passado. Ao todo, 71,4% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 0,7% no mesmo período de 2019.

Número acumulado

Apesar da alta em junho, os pedidos de seguro-desemprego cresceram em ritmo menor no acumulado do ano, tendo somado 3.648.762 de 2 janeiro a 15 de junho de 2020. O total representa aumento de 14,2% em relação ao acumulado no mesmo período do ano passado, 3.194.122.

No acumulado do ano, 52,2% dos requerimentos de seguro-desemprego (1.903.921) foram pedidos pela internet, pelo portal gov.br e pelo aplicativo da carteira de trabalho digital; 47,8% dos benefícios (1.744.841) foram pedidos presencialmente. No mesmo período do ano passado, 98,5% dos requerimentos (3.147.751) tinham sido pedidos nos postos do Sine e nas superintendências regionais e apenas 1,5% (46.371) tinha sido solicitado pela internet.

Embora os requerimentos possam ser feitos de forma 100% digital e sem espera para a concessão do benefício, o Ministério da Economia informou que os dados indicam que muitos trabalhadores continuam aguardando a reabertura dos postos do Sine, administrados pelos estados e pelos municípios, para darem entrada nos pedidos. O empregado demitido ou que pediu demissão tem até 120 dias depois da baixa na carteira de trabalho para dar entrada

no seguro-desemprego.

Perfil

Em relação ao perfil dos requerentes do seguro-desemprego na primeira quinzena de junho, a maioria é masculina (60,2%). A faixa etária com maior número de solicitantes está entre 30 e 39 anos (32%) e, quanto à escolaridade, 60,4% têm ensino médio completo. Em relação aos setores econômicos, serviços representou 41,7% dos requerimentos, seguido por comércio (25,3%), indústria (19,3%) e construção (9,8%).

Os estados com o maior número de pedidos foram São Paulo (109.278), Minas Gerais (37.130) e Rio de Janeiro (28.507) e os que tiveram maior proporção de requerimentos via web foram Acre (98,1%), Amapá (95,2%) e Alagoas (92,2%).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Em uma semana, 1 milhão volta a trabalhar com fim de afastamento, diz Pnad



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Na primeira semana de junho, 1,06 milhão de brasileiros deixaram de estar afastados no trabalho e voltaram a exercer sua função de alguma forma, seja de home office ou de forma presencial. Os dados são da Pnad Covid, pesquisa telefônica do IBGE, divulgada nesta sexta-feira.

No mês de maio, também de acordo com o IBGE, eram 19 milhões de afastados de suas funções, dos quais 9,7 milhões estavam sem salário.

Segundo a pesquisa, a redução do número de

ocupados afastados do trabalho foi influenciado pela região Sudeste, a única a apresentar queda do índice na primeira semana de junho. Na demais, houve estabilidade na comparação com a última semana de maio.

Ao todo, cerca de 13,5 milhões de brasileiros ainda seguem afastados do trabalho devido ao distanciamento social, o equivalente a 16,1% da população ocupada. Na última semana de maio, por exemplo, o total de pessoas com vínculo trabalhista e impossibilitada de trabalhar era de 14,6 milhões.

A redução do número de brasileiros afastados do trabalho podem indicar que essas pessoas voltaram a exercer sua atividade de alguma maneira, seja presencialmente ou de modo remoto, o que pode indicar uma adaptação de empresas ao teletrabalho, por exemplo. Desde a primeira semana de maio, o contingente de pessoas afastadas vem diminuindo gradualmente.

Apesar do dado positivo, a procura por emprego ainda segue estável, na comparação com a última semana, indicando que a pandemia e as necessárias medidas de isolamento social ainda pesam sobre o mercado de trabalho. A taxa de desocupação se manteve estável, em 11,8%.

Cerca de 26,8 milhões de brasileiros estavam fora da força de trabalho, mas disseram que gostaria de trabalhar. Destes, 17,9 milhões estavam impossibilitados de buscar um emprego por conta da pandemia ou por não encontrarem uma vaga na localidade em que moravam.

Este último grupo reúne potenciais desempregados, já que estavam disponíveis para trabalhar. Pela metodologia do IBGE, é considerado desempregado quem procura emprego e não acha.

Ao todo, 83,7 milhões de brasileiros estavam ocupados na primeira semana de junho. Entre esses, 8,9 milhões - 13,2% dos ocupados - trabalhavam remotamente. Ambos os dados mantiveram estabilidade frente a semana anterior.

A Pnad Covid é a primeira pesquisa do IBGE feita completamente por telefone. O objetivo da pesquisa é acompanhar o impacto da quarentena no mercado de trabalho, assim como a população com sintomas gripais e que procuraram atendimento médico.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Novas regras dificultam realização de concursos públicos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Na tentativa de conter a expansão da folha de pessoal e melhorar o planejamento, o governo federal resolveu apertar as regras para a concessão do aval de novos concursos. A partir de 1º de julho, o Ministério da **Economia** vai exigir estudo de impacto financeiro de longo prazo na análise de autorização de concursos públicos da administração pública federal.

Essa análise vai levar em conta o tempo médio que o servidor permanece na ativa. Levantamento do governo aponta um tempo médio de 34,2 anos na ativa, 24,6 anos na inatividade e mais 11 anos de remuneração dos pensionistas dos servidores depois da sua morte.

A decisão coincide com o prazo de análise da área econômica para novos pedidos de reposição dos servidores dos diversos órgãos do governo. Caso sejam aceitos, a previsão de concurso e do gasto adicional têm de constar na proposta de Lei Orçamentária de 2021, que será enviada no fim de agosto.

Contenção

Por conta do ajuste fiscal, os concursos estão sendo feitos, nos últimos anos, de forma pontual, como ocorreu com a Polícia Federal. Os pedidos já chegaram e estão sob análise. A contenção da folha, um dos maiores gastos obrigatórios do governo, com Previdência e **juros**, está na lista de prioridades da equipe econômica, que não conseguiu emplacar até agora a reforma administrativa. A Lei de Responsabilidade Fiscal já prevê uma avaliação de impacto orçamentário-financeiro nos primeiros três anos após a contratação do servidor.

O governo avalia que a tendência é que os custos de um servidor sejam gradualmente maiores ao longo do tempo, em virtude do aumento na expectativa de vida da população. Assim, a despesa com um servidor permanece na folha de pagamento durante toda a sua vida funcional ativa, passando pelo período de aposentadoria e continua até que o seu último dependente perca o direito à pensão. Hoje, em média, são 69,8 anos de comprometimento da União com o servidor.

Segundo Wagner Lenhart, secretário de gestão

e desempenho de pessoal do Ministério da **Economia**, a nova norma vai introduzir a perspectiva de longo prazo na análise do impacto orçamentário e levará em consideração itens relevantes à composição da despesa com a folha de pagamento, entre eles: progressões, promoções, reajuste e incorporação de gratificações.

"Precisamos enxergar lá na frente qual vai ser o impacto dessa contratação", diz o secretário. Ele destaca que, com a pandemia da covid-19, os desafios fiscais que já eram enormes ficaram ainda maiores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Novas regras dificultam a realização de concursos para conter expansão da folha salarial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Na tentativa de conter a expansão da folha de pessoal e melhorar o planejamento, o governo federal resolveu apertar as regras para a concessão do aval de novos concursos. A partir de 1º de julho, o Ministério da **Economia** vai exigir estudo de impacto financeiro de longo prazo na análise de autorização de concursos públicos da administração pública federal.

Essa análise vai levar em conta o tempo médio que o servidor permanece na ativa. Levantamento do governo aponta um tempo médio de 34,2 anos na ativa, 24,6 anos na inatividade e mais 11 anos de remuneração dos pensionistas dos servidores depois da sua morte.

A decisão coincide com o prazo de análise da área econômica para novos pedidos de reposição dos servidores dos diversos órgãos do governo. Caso sejam aceitos, a previsão de concurso e do gasto adicional têm de constar na proposta de Lei Orçamentária de 2021, que será enviada no fim de agosto.

Contenção

Por conta do ajuste fiscal, os concursos estão sendo feitos, nos últimos anos, de forma pontual, como ocorreu com a Polícia Federal. Os pedidos já chegaram e estão sob análise. A contenção da folha, um dos maiores gastos obrigatórios do governo, com Previdência e **juros**, está na lista de prioridades da equipe econômica, que não conseguiu emplacar até agora a reforma administrativa. A Lei de Responsabilidade Fiscal já prevê uma avaliação de impacto orçamentário-financeiro nos primeiros três anos após a contratação do servidor.

O governo avalia que a tendência é que os custos de um servidor sejam gradualmente maiores ao longo do tempo, em virtude do aumento na expectativa de vida da população. Assim, a despesa com um servidor permanece na folha de pagamento durante toda a sua vida funcional ativa, passando pelo período de aposentadoria e continua até que o seu último dependente perca o direito à pensão. Hoje, em média, são 69,8 anos de comprometimento da União com o servidor.

Segundo Wagner Lenhart, secretário de gestão

e desempenho de pessoal do Ministério da **Economia**, a nova norma vai introduzir a perspectiva de longo prazo na análise do impacto orçamentário e levará em consideração itens relevantes à composição da despesa com a folha de pagamento, entre eles: progressões, promoções, reajuste e incorporação de gratificações.

"Precisamos enxergar lá na frente qual vai ser o impacto dessa contratação", diz o secretário. Ele destaca que, com a pandemia da covid-19, os desafios fiscais que já eram enormes ficaram ainda maiores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo estuda prorrogar antecipações relativas ao auxílio-doença



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo deve prorrogar as antecipações relativas ao auxílio-doença, informou o Ministério da **Economia**. Inicialmente, a previsão é estender a antecipação até outubro, porém apenas nas localidades onde não haja agência próxima com atendimento da perícia médica.

A análise da proposta está sendo feito pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e o INSS, informou o Ministério da **Economia**. A antecipação de um **salário** mínimo (R\$ 1.045,00) foi uma medida adotada para o enfrentamento da pandemia da covid-19 para evitar aglomeração nas agências que tiveram o atendimento presencial suspenso na pandemia.

A data oficial é de retorno gradual do atendimento das agências no próximo dia 13. Mas os peritos médicos pediram ao Ministério da **Economia** que a abertura seja suspensa e alertaram para os riscos de a medida ser um incentivo governamental à aglomeração de pessoas integrantes do grupo de risco.

Como mostrou o Estadão, em carta ao secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da **Economia**, Bruno Bianco, a Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) alegou que o momento é inadequado para a abertura no dia 13 de julho, como previsto em portaria do governo, devido à manutenção do grau elevado de contágio pelo novo coronavírus.

Sem perícia presencial, o segurado não pode receber o benefício. Ele recebe só a antecipação de um **salário** mínimo. Depois que a agência abrir, o segurado passa pela perícia e a diferença do benefício é paga. Hoje, os segurados mandam os documentos e a perícia analisa. Mas isso não é considerado perícia. É como uma pré-perícia para a pessoa receber esse adiantamento e não ficar desamparada na pandemia. A perícia não pode ser feita por telemedicina.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Crédito a microempresas poderá ter perdão parcial, diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As linhas especiais de crédito para empresas de menor porte poderão ter um bônus de adimplência, perdão parcial para tomadores que estejam em dia com as parcelas e não tenham impostos em atraso, disse hoje (25) à noite o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. Em transmissão ao vivo nas redes sociais do presidente Jair Bolsonaro, ele disse que parte dos programas de crédito postos em prática durante a pandemia de coronavírus tiveram "desempenho inicial insatisfatório".

"As políticas foram desenhadas por um time, mas, às vezes, o outro time marca o gol", disse Guedes. Ele não detalhou como será posto em prática o bônus de adimplência, apenas explicou

que a medida poderá beneficiar os bons pagadores. "O sujeito pequenininho foi lá, pegou empréstimo, trabalhou bem, conseguiu se recuperar e pagou os impostos. A gente pode dar o bônus de adimplência, perdoa o crédito", disse.

O ministro citou os **juros** "ainda altos" do cheque especial como entrave para a retomada da **economia**. Em tom de brincadeira, Guedes cobrou do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, uma solução para diminuir as taxas.

Recuperação em "V"

Em relação à crise provocada pela pandemia, o ministro disse que a **economia** brasileira já "bateu no fundo do poço" e, assim como nos últimos meses, reiterou que existem condições para uma recuperação em "V", quando a retomada econômica ocorre rapidamente depois de um choque. Segundo ele, a **economia** estava como "um urso hibernando", mas está com os sinais vitais preservados.

Guedes ressaltou que, num momento de crise grave, como o atual, é impossível fazer previsões. Para ele, a projeção de encolhimento de 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país), divulgada ontem (24) pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), deve estar errada. Hoje, o Relatório de Inflação do Banco Central apresentou uma estimativa mais otimista, com contração de 6,4% do PIB brasileiro em 2020.

Em relação à recuperação depois do fim da

pandemia, o ministro citou como prioridades o avanço na revisão de marcos regulatórios e a Renda Brasil, novo programa social do governo que unificaria os atuais. Ele também mencionou a retomada dos debates da carteira verde-amarela, programa que flexibiliza direitos trabalhistas para jovens por até dois anos.

A medida provisória com o novo regime de trabalho caducou no fim de abril, mas o governo pode ressuscitar o debate em um projeto de lei. O ministro também prometeu retomar a agenda de reforma tributária. "Vamos reduzir IPIs [Imposto sobre Produtos Industrializados], vamos tornar a cesta básica acessível", destacou.

Guedes citou a liberação de até R\$ 1.045 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O dinheiro começará a ser depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal na segunda-feira (29) para os trabalhadores nascidos em janeiro. "Começa na segunda, vamos liberar mais de R\$ 30 bilhões", afirmou.

*Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz que auxílio deve ter novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na quinta-feira (25) que o auxílio emergencial vai pagar um adicional de R\$ 1,2 mil, que serão divididos em três parcelas.

"Vamos partir para uma adequação. Deve ser, estamos estudando, R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300", afirmou o presidente durante sua live semanal nas redes sociais. Ele estava ao lado do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, que também confirmou que a terceira parcela do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600, começa a ser paga no sábado (27).

Ao todo, o programa atende a cerca de 60 milhões de pessoas, e é destinado aos

trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, como forma de fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

"Estávamos em R\$ 600, o auxílio, e à medida que a **economia** começa a se recuperar, e começa a andar novamente, as pessoas vão devagar se habituando [com a redução do valor]", afirmou Guedes.

Bolsonaro também disse que espera que a **economia** possa ser retomada e defendeu a reabertura das atividades comerciais. "A gente apela aos governadores e prefeitos, com a responsabilidade que é pertinente de cada um, que comecem a abrir o **mercado**, abrir para funcionar", afirmou. Balanço mais recente do Ministério da Saúde registra um total de 1.228.114 de pessoas infectadas e quase 55 mil óbitos provocados pela covid-19.

Fonte: Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Calendário da 3ª parcela do auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

O governo federal divulgou o calendário de pagamento da 3ª parcela do auxílio emergencial para combater a crise causada pela pandemia do coronavírus. O pagamento começa a ser feito neste sábado, dia 27, e o dinheiro será depositado nas contas da poupança digital para pagar contas, boletos e compras. Os saques em dinheiro começam no dia 18 de julho e vão até 19 de setembro.

O depósito neste sábado (27) é para os nascidos em janeiro e fevereiro. No dia 30, para os nascidos em março e abril. Em 1º de julho, para os nascidos em maio e junho. Em 2 de julho, para os nascidos em julho e agosto. No

dia 3, nascidos em setembro e outubro. No dia 4, nascidos em novembro e dezembro. Confira calendário completo no final da matéria.

Pouco antes da divulgação deste novo calendário, ao lado do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o presidente Jair Bolsonaro disse que o governo irá prorrogar o pagamento do auxílio emergencial por mais três parcelas. Ele disse que 'devem' ser valores decrescentes, de 500, 400 e 300 reais, totalizando 1.200 reais.

Calendários do auxílio emergencial

O pagamento da terceira parcela do auxílio emergencial seguirá dois calendários (poupança social e saque). Veja abaixo:

Calendário do depósito na conta digital

27 de junho - nascidos em janeiro e fevereiro (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)
 30 de junho - nascidos em março e abril (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)
 1º de julho - nascidos em maio e junho (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)
 2 de julho - nascidos em julho e agosto (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)
 3 de julho - nascidos em setembro e outubro (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)
 4 de julho - nascidos em novembro e dezembro (pagamento do 1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela)

Saque em dinheiro

18 de julho - nascidos em janeiro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 25 de julho - nascidos em fevereiro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 1º de agosto - nascidos em março (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 8 de agosto - nascidos em abril (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 15 de agosto - nascidos em maio (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 29 de agosto - nascidos em junho (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 1º de setembro - nascidos em julho (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 8 de setembro - nascidos em agosto (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 10 de setembro - nascidos em setembro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 12 de setembro - nascidos em outubro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 15 de setembro - nascidos em novembro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) 19 de setembro - nascidos em dezembro (1º lote da terceira parcela / do 2º lote da segunda parcela / e do 4º lote da primeira parcela) Quem tem direito a receber o auxílio emergencial?

É preciso cumprir algumas regras para ter direito ao benefício. São elas:

Trabalhadores por conta própria sem vínculo de emprego formal, ou seja, sem carteira

assinada; Ter mais de 18 anos e ter o nome no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério da Cidadania; Ter renda mensal de até meio **salário** mínimo (522,50 reais) ou renda mensal familiar de até três salários (3.135 reais). O auxílio será pago a até duas pessoas da mesma família; Trabalhadores intermitentes, ou seja, aqueles que prestam serviço por horas, dias ou meses para mais de um empregador; Neste último caso, o trabalhador deve estar inscrito no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) da Previdência Social, seguindo os critérios de renda acima; Não receber outro tipo de benefício do governo, exceto Bolsa Família; Mulheres chefes de família e mães adolescentes podem ganhar duas cotas do benefício, chegando a 1.200 reais. Para fazer jus ao auxílio financeiro emergencial, eles também precisam de seguir os critérios de renda; Microempreendedores individuais (MEI). Para receber o auxílio é preciso atender o critério da renda estabelecido no projeto, além de estar inscrito na Previdência Social como contribuinte individual; Demais trabalhadores informais que não estão inscritos no cadastros do governo e não contribuem para a Previdência Social. Estão nesse grupo vendedores ambulantes, diaristas, manicures, cabeleireiros e outras ocupações. Neste caso, será preciso fazer uma autodeclaração junto à Caixa Econômica Federal por meio de aplicativo Auxílio Emergencial. Há versões para celulares Android e iPhone.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Saque-aniversário já pode ser usado como garantia em empréstimos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O saque-aniversário, modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), poderá ser usado como pagamento ou garantia de empréstimos. A partir desta sexta-feira (26), os bancos podem operar essa linha de crédito.

Segundo o Ministério da **Economia**, o trabalhador que estiver com a modalidade de saque-aniversário vigente poderá conceder autorização às instituições com as quais contrate ou pretenda contratar a alienação ou cessão fiduciária do seu saque anual para que acessem as informações cadastrais e financeiras de sua conta vinculada relativas a valores do saque-aniversário.

A totalidade do saldo poderá ser dada em garantia, o que permite ao trabalhador conseguir o máximo de financiamento com base no saque-aniversário a que tem direito. Quanto às taxas de **juros**, será usado o teto do consignado no serviço público.

Essa modalidade de garantia (cessão ou alienação fiduciária em operações de crédito) foi autorizada pela Resolução 958, de 24 de abril de 2020, do Conselho Curador do FGTS. No dia 27 de maio deste ano, saiu no Diário Oficial da União a Circular nº 909 do Ministério da **Economia**, que torna pública a versão 1 do Manual de Orientação às Instituições Financeiras pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, produzido pela Caixa Econômica Federal, agente operador do FGTS.

Esse manual estabelece as regras e os procedimentos necessários para que as instituições possam contratar operações (<http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>, pasta FGTS - Manuais e Cartilhas Operacionais).

Como retirar

O saque-aniversário permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do FGTS a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa.

O dinheiro poderá ser retirado até dois meses depois do mês de aniversário. O valor a ser liberado varia conforme o saldo de cada conta

em nome do trabalhador. Além de um percentual, ele receberá um adicional fixo, conforme o total na conta. O valor a ser sacado varia de 50% do saldo sem parcela adicional, para contas de até R\$ 500, a 5% do saldo e adicional de R\$ 2,9 mil para contas com mais de R\$ 20 mil.

Ao retirar uma parcela do FGTS a cada ano, o trabalhador deixará de receber o valor depositado pela empresa caso seja demitido sem justa causa. O pagamento da multa de 40% nessas situações está mantido. As demais possibilidades de saque do FGTS - como compra de imóveis, aposentadoria e doenças graves - não são afetadas pelo saque-aniversário.

O ministério lembra que uma das regras da nova operação aprovada pelo Conselho Curador do FGTS determina que o titular da conta vinculada que tiver optado pelo saque-aniversário pode solicitar o retorno à sistemática de saque-rescisão somente após encerrados todos os contratos de cessão e alienação fiduciária que eventualmente tiver contratado. Além disso, caso o trabalhador esteja com a modalidade de saque-aniversário vigente, mas tenha solicitado a alteração para a de saque-rescisão, o retorno a essa modalidade deverá ser cancelado pelo trabalhador previamente à contratação da operação de crédito.

Aplicativo

No AppFGTS e no site, o trabalhador poderá realizar os seguintes serviços: autorização de consulta ao valor do saque-aniversário disponível para alienação/cessão fiduciária; autorização para a instituição financeira

consultar e solicitar bloqueio de parte do saldo da conta FGTS; acompanhar a evolução da operação de alienação ou cessão fiduciária contratada com a instituição financeira.

A autorização apresentada pelo trabalhador para consulta de saldo e solicitação de bloqueio terá vigência de acordo com sua opção de contratação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Decisões sobre Queiroz podem ficar com Noronha durante recesso do STJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Se no Supremo Tribunal Federal (STF) o Palácio do Planalto vem acumulando uma série de reverses e viu a relação com a Corte se deteriorar, o ambiente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) é menos hostil. Levantamento feito nas decisões do presidente do STJ, João Otávio de Noronha, aponta que o ministro atendeu aos interesses do governo do presidente Jair Bolsonaro em 87,5% das decisões individuais tomadas de 1º de janeiro de 2019 a 29 de maio deste ano.

Nas próximas semanas, Noronha vai ficar no comando do plantão do STJ durante o recesso de julho. Isso significa que eventuais recursos no caso Fabrício Queiroz, revelado pelo

Estadão, podem ser analisados pelo ministro. O ex-assessor é investigado sob suspeita de comandar um esquema de "rachadinha" - desvio do **salário** de funcionários - no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos), filho do presidente, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Ontem, o filho do presidente obteve habeas corpus para ser julgado na segunda instância.

Um dos casos mais emblemáticos em que Noronha ficou ao lado do governo foi a decisão de livrar Bolsonaro da obrigação de divulgar os laudos de todos os exames que realizou para detectar se foi infectado ou não pelo novo coronavírus. O ministro chegou a antecipar a sua posição pessoal em entrevista ao site jurídico JOTA. 'Não é porque o cidadão se elege presidente ou é ministro que não tem direito a um mínimo de privacidade. A gente não perde a qualidade de ser humano por exercer um cargo de relevância na República', afirmou na ocasião.

Um dia depois da entrevista, Noronha deu a liminar favorável a Bolsonaro, derrubando o entendimento da Justiça Federal de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que haviam garantido ao Estadão o direito de ter acesso aos exames de covid-19 por conta do interesse público em torno da saúde do presidente da República. O Estadão chegou a solicitar que Noronha se considerasse 'impedido' de atuar no caso, mas o pedido foi ignorado.

O mapeamento que mostra 87,5% das decisões pró-governo considerou as suspensões (de segurança e de liminar e sentença) solicitadas

nesse período pela União, autarquias federais e empresas públicas. Esse tipo de processo é encaminhado diretamente ao presidente do tribunal, a quem cabe decidir individualmente se derruba ou não o entendimento de instâncias inferiores.

Nos bastidores do STJ, colegas de Noronha apontam que o ministro vem tentando se cacifar para uma das duas vagas do Supremo Tribunal Federal (STF) que serão abertas no mandato de Bolsonaro. Noronha nega.

Bolsonaro já disse publicamente que "ama" o presidente do STJ. "Confesso que a primeira vez que o vi foi um amor à primeira vista. Me simpatizei com Vossa Excelência. Nós temos conversado com não muita persistência, mas, as poucas conversas que temos o senhor ajuda a me moldar um pouco mais para as questões do Judiciário", afirmou o presidente em discurso na posse do novo ministro da Justiça, André Mendonça, no dia 29 de abril.

Na última quinta-feira, o presidente do STJ esteve no Palácio do Planalto, onde se reuniu com o ministro da Casa Civil, Braga Netto, para conhecer de perto o gabinete de crise montado pelo governo para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. Outras autoridades, como o presidente do STF, Dias Toffoli, também já foram convidadas para verificar os trabalhos.

Números

Do total de decisões analisadas no levantamento, os pedidos da União foram negados uma vez - em um caso dos Correios envolvendo o plano de previdência do fundo de pensão Postalís. Em outros dois processos, houve 'perda de objeto' (quando o ato

contestado não existe mais, por exemplo) ou o pedido foi rejeitado por questões processuais.

Em outro caso em que houve decisão pró-governo, em fevereiro deste ano Noronha derrubou uma decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) que havia suspenso a nomeação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares. Na avaliação de Noronha, os 'eventuais excessos' de Camargo nas redes sociais 'não autorizam juízo de valor acerca de seus valores éticos e morais ou mesmo de sua competência profissional'.

'Sobretudo quando se sabe das particularidades que permeiam as manifestações no meio virtual, território de fácil acesso e tido como aparentemente livre, o qual, por isso mesmo, acaba por estimular eventuais excessos dos que ali se confrontam', observou o ministro.

Pesava contra Camargo na época publicações no Facebook em que defende o fim do feriado do Dia da Consciência Negra, lembrado em 20 de novembro, e afirma que o "Brasil tem racismo nutella". A decisão de Noronha foi tomada antes de o Estadão revelar que Camargo classificou o movimento negro como 'escória maldita', que abriga 'vagabundos', e chamou Zumbi de 'filho da puta que escravizava pretos'.

Noronha também derrubou em janeiro uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que havia suspenso a divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) por causa de inconsistências na correção de provas do Enem.

Bem público

Procurado pela reportagem, Noronha afirmou em nota que suas decisões são 'para beneficiar aos interesses do bem público', evitando grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à **economia**. 'Vale lembrar que dessas decisões, apenas uma foi reformada pela Corte (STJ) e nenhuma foi reformada pelo STF. As decisões são para beneficiar aos interesses do bem público', escreveu o ministro à reportagem.

O ministro disse que sua atuação é pautada 'pela imparcialidade' e de acordo com sua 'consciência' de magistrado. 'Atuo hoje do mesmo modo que sempre atuei desde que cheguei ao STJ. Julgo cada caso como único e não me detenho as estatísticas para estes fins. Foram julgadas de acordo com as necessidades apresentadas nos autos', afirmou.

Sobre a possibilidade de assumir uma vaga no Supremo, ele afirmou que "ninguém se cacifa" para a Corte. "É uma escolha exclusiva do presidente da República e o fato de eu estar na presidência do STJ pode dar impressão de mais visibilidade, mas não estou me cacifando para vaga do STF", acrescentou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Num dia de tensões no **mercado** externo em torno da pandemia do novo coronavírus, o dólar fechou no maior valor em um mês, e a bolsa de valores caiu. O dólar comercial encerrou esta sexta-feira (26) vendido a R\$ 5,465, com alta de R\$ 0,137 (+2,58%). A cotação está no nível mais alto desde 22 de maio, quando tinha fechado em R\$ 5,574.

Essa foi a terceira subida seguida do dólar, que operou em alta durante toda a sessão. A divisa acumula valorização de 2,76% na semana e de 36,19% em 2020. O euro comercial fechou o dia vendido a R\$ 6,136, com alta de 2,07% e no maior valor desde 20 de maio. A libra esterlina comercial subiu 1,27% e encerrou a sessão vendida a R\$ 6,748.

O Banco Central (BC) atuou no **mercado**, mas não conseguiu segurar a cotação. A autoridade monetária vendeu US\$ 502,5 milhões das reservas internacionais e rolou (renovou) US\$ 600 milhões de contratos de swap cambial - venda de dólares no **mercado** futuro - que venceriam em agosto. O BC também rolou US\$ 1,5 bilhão de leilões de linha, quando dólares das reservas internacionais são vendidos com o compromisso de serem recomprados meses depois.

Bolsa

No **mercado** de ações, o dia foi marcado por perdas. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou esta sexta aos 93.834 pontos, com recuo de 2,24%. O indicador fechou a semana com queda de 2,83%.

O Ibovespa seguiu o **mercado** externo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu 2,84% num dia de reversão de expectativas em torno da evolução da pandemia de novo coronavírus nos Estados Unidos, onde diversos estados estão registrando aumento no número de novos casos. Hoje, o governo do Texas ordenou o fechamento de vários tipos de negócios, após o ressurgimento de casos no estado.

Outro fator que aumentou o pessimismo no **mercado** norte-americano foi a decisão do Federal Reserve, Banco Central dos Estados Unidos, de aumentar o requerimento mínimo de capital que os bancos não podem emprestar e de limitar o pagamento de dividendos pelas instituições financeiras. A medida indica que a saída da crise será mais longa que o previsto na maior **economia** do planeta.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Essa foi a terceira subida seguida do dólar, que operou em alta durante toda a sessão. A divisa acumula valorização de 2,76% na semana e de 36,19% em 2020. O euro comercial fechou o dia vendido a R\$ 6,136, com alta de 2,07% e no maior valor desde 20 de maio. A libra esterlina comercial subiu 1,27% e encerrou a sessão vendida a R\$ 6,748.

O Banco Central (BC) atuou no **mercado**, mas não conseguiu segurar a cotação. A autoridade monetária vendeu US\$ 502,5 milhões das reservas internacionais e rolou (renovou) US\$ 600 milhões de contratos de swap cambial - venda de dólares no **mercado** futuro - que venceriam em agosto. O BC também rolou US\$

1,5 bilhão de leilões de linha, quando dólares das reservas internacionais são vendidos com o compromisso de serem recomprados meses depois.

Bolsa

No **mercado** de ações, o dia foi marcado por perdas. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou esta sexta aos 93.834 pontos, com recuo de 2,24%. O indicador fechou a semana com queda de 2,83%.

O Ibovespa seguiu o **mercado** externo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu 2,84% num dia de reversão de expectativas em torno da evolução da pandemia de novo coronavírus nos Estados Unidos, onde diversos estados estão registrando aumento no número de novos casos. Hoje, o governo do Texas ordenou o fechamento de vários tipos de negócios, após o ressurgimento de casos no estado.

Outro fator que aumentou o pessimismo no **mercado** norte-americano foi a decisão do Federal Reserve, Banco Central dos Estados Unidos, de aumentar o requerimento mínimo de capital que os bancos não podem emprestar e de limitar o pagamento de dividendos pelas instituições financeiras. A medida indica que a saída da crise será mais longa que o previsto na maior **economia** do planeta.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro: auxílio deve ter novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (25) que o auxílio emergencial vai pagar um adicional de R\$ 1,2 mil, que serão divididos em três parcelas.

'Vamos partir para uma adequação. Deve ser, estamos estudando, R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300', afirmou o presidente durante sua live semanal nas redes sociais. Ele estava ao lado do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, que também confirmou que a terceira parcela do auxílio emergencial, no valor de R\$ 600, começa a ser paga no sábado (27).

Ao todo, o programa atende a cerca de 60

milhões de pessoas, e é destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, como forma de fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

'Estávamos em R\$ 600, o auxílio, e à medida que a **economia** começa a se recuperar, e começa a andar novamente, as pessoas vão devagar se habituando [com a redução do valor]', afirmou Guedes.

Bolsonaro também disse que espera que a **economia** possa ser retomada e defendeu a reabertura das atividades comerciais. 'A gente apela aos governadores e prefeitos, com a responsabilidade que é pertinente de cada um, que comecem a abrir o **mercado**, abrir para funcionar', afirmou. Balanço mais recente do Ministério da Saúde registra um total de 1.228.114 de pessoas infectadas e quase 55 mil óbitos provocados pela covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha no maior valor em um mês em dia de tensões externas; Moeda norte-americana subiu pela terceira sessão seguida



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

Num dia de tensões no **mercado** externo em torno da pandemia do novo coronavírus, o dólar fechou no maior valor em um mês, e a bolsa de valores caiu. O dólar comercial encerrou esta sexta-feira (26) vendido a R\$ 5,465, com alta de R\$ 0,137 (+2,58%). A cotação está no nível mais alto desde 22 de maio, quando tinha fechado em R\$ 5,574.

Essa foi a terceira subida seguida do dólar, que operou em alta durante toda a sessão. A divisa acumula valorização de 2,76% na semana e de 36,19% em 2020. O euro comercial fechou o dia vendido a R\$ 6,136, com alta de 2,07% e no maior valor desde 20 de maio. A libra esterlina comercial subiu 1,27% e encerrou a sessão vendida a R\$ 6,748.

O Banco Central (BC) atuou no **mercado**, mas não conseguiu segurar a cotação. A autoridade monetária vendeu US\$ 502,5 milhões das reservas internacionais e rolou (renovou) US\$ 600 milhões de contratos de swap cambial - venda de dólares no **mercado** futuro - que venceriam em agosto. O BC também rolou US\$ 1,5 bilhão de leilões de linha, quando dólares das reservas internacionais são vendidos com o compromisso de serem recomprados meses depois.

Bolsa

No **mercado** de ações, o dia foi marcado por perdas. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores brasileira), encerrou esta sexta aos 93.834 pontos, com recuo de 2,24%. O indicador fechou a semana com queda de 2,83%.

O Ibovespa seguiu o **mercado** externo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu 2,84% num dia de reversão de expectativas em torno da evolução da pandemia de novo coronavírus nos Estados Unidos, onde diversos estados estão registrando aumento no número de novos casos. Hoje, o governo do Texas ordenou o fechamento de vários tipos de negócios, após o ressurgimento de casos no estado.

Outro fator que aumentou o pessimismo no **mercado** norte-americano foi a decisão do Federal Reserve, Banco Central dos Estados Unidos, de aumentar o requerimento mínimo de capital que os bancos não podem emprestar e de limitar o pagamento de dividendos pelas instituições financeiras. A medida indica que a saída da crise será mais longa que o previsto na maior **economia** do planeta.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

ACSP: Impostômetro atinge R\$ 1 trilhão neste sábado; COVID-19 faz arrecadação cair 26%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Lúcio Flávio

Imagem: Ilustração

O Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) alcança neste sábado (27), às 4h32, a marca de R\$ 1 trilhão em **tributos** arrecadados pelo governo na forma de impostos, taxas, multas e contribuições, pagos pelos brasileiros desde o primeiro dia do ano.

O montante chega com atraso de 33 dias em relação ao ano passado, registrado em 24 de maio de 2019, indicando recuo no crescimento da **economia** do país, ocasionado pela crise do novo coronavírus (COVID-19), destaca

informação da assessoria de imprensa da Associação.

No portal eletrônico www.impostometro.com.br possível visualizar valores arrecadados por período, estado, município e categoria.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Novo rumo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

itamar@tribunadonorte.com.br

As movimentações de bastidores na Confederação Brasileira de Futebol - CBF, nos últimos dias, apontam para um novo rumo no que diz respeito ao rearranjo do calendário deste ano devido a pandemia de Covid-19. Se em princípio a ideia era reiniciar a temporada pelos campeonatos estaduais, uma vez que não demandaria viagens e o risco de contaminação de atletas seria reduzido, agora tudo mudou, como diria o saudoso 'punk' - Chico Inácio. A entidade se reuniu com a elite e decidiu que os Campeonatos Brasileiros (ao menos séries A e B) e a Copa do Brasil tem prioridade.

Novo rumo 1

A mudança de rota, como na maioria das decisões tomadas por grandes conglomerados de negócios milionários, tem o cheiro do dinheiro. A CBF percebeu que gastaria muito menos com a testagem de clubes dos Brasileirões e Copa do Brasil, do que teria que desembolsar, país à fora, com pequenos clubes em 27 competições estaduais. Sendo assim, os torneios locais entrarão no fim da fila, dando chance para que até fevereiro (quando devem terminar os nacionais) a pandemia diminua o ritmo, surjam medicamentos e até a vacina. Tudo é uma questão de **economia** e praticidade.

Novo rumo 2

Além disso, se levarmos em consideração outros fatores, que não apenas o Covid-19, os pequenos clubes dos Estados não têm a menor condição de recontratar um grupo de atletas para jogar pouquíssimos jogos e depois dispensar todo mundo de novo. É contraproducente. Ano que vem (o Brasileirão vai até 2021), o time contrata para a temporada seguinte e já usa esse elenco para concluir a atual, evitando despesas maiores.

Testes

Por falar em testes, a preocupação do médico Roberto Vital precisa ser levada em consideração em relação a questão da testagem dos atletas para Covid-19. Em todos os protocolos fala-se na necessidade de testes, no entanto, Vital ressalta que é preciso que a CBF

defina qual o teste será exigido, uma vez que existem vários tipos destes no **mercado**, com preços distintos e nível de confiabilidade variado. Sem a padronização não há segurança.

Luta

E hoje tem potiguar no UFC Fight Night. Philippe Lins entra no óctogono no Card Principal do evento em Las Vegas, EUA. Menos de dois meses depois da sua estreia no UFC, ele (14-4-0) já está de volta. O peso-pesado, que foi derrotado pelo ex-campeão Andrei Arlovksi no dia 13 de maio, enfrenta o canadense Tanner Boser (17-6-1), que também tem pouco tempo na organização. Boser estreou em outubro e possui uma vitória e uma derrota.

O técnico Renatinho Potiguar, que comanda o Globo, em entrevista Jovem Pan News Natal, no programa Tribuna Esporte, revelou que está preocupado com a possibilidade de outros estados iniciarem os treinamentos das equipes antes que o futebol seja liberado no Rio Grande do Norte. Ele acredita que a desvantagem técnica e física será muito grande e fará a diferença na disputa do campeonato da Série D. A mesma preocupação já foi demonstrada pelo América.

Novos talentos

A parada pela pandemia e o retorno incerto ainda de treinamentos de vários esportes pode fazer com que uma geração de novos talentos não vingue. Muitos trabalhos de categoria de base foram interrompidos e provavelmente não retornarão, em sua maioria por falta de recursos. A crise, que já existia, será maior e mais duradoura e, claro, infelizmente, quem

tem menos, sofre mais.

Dicas na pandemia

Mais um fim de semana em casa e resolvi 'ajudar' aos que estarão enclausurados e são apaixonados pelo esporte como eu.

Dica 1

O canal BandSports tem uma programação de fim de semana com memórias interessantes voltadas para outras modalidades que não o futebol.

* A luta lendária do pugilista panamenho Roberto Durán contra o norte-americano Sugar Ray Leonard, na decisão dos pesos supermédios do WBC (Conselho Mundial de Boxe). A luta foi realizada no ano de 1989, no The Mirage Hotel, em Las Vegas (EUA). Hoje, 27 de junho, às 19h30.

** No domingo, 28 de junho tem DOC BandSports. O entrevistado será o técnico de atletismo Jayme Netto, que comandou o quarteto medalhista de prata no revezamento 4x100m nos Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000 (entre eles o potiguar VICENTE LENÍLSON). Às 21h.

Dica 2

Sportv

A Sportv está transmitindo uma raridade. Partidas da Seleção Brasileira nas Copas do Mundo de 1958 e 1962. Confira os jogos e horários.

Hoje, dia 27:

18h - Brasil 3 x 1 Tchecoslováquia - Final da
Copa do Mundo de 1962

DOMINGO, dia 28:

18h - Brasil 5 x 2 França - Semifinal da Copa
do Mundo de 1958

SEGUNDA-FEIRA, dia 29:

19h - Brasil 5 x 2 Suécia - Final da Copa do
Mundo de 1958

Preocupação

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Deborah Rossoni, da Apex-Brasil: "Objetivo é qualificar 150 empresas"



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

Na próxima quinta-feira, 30 de junho, o Rio Grande do Norte recebe um reforço de apoio à exportação no Estado. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) lançará um Núcleo do Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX). Na região, o PEIEX será executado por meio de uma parceria com a Universidade Potiguar (UnP), integrante da rede Laureate, pelos próximos 24 meses.

O Núcleo tem sede em Natal e mais dois polos: Mossoró e Caicó. Esta é a segunda edição do programa no RN - que teve atuação entre 2016 e 2018 - e o objetivo é qualificar 150 empresas

para que passem a comercializar seus produtos em outros países. A prioridade é atender empresas dos setores de alimentos e bebidas; frutas; cosméticos e higiene pessoal e Tecnologia da Informação. Mas, no decorrer da execução do Programa, outros setores estratégicos poderão ser incorporados.

Nesta entrevista concedida à TRIBUNA DO NORTE, a Gerente de Competitividade e Ensino da Apex-Brasil, Deborah Rossoni, explica um pouco sobre o que é o Programa, quais as oportunidades que o comércio exterior traz para o Brasil e o RN, além do potencial de cidades do interior para serem contempladas nesse segundo ciclo do programa que se inicia em 2020.

No que consiste o PEIEX e qual a importância desse programa para o Rio Grande do Norte?

PEIEX é o Programa de Qualificação para Exportação oferecido pela Apex-Brasil para que sua empresa inicie o processo de exportação de forma planejada e segura. O Núcleo tem sede em Natal e atua também em dois polos: um em Mossoró, polo produtor de frutas, sal e da cadeia produtiva de óleo e gás; e um em Caicó, para atender as empresas da região. O objetivo é qualificar 150 empresas dessas regiões para que passem a comercializar seus produtos em outros países. A prioridade é atender empresas dos setores de alimentos e bebidas; frutas; cosméticos e higiene pessoal e TI. Mas, no decorrer da execução do Programa, outros setores estratégicos poderão ser incorporados. É a segunda edição do PEIEX-RN na região, no período de 2016-2018, o programa atendeu 190 empresas.

Como se deu o processo de levantamento de

informações sobre o potencial exportador do Estado? O que foi identificado?

O levantamento de informações sobre potencial exportador do Estado considera, entre outros, Produto Interno Bruto (PIB), dados de exportação e importação, quantidade de empresas, população e força de trabalho, e são obtidos em diferentes fontes, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ComexStat, Receita Federal, Siscomex, RAIS. As informações principais dão conta de que, em 2019, as exportações do RN totalizaram US\$ 394,8 milhões, o que representou um aumento de 42,47% em relação aos dados de 2018. Com uma participação de 0,2% nas exportações totais do Brasil em 2019, o RN é o 20º no ranking das Unidades da Federação com maior valor exportado. O Estado potiguar não seguiu, em linhas gerais, a trajetória das exportações brasileiras nos anos analisados. Entre 2012 e 2019, as exportações do RN registraram crescimento média anual de 6,10%, enquanto as brasileiras caíram 1,03%. Como resultado, a participação do Rio Grande do Norte no total exportado pelo país passou de 0,11%, para 0,18%.

Quais países se mostram mais abertos aos produtos produzidos no Estado e quais são os que têm maior possibilidade de venda ao **mercado** internacional?

A Apex-Brasil elaborou o estudo 'Rio Grande do Norte - Perfil e Oportunidades de Exportações e Investimentos', que traz panorama geral da **economia** do Estado e identifica o seu potencial exportador a partir de uma análise das exportações de bens e serviços e do perfil dos investimentos estrangeiros diretos nessa unidade da federação. O estudo identificou 138 oportunidades específicas para o Rio Grande do Norte, distribuídas em 12 complexos,

mapeadas com base na metodologia da Apex-Brasil, para as exportações potiguares para cinco destinos selecionados - Estados Unidos, Países Baixos, Portugal, Alemanha e Itália -, detalhadas por categorias (Abertura, Consolidação, Manutenção e Recuperação) e pelo código SH6. Detalhes deste estudo serão apresentados no dia do lançamento remoto do PEIEX RN, dia 30/06.

Como funcionarão os polos nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó? Por quais razões esses destinos foram escolhidos?

O Núcleo tem sede em Natal e atua também em dois polos: um em Mossoró, polo produtor de frutas, sal e da cadeia produtiva de óleo e gás e um em Caicó, para atender as empresas da região. Ambos os polos funcionam por meio da mesma metodologia do PEIEX, que prevê o atendimento individual e gratuito de empresas que possuam o desejo de exportar e tenham o CNPJ ativo, e que são avaliadas pela equipe responsável em relação ao seu potencial exportador e à adequação entre expectativas e benefícios que ela pode encontrar no programa. A escolha desses polos foi baseada em estudos da Gerência de Inteligência que consideram variáveis como Quantidade de empresas da região, faixas de exportação.

Quantas empresas deverão ser atendidas pelo programa e quais os diferenciais são expostos para que elas busquem o **mercado** das exportações?

O objetivo é qualificar 150 empresas das regiões para que passem a comercializar seus produtos em outros países. A prioridade é atender empresas dos setores de alimentos e bebidas; frutas; cosméticos e higiene pessoal e TI. Mas, no decorrer da execução do Programa, outros setores estratégicos poderão ser incorporados. Os atendimentos são

realizados pela a equipe do Núcleo Operacional com base em visitas às empresas: a 1ª visita tem o objetivo de medir o potencial exportador; a 2ª visita é a ocasião em que o técnico do PEIEX faz um diagnóstico do negócio para identificar o nível de prontidão da empresa para a exportação. Com base nas informações levantadas, a equipe do Núcleo PEIEX elabora um plano de trabalho com a implantação de requisitos necessários à exportação, inclusive formas de identificar mercados alvo e compradores para seu produto ou serviço. Além do conhecimento técnico dos profissionais do programa, o PEIEX se diferencia pelo formato de atendimentos individualizados e gratuitos, em que a contrapartida da empresa é sua disponibilidade de tempo e de investimento em melhorias e adequações necessárias ao processo de exportação.

Os resultados da participação no PEIEX costumam surgir com quanto tempo? Esses resultados são aumento no faturamento, geração de mais emprego? E como é possível mantê-los ou até mesmo ampliá-los?

Cada Núcleo Operacional do PEIEX é implementado no município/região e é composto, em geral, por: coordenador, monitor, técnicos e apoios técnicos e apoios administrativos, sendo que a sua composição e o número de integrantes pode variar de acordo com a meta de empresas a serem atendidas. O atendimento do PEIEX é feito pela equipe do Núcleo Operacional com base em visitas às empresas: a 1ª visita tem o objetivo de medir o potencial exportador; a 2ª visita é a ocasião em que o técnico do PEIEX faz um diagnóstico do negócio para identificar o nível de prontidão da empresa para a exportação. Com base nas informações levantadas, a equipe do Núcleo PEIEX elabora um plano de trabalho com a implantação de requisitos necessários à

exportação. E entrega para a empresa um Plano de Exportação de 1 produto para 1 **mercado**. O PEIEX visa tornar a empresa mais competitiva de modo a prepara-la melhor para competir no **mercado** internacional. Os benefícios / resultados desta capacitação podem ser vistos com a possibilidade de a empresa passar a ter clientes, portanto mais faturamento, em outros mercados. Além disso, passa a trabalhar seus produtos e serviços com qualidade exigida em nível internacional e pode começar a trabalhar com parceiros internacionais ou mesmo receber investimentos ou expandir suas operações para outro país. Todos esses resultados são positivos não apenas para a empresa, mas para o Brasil como um todo, pois acabam posicionando o país de uma forma mais competitiva no exterior, trazendo ganhos de reputação e imagem que podem se refletir também na geração de negócios.

Como se deu a parceria da Universidade Potiguar (UnP) com a Apex-Brasil?

O Programa é implementado em todas regiões do país, por meio de parcerias da Apex-Brasil com instituições de ensino (Universidades, Parques Tecnológicos ou Fundações de Amparo à Pesquisa) ou Federações de Indústria. No caso do Rio Grande do Norte, a UnP é a chamada entidade executora do programa, responsável pela aplicação da metodologia do PEIEX na qualificação de empresas. Desta forma, profissionais especialistas em comércio exterior da UnP orientam os empresários nos caminhos mais adequados para o **mercado** externo.

Qual a importância dessa parceria para o RN?

A parceria do PEIEX com a UnP pode trazer um nível maior de competitividade e qualificação para tornar as empresas locais

aptas a conquistarem novos mercados. Exportando mais e conquistando reconhecimento internacional, as empresas potiguares alavancam a **economia** do estado e podem dar maior visibilidade aos produtos locais em todo o mundo.

Quem

Deborah Rossoni é gerente de Competitividade e Ensino da Apex-Brasil, atua na área de Comércio Internacional desde 2007, tendo desenvolvido projetos de desenvolvimento de competitividade de empresas e promoção comercial e internacionalização para diversos setores da indústria e serviços. Formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Uberlândia, com pós-graduação em Comércio Exterior e Internacionalização de empresas pela FGV e Gestão Empresarial pela EAESP.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Contas públicas x renda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

O Governo quer uma redução escalonada do Auxílio Emergencial. Defende pagamentos de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 em três meses em vez de dois de R\$ 600. Um estudo do Ipea diz que o Auxílio Emergencial compensou boa parte da perda de renda e o efeito mais significativo aconteceu em estados do Norte e Nordeste. Na média, o auxílio representou um acréscimo médio de R\$ 846,50 aos domicílios do País. A pesquisa do Ipea se baseou em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19, do IBGE, e considerou quatro semanas do mês de maio. O valor repassado pelo governo correspondeu a 44,6% do rendimento médio dos ocupados, a 77,5% do

rendimento médio dos trabalhadores por conta própria, e foi 21,2% superior ao rendimento médio do trabalhador doméstico.

Abono

Pesquisadores propõem um abono salarial emergencial durante pandemia. A proposta do Ipea pode se somar às já implantadas para amenizar os efeitos da perda de renda dos trabalhadores provocada pela pandemia. A medida prevê a adição de R\$ 5 bilhões anuais nos gastos já previstos para o benefício, considerando 2020 e 2021, um acréscimo de cerca de 25% na despesa total.

Cobrança

O Senado aprovou a suspensão das parcelas do crédito consignado por 120 dias. No RN também está suspenso por uma decisão da Assembleia Legislativa. Os planos de saúde também suspenderam o reajuste de abril e maio. Todos esses reajustes e parcelas prorrogadas virão logo que a pandemia seja superada. É questão de dias. O pagamento agora ou posterior depende do orçamento de cada um.

Pandemia

A ata do Copom reforça a avaliação do colegiado de que o impacto da pandemia de covid-19 sobre a **economia** brasileira será desinflacionário e associado a forte aumento do nível de ociosidade dos fatores de produção. 'A elevação abrupta da incerteza sobre a **economia** deve resultar em aumento da poupança precaucional e consequente redução significativa da demanda agregada', alerta o Banco Central.

Plano

O Plano Safra 2020/2021, para a agricultura familiar, tem aumento de recursos no Pronaf e Pronamp (mais de R\$ 30 bilhões em cada), taxas de **juros** mais baixas (2,75% no Pronaf), ampliação de limites de crédito para o produtos e também medidas de desburocratização. O Banco do Nordeste investirá R\$ 8,26 bilhões no Plano Safra 2020-2021. O valor representa incremento de 6% em relação ao plano anterior.

Dívida boa e ruim

Nada menos do que 67% das famílias brasileiras têm dívida com bancos, cartão ou crediário. A inadimplência atinge 25,4% e chega perto do recorde da série histórica. Nem toda dívida é ruim. Uma pessoa ou uma empresa pode se endividar para melhorar sua situação de vida ou, de produção. O endividamento vai tornar-se perigoso quando as parcelas não são quitadas no prazo, principalmente, em linhas de crédito mais caras como cartão e cheque especial.

Orientação

O Sebrae orienta a retomada das atividades dos pequenos negócios no país. Ao todo, foram elaborados 35 documentos para 47 segmentos setoriais, que correspondem a 75% dos pequenos negócios do Brasil e são responsáveis por 46% dos empregos gerados no País.

Retomada (I)

A KPMG fez um levantamento sobre os impactos do isolamento provocado pela pandemia da covid-19 nas indústrias brasileiras. Varejo, mídia, telemedicina,

químico, entrega de alimentos, educação digital e alimentos e bebidas são os setores que devem ter uma retomada dos negócios mais efetiva pós covid-19.

Retomada (II)

Na outra ponta, estão áreas como aeroportos, outros segmentos de varejo, hotéis, governo, mercados industriais, esporte e mídia que podem ter um processo mais longo de reinício das atividades. O documento estipulou quatro diferentes tipos de padrão de retomada para as empresas: crescimento, retorno ao normal, transformar para emergir e reiniciar

Curso

O Grupo Solum, holding que conecta empresas e investidores, lança em julho o curso online 'Além da Bolsa', por meio da plataforma Eduzz. O objetivo é ensinar como funciona o **mercado** de Private Equity e Venture Capital para investidores que querem ir além do convencional. As aulas serão ministradas por nomes como Pedro Janot (ex-CEO da Azul e da Zara), Rodrigo Fiszman e Patricia Stille (ambos ex-sócios da XP).

Retorno

A companhia aérea Gol volta a operar 250 voos diariamente, atendendo mais de 50 destinos diferentes no País. A partir de setembro, estará voando para destinos internacionais: De São Paulo (GRU) para Santiago, Montevideu, Lima e do Rio de Janeiro (GIG) para Buenos Aires, Rosário e Córdoba, na Argentina.

Apoio

A Casa Durval Paiva busca novos mantenedores. Há 25 anos a Casa é referência na luta contra o câncer infanto juvenil no RN.

Por lá já passaram 1.601 crianças e adolescentes. Hoje, 221 estão em tratamento, vindos de 133 cidades do RN, Paraíba, Ceará, Piauí e Sergipe. Quem quiser, pode ajudar com qualquer quantia, através de transferência, boleto bancário ou depósito.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Acesso a crédito para os pequenos negócios é tema de live com especialistas do Sebrae



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

O Sebrae realiza na próxima quinta-feira (2/7), às 18h, uma live para abordar o tema do acesso a crédito pelas pequenas e médias empresas. A iniciativa é fruto de uma parceria com o movimento Compre do Bairro e contará com a expertise dos analistas de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Giovanni Bevilaqua e Adalberto Luiz. O tema será 'Acesso a Crédito: O que realmente funciona para as MPE?'.

Além de falarem sobre as principais linhas de créditos disponíveis no **mercado** para os pequenos negócios, os especialistas irão tirar dúvidas do público ao vivo. A busca por crédito

aumentou significativamente após o início da pandemia do coronavírus. Nesse contexto, muitos empreendedores estão buscando acesso a empréstimos para salvar a saúde de seus negócios. Mas, como o microempreendedor pode fazer isso com segurança? Em termos práticos, o que ele precisa fazer para conseguir crédito? Essas são algumas questões que serão elucidadas na live.

O analista Giovanni Bevilaqua afirma que o momento é desafiador para as MPE. Por isso, quanto mais informações os empreendedores tiverem, mais capacidade terão de tomarem decisões assertivas. 'Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam uma retração da **economia** brasileira em ao menos 7,4%. Dentro dessa margem estão inseridos diversos segmentos dos pequenos negócios. Sabendo disso, o Sebrae atua para contribuir com soluções ao empreendedor para que ele possa se recuperar', disse.

Bevilaqua acrescenta que a participação do público será fundamental para demonstrar quais são as principais dúvidas e anseios: 'A ideia é fazer uma troca. Nós temos o conhecimento e queremos ouvir dos empreendedores quais são as questões que mais os afligem'. A live será transmitida às partir das 18h nas páginas do Facebook, LinkedIn e canal do Youtube do Compre do Bairro.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

CNI acredita que lei da terceirização ampliará geração de empregos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) participou do julgamento, na condição de *amicus curiae* (terceiro interessado), posicionando-se contra as ações e a favor da constitucionalidade da terceirização. A decisão do Supremo reitera o entendimento firmado em agosto de 2018, quando os ministros julgaram duas ações sobre o tema e afastaram a aplicação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerava válida somente a terceirização das chamadas atividade-meio.

Lei da Terceirização é constitucional, decide STF

Na avaliação da CNI, a regulamentação da

terceirização foi de fundamental importância, uma vez que este é um dos pilares para que a **economia** brasileira seja mais competitiva no **mercado** mundial, de forma a estimular a atividade produtiva e gerar um ambiente de negócios mais saudável, atrativo e seguro. 'A regulamentação do tema, por meio da Lei nº 13.429/2017, e, agora, o reconhecimento de sua validade pelo Supremo Tribunal Federal, é uma grande conquista, que trará mais segurança jurídica e proteção também para os trabalhadores, além de equilíbrio e estabilidade das relações jurídico-laborais', afirma o superintendente Jurídico da CNI, Cassio Borges.

Sem proibição

O ministro relator das ações, Gilmar Mendes, destacou que a Constituição Federal não proíbe a existência de contratos de trabalho temporários nem a prestação de serviços por terceiros. De acordo com o ministro, em um cenário de etapas produtivas cada vez mais complexo, agravado pelo desenvolvimento da tecnologia e pela crescente especialização dos agentes econômicos, torna-se praticamente impossível definir, sem ingerência do arbítrio e da discricionariedade, quais atividades seriam meio e quais seriam fim.

Gilmar Mendes explicou que a modernização das relações trabalhistas é importante para aumentar a oferta de emprego e assegurar os direitos constitucionais, como a garantia contra despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o fundo de garantia por tempo de serviço e o **salário** mínimo. 'A rigor, o artigo 7º da Constituição não tem vida própria, depende do seu suporte fático: o trabalho. Sem trabalho, não há de se falar em direito ou garantia trabalhista.

Sem trabalho, a Constituição não passará de uma carta de intenções', afirmou o ministro.

Processo

Em 2017, A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu para defender, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a validade da lei que regulamentou a terceirização. Em novembro daquele ano, a entidade apresentou à Corte uma solicitação para participar das cinco ações que discutiram a constitucionalidade da Lei 13.429/2017. Na petição, a CNI pediu para ser admitida como amicus curiae (parte interessada) nas ADIs 5685, 5686, 5687, 5695 e 5735, que contestam a legislação, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em 31 de março.

A CNI defendeu a manutenção da lei em sua integralidade, uma vez que considera a regulamentação do tema um significativo avanço na definição de regras claras para uma prática que é realidade nas estruturas produtivas do Brasil e do mundo. Na visão da CNI, a proposta soluciona o principal foco de conflito jurídico nos contratos de terceirização, que era a distinção entre atividade-meio e atividade-fim, conceito genérico e aberto a interpretações subjetivas adotadas pelos juízes trabalhistas no Brasil.

Entenda o que é a terceirização

Conforme a Confederação Nacional da Indústria, em todo o mundo, as empresas firmam parcerias. Seja para incorporar novas tecnologias, ganhar eficiência ou elevar a produtividade, os contratos de prestação de serviços ou de fornecimento de bens especializados se tornaram parte estratégica do processo produtivo moderno.

No Brasil, essa forma de gestão da produção

se tornou conhecida como terceirização. Por meio dela, uma empresa pode concentrar recursos nas atividades estratégicas e agregar, em seu processo produtivo, novas competências e especialidade de empresas parceiras, de acordo com seu modelo de negócios.

Essas parcerias consistem, assim, na moderna divisão de um processo produtivo, em que, a cada etapa executada, a empresa encarregada agrega valor à produção como um todo. Tal dinâmica obedece à estratégia de negócios da empresa e a decisão do que terceirizar está diretamente ligada ao modelo traçado.

'Ao propiciar parcerias produtivas entre as empresas, a terceirização aumenta a capacidade competitiva, fomenta o aprimoramento técnico e o intercâmbio de tecnologias, contribui para maior eficiência da produção e, conseqüentemente, amplia o potencial de sobrevivência em um mundo de concorrência acirrada', destaca a CNI.

Conforme defende a entidade, 'a terceirização é essencial para a formação de redes de produção locais, regionais, nacionais e globais. Com uma estrutura produtiva mundial cada vez mais interconectada, a terceirização serve de estímulo à inserção de empresas em estruturas produtivas e ao empreendedorismo, além de contribuir para a geração de empregos'.

Tire suas dúvidas

1. Terceirização retira direitos de trabalhadores?

Não. O trabalhador terceirizado, assim como todos os trabalhadores formais, tem direito a carteira assinada, férias, 13º salário, FGTS, adicionais de insalubridade e periculosidade (se for o caso), garantias de segurança e saúde

no trabalho e todos os demais direitos previstos em lei. Também possui as garantias de livre associação ao sindicato de sua categoria e proteção sindical, além de direitos e deveres coletivos negociados pelo respectivo sindicato. Ainda podem recorrer à Justiça do Trabalho quando entenderem necessário.

2. A terceirização precariza o trabalho?

Não. A precarização não decorre da terceirização, mas sim da informalidade de alguns trabalhos ou quando não é respeitada a legislação trabalhista, o que pode ocorrer em qualquer forma ou modalidade de contrato de trabalho.

3. Terceirizar a chamada atividade-fim é sinônimo de fraude trabalhista?

Não. As empresas contratam serviços e bens especializados de outras empresas buscando, entre outros objetivos, incorporar tecnologias, ter ganhos de eficiência e de produtividade. Tais atividades são delegadas de acordo com o modelo de negócios de cada empresa e está relacionada ao respectivo processo produtivo. Do ponto de vista trabalhista, todas as empresas num contrato de terceirização - contratantes ou prestadoras de serviços - devem cumprir as exigências das leis do trabalho: registro em carteira do trabalho, jornada legal fixada, férias, 13º **salário**, proteções previdenciárias e FGTS, normas de saúde e segurança do trabalho, além do que estiver previsto em acordos e convenções coletivos da respectiva categoria profissional.

4. A responsabilidade solidária entre as empresas é a única forma de garantir o direito dos trabalhadores?

Não. A responsabilidade subsidiária obriga simultaneamente tanto a contratante como a

contratada a garantir os direitos dos trabalhadores. Pela jurisprudência, se a contratante não fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada, ela pode ser diretamente responsabilizada por essas obrigações (tornando-se então solidária). Por outro lado, se for exclusivamente solidária não há esta dupla proteção, e a empresa contratada (prestadora dos serviços) pode se sentir desobrigada em manter uma relação adequada com trabalhadores e empresas contratantes.

5. A terceirização leva ao aumento da informalidade?

A informalidade é a situação de inexistência de um regime formal de contratação. Por exemplo, quando uma empresa emprega um trabalhador sem assinar sua carteira de trabalho. Na terceirização, tanto a empresa que contrata um serviço quanto a prestadora do serviço têm de cumprir com as obrigações previstas na legislação trabalhista e nos instrumentos coletivos das respectivas categorias profissionais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

De bico



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Antony Medeiros

Desde março, quando a Federação Norteriograndense de Futebol (FNF) decretou a suspensão do Campeonato Potiguar por conta da pandemia do novo coronavírus, a vida de diversos profissionais ligados ao futebol passou por uma verdadeira reviravolta. Em decorrência da parada, jogadores, técnicos e membros da comissão técnica tiveram suas rotinas interrompidas e em alguns casos passaram a desempenhar outros tipos de atividades para complementar ou até substituir as receitas que ganhavam regularmente com o futebol.

Exemplo é o caso de Mikael, meia-atacante do Potiguar de Mossoró, 22. Natural de

Soledade/PB, o atleta falou à TRIBUNA DO NORTE, por telefone, de sua cidade natal, onde está aguardando a sinalização do clube mossoroense para o retorno das atividades, que ainda depende da sinalização da Sesp e FNF. Enquanto isso não vem, o jogador segue cuidando de um lava-jato, aberto pelo meia justamente durante a pandemia. Com o auxílio de um ajudante, o próprio Mikael executa as ações e, com isso, complementa a renda que recebe como atleta, já que o clube segue honrando seus pagamentos até o final do seu contrato, datado até o desfecho da Série D.

'Quando nos demos conta do tamanho [se referindo ao enfrentamento à Covid], o clube liberou a gente para voltar para as nossas casas, pra começar a quarentena. Não sabia que ia ter um impacto tão grande no futebol e, principalmente, na vida. Mas vamos confiar em Deus? Só ele pode acabar com isso para que tudo volte ao normal, para que todos possam fazer o que gosta', afirmou o atleta, que concilia a administração do empreendimento com os treinos por conta própria, para não deixar cair sua forma física.

Mikael afirma que tentou o benefício do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, mas não foi aprovado. Os R\$ 600, caso conseguissem, seria imprescindível para complemento da renda da família. Casado, a esposa, auxiliar de professora, também está sem acesso à íntegra do seu **salário**. Uma enteada de 12 anos e a mãe de Mikael, que atualmente está desempregada, também dependem dos vencimentos do atleta, que entrou em campo onze vezes pelo Potiguar nesta temporada, marcando um gol.

Já o atacante Antonio Júnior, 24, que estava

vinculado ao Santa Cruz antes da pandemia, sequer mantém renda relacionada ao futebol atualmente. Com o clube longe das competições nacionais e com compromissos ligados apenas ao Estadual, a maioria dos atletas possuíam contrato válido até abril, prazo original para o fim da competição. 'O clube foi muito correto com todos os jogadores. Pagaram o mês de março completo, mesmo com as atividades terminando na metade de março', afirmou o atleta, que tem passagens pelas categorias de base do ABC e América e mora, hoje, em Goianinha.

Toinho, como também é chamado no mundo do futebol, substituiu a renda do esporte com a venda de produtos de beleza de forma autônoma. É essa atividade que leva comida à mesa da família do jogador, composta pela esposa e um enteado. 'Passei a vender também trufas. Continua a ser uma fonte de vendas, mesmo que tenha caído um pouco com a pandemia', afirma o jogador, que revela ter sido aprovado pelo Dataprev no lote mais recente de beneficiários que tentaram o auxílio emergencial.

Essa não é a primeira ocasião que Antonio Júnior fica longe do futebol. Entre 2014 e 2017, o atleta revela que ficou por três anos desempregado, sem vínculo com clube algum, período que teve que se virar para complementar a renda de modo honesto, como bem define. 'Fiz de tudo um pouco nesse período, foi aí que comecei com a venda de trufas', afirma o atacante, que se despediu do Santa Cruz com sete jogos e nenhum gol marcado na temporada.

Situação varia de acordo com o clube

A necessidade de desempenhar uma outra função durante à pandemia é mais presente em clubes de menor estrutura. No caso de ABC e

América, por exemplo, a situação é mais estável. Em ambos os clubes, foram anunciadas reduções salariais dos jogadores, práticas recriminada pelo Sindicato dos Atletas de Futebol do RN (Safern), mas que manteve os atletas com contrato vigente com os clubes com vencimentos mesmo durante a paralisação. Os atletas foram acompanhados pelos profissionais da comissão técnica para treinos de forma remota, como forma de manter a preparação física sem grandes perdas para o retorno das atividades, ainda sem data definida.

Além do Potiguar, que segue pagando seus benefícios, outro clube do estado que disputará uma competição nacional é o Globo FC. Em entrevista à Jovem Pan News Natal, o técnico Renatinho Potiguar afirmou que o clube rescindiu alguns contratos e suspendeu outros vínculos, dentro do que é disposto na MP 936, medida provisória que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19. 'Alguns atletas estão recebendo parte ou todo o **salário** pelo Governo Federal',

Um estudo feito pela EY a pedido da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), repercutido em reportagem em dezembro do ano passado pelo jornalista Rodrigo Mattos, revelou que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na **economia** do Brasil, o que representou 0,72% do Produto Interno Bruto do país em 2018, ano cuja os dados foram coletados.

Arbitragem também enfrenta problemas

Não é só a turma da bola do pé que sofre sem a pandemia. Os árbitros ligados à FNF também sentiram na pele o peso da paralisação da modalidade. É o caso de Diego Leonardo, 29, um dos mais promissores árbitros do quadro

potiguar e que recentemente conseguiu vínculo junto à CBF. 'Sem os jogos, perco a principal fonte de renda', afirma.

Além do futebol profissional, Diego 'apita' jogos de fut-7, futebol de areia e bocha paralímpica. Todas as atividades, segundo determinações da secretaria de Saúde do Governo do Estado, estão paralisadas até segunda ordem. No caso do árbitro, um paliativo foi a chegada do benefício do auxílio emergencial, o qual foi beneficiado nos primeiros lotes aprovados pelo Dataprev. 'Inicialmente achei que não seria sequer contemplado, mas depois terminei conseguindo por conta da atividade remunerada como árbitro. [O benefício] não é o suficiente, mas ajuda muito. Negociei o que eu pude nas minhas despesas e estou conseguindo me virar. Estava quitando as prestações de uma moto, mas tive de congelar o pagamento', comenta.

O árbitro Carlos Alberto de Berto, de 33 anos, também ligado à FNF, é porteiro de um condomínio e tira seu sustento durante à paralisação do futebol da atividade que exerce. Berto, que já foi coveiro, abriu mão do transporte público como forma de economizar gastos durante a pandemia. ' Vou ao trabalho de bicicleta, então já é um exercício bom. A situação geral mudou muito para os árbitros, até mais do que em comparação aos jogadores. Nós estamos com dificuldades para treinar e para manter nossas contas em dia", explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Renda menor



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

Uma pesquisa revelada ontem mostra que 71% dos brasileiros perderam renda com a pandemia. Diversas pesquisas de vários institutos têm mostrado que parte da população perdeu renda, enquanto outra parte teve o orçamento doméstico reforçado com o Auxílio Emergencial. E, ainda, uma grande parte consegue aumentar a poupança (depósitos menos saques). Só mesmo neste País chamado Brasil. A transferência de renda do Tesouro Nacional aos mais pobres tem sido de fundamental importância para a sobrevivência das pessoas. Contribui ainda para garantir uma circulação mínima de dinheiro na **economia**, juntamente com outras fontes.

Reabre

O Governo do Estado de São Paulo dará continuidade à retomada controlada das atividades econômicas, de acordo com a classificação por regiões. A capital pode ingressar na fase amarela, no dia 6 de julho. Se confirmado o cenário atual na próxima sexta-feira(3), bares, restaurantes, salões de beleza e barbearias poderão voltar ao atendimento presencial.

Comércio

A confiança do comércio registra a maior queda trimestral da série histórica em junho, de acordo com o índice da Fundação Getúlio Vargas. Em médias móveis trimestrais, o indicador manteve trajetória de queda pelo terceiro mês consecutivo (1,2 pontos), ainda influenciado pelo dado de abril, o mínimo histórico. A segunda alta consecutiva da confiança do comércio sugere que o pior momento do setor nessa pandemia pode ter sido em abril.

Tributos

O Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) alcança neste sábado (27/6), às 4h32, a marca de R\$ 1 trilhão em **tributos** arrecadados pelo governo na forma de impostos, taxas, multas e contribuições, pagos pelos brasileiros desde o primeiro dia do ano. O montante chega com atraso de 33 dias em relação ao ano passado. O covid-19 fez a arrecadação cair 26%.

Mercado

O preço do barril de petróleo (spot) foi cotado a

U\$ 38,29 uma queda de 0,73%. Já o dólar subiu forte, 2,34%, cotado a R\$ 5,462. O Ibovespa encerrou o pregão em queda de - 2,24% a 93.834 pontos. O **mercado** brasileiro foi guiado pelos acontecimentos no exterior.

Projeto São Francisco

Quando concluído o projeto, os dois eixos (Norte e Leste), da transposição do rio São Francisco vão garantir o abastecimento de água de 12 milhões de pessoas em 390 municípios em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto tem 477 quilômetros de extensão: Norte, com 260 quilômetros e o Leste, com 217. O Eixo Norte chegou ontem ao Ceará.

Abastecimento

As águas do São Francisco, agora com as boas chuvas de 2020 e, provavelmente de 2021, nesse novo percurso liberado a partir ontem abastecerá ainda Paraíba e Rio Grande do Norte. A comporta foi acionada, em Penaforte, extremo sul do Ceará, na divisa com Pernambuco. As águas passam pelo túnel Milagres, no Ceará, e irão até o reservatório Jati.

Imóveis

O Banco do Brasil coloca à venda 713 imóveis com até 60% de desconto em todo o Brasil. Os imóveis podem ser comprados em leilão ou venda direta, disponibilizados na plataforma. A venda acontece entre 25 e 30 deste mês, com casas e apartamentos, dentre outros imóveis, cujos valores variam de R\$ 30 mil a R\$ 3,997 milhões.

Segurança

A empresa de segurança Interfort, com raízes

potiguares, conquista novos mercados, agora no Sudeste, em reconhecimento à sua eficiência. Trabalhando para clientes como a Caixa Econômica, Banco do Brasil e Bradesco, a Interfort chega agora ao interior e à capital de São Paulo. Já emprega mais de dez mil pessoas.

Inchaço

Um estudo mostra a ascensão de três cidades brasileiras a metrópoles. Da lista, apenas Campinas, a 100 Km de São Paulo, é a única cidade que alcança o status sem ser capital de um estado. As outras são Vitória e Florianópolis. O que as grandes cidades brasileiras tem mesmo é inchaço populacional, exigindo mais serviços públicos.

Parceria

O Partage Shopping anuncia uma parceria com o Shopbanx para oferecer liquidez aos lojistas, na retomada do varejo. São serviços financeiros para as necessidades de lojistas e comerciantes da rede, destacando o Shopgiro, com crédito imediato para ajudar o empreendedor na retomada dos negócios. Inclui ainda máquinas de cartão e operação digital.

Tecnologia

A Hikvision implantou soluções termográficas na Arena das Dunas, Além de partidas de futebol e espaço para eventos e show, atualmente contempla salas comerciais e lojas. A inovação termográfica é capaz de medir a temperatura na superfície da pele com alta precisão em tempo real. O equipamento está na entrada da Arena Office, de acesso às salas comerciais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Confiança do Comércio sobe 17 pontos em junho, diz FGV



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 17,0 pontos na passagem de maio para junho, para 84,4 pontos, informou nesta sexta-feira (26) a Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo a FGV, a segunda alta consecutiva na confiança do comércio sugere que o pior momento para o setor na crise provocada pela pandemia do novo coronavírus pode ter sido em abril.

"Apesar da melhora do setor nesses dois últimos meses, esse resultado ainda precisa ser visto com cautela por dois motivos: a recuperação representa 60% do que foi perdido entre março e abril; e ainda tem sido muito mais influenciada pela evolução mais forte das

expectativas, o que é normal dado o baixo nível de comparação. Para os próximos meses, a elevada incerteza e a fragilidade do **mercado** de trabalho não permitem observar um cenário de consistente retomada", avaliou Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio no Instituto Brasileiro de **Economia** da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em junho, houve melhora na confiança em todos os seis principais segmentos do comércio. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) avançou 12,7 pontos, para 82,0 pontos. O Índice de Expectativas (IE-COM) subiu 20,6 pontos para 87,5 pontos. Apesar dos avanços em maio e junho, a forte queda na confiança em abril ainda fez o indicador de confiança encerrar o segundo trimestre com um recuo de 24,3 pontos, o mais agudo da série histórica. Ao fim do primeiro trimestre de 2020, as expectativas já começaram a ser afetadas por conta da pandemia, "dando indícios do que estava por vir". A coleta de dados para a edição de junho foi feita entre 1º e 24 do mês, com informações de 708 empresas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Após sanção do marco legal, haverá regulação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Amanda Pupo

agencia estado

BRASÍLIA - O governo federal vai contratar uma consultoria para propor alternativas de regulação para o saneamento, que teve seu novo marco legal aprovado pelo Congresso nesta semana. A melhora na regulação é um dos temas mais caros ao setor, já que hoje as empresas trabalham com normas consideradas despadronizadas e difusas. Portanto, há uma forte expectativa no **mercado** por regras uniformizadas, cujas diretrizes gerais passarão a ser editadas pela Agência Nacional de Águas (ANA), segundo o novo marco, que ainda

precisa ser sancionado pelo presidente.

A ideia é que a empresa forneça estudos e propostas ao governo e a ANA para auxiliar nesse processo. Feita por meio do Programa das Nações Unidas (Pnud), a contratação já está em fase avançada e deve ser fechada nas próximas duas semanas.

"Espera-se que os estudos aqui propostos contribuam para a atração de novos investimentos e potencializem os recursos necessários ao setor de saneamento buscando a universalização do serviço", afirma o estudo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), do Ministério da **Economia**, para justificar a contratação.

Nele, o governo aponta que o modelo de regulação usada atualmente no setor varia muito a depender da agência reguladora responsável pelos serviços. Hoje, são cerca de 50 entidades reguladoras espalhadas pelo País. Por isso, em muitas vezes, as tarifas e suas revisões são estabelecidas de maneira arbitrária, sem a devida transparência, cita o documento.

"O estabelecimento de diretrizes para as agências locais que sejam claras, uniformes e compatíveis com as melhores práticas regulatórias aprimoraria sobremaneira o arcabouço regulatório do saneamento básico", aponta.

A criação de regras mais estáveis, sujeitas a um mapeamento de riscos adequado, é o que vai atrair a iniciativa privada e gerar licitações mais

competitivas, avalia a SDI. Atualmente, o setor de saneamento é dominado por empresas públicas, que fecham contratos com os municípios diretamente, sem concorrência. Ao obrigar a realização de licitações, o novo marco procura justamente atrair a iniciativa privada. Para que isso aconteça de forma efetiva, no entanto, o setor cobra por uma regulação que traga segurança jurídica aos contratos.

Largada

Na avaliação do secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da **Economia**, Diogo Mac Cord, os resultados desta contratação vão dar um pontapé inicial sobre quais são as melhores práticas de regulação no saneamento. Ele explica que, com os estudos, o governo quer ter à disposição sugestões para atender tanto os titulares que continuarem numa prestação pública dos serviços, no modelo de regulação discricionária, como aqueles que já irão contratar através de licitação (regulação contratual).

A empresa precisará apresentar minutas de contrato e resoluções de estrutura tarifária, com regras de reajuste e revisão de tarifa, para os dois formatos. Segundo Mac Cord, o governo também abriu outro processo de contratação de empresa que irá formular uma proposta específica para a metodologia de indenização de ativos não amortizados, outro ponto que será regulamentado pela ANA. Os dois processos também envolvem o Ministério de Desenvolvimento Regional.

Novas regras

Créditos: Divulgação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senadores defendem prorrogar auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

A possibilidade de o governo pagar mais três parcelas do auxílio emergencial com valores menores do que os atuais R\$ 600, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira (25), foi criticada por vários senadores.

Os valores seriam de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, somando assim mais R\$ 1.200, além das três parcelas de R\$ 600 já previstas em lei (Lei 13.982, de 2020) aprovada pelo Congresso (PL 1.066/2020). Os parlamentares, no entanto, defendem a prorrogação do benefício sem redução do valor original até o final do ano ou enquanto durar a pandemia de coronavírus.

'Qual o sentido de regatear com o desespero dos mais vulneráveis, com essa nova proposta de redução escalonada do auxílio emergencial em três parcelas?', questionou Jean-Paul Prates (PT-RN) em artigo publicado na imprensa nesta semana.

O senador é autor do Projeto de Lei (PL) 2.627/2020, que propõe o pagamento do auxílio enquanto durar o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso Nacional até 31 de dezembro deste ano.

'Quando aprovamos o auxílio emergencial, o prazo de três meses de vigência do auxílio já era muito curto diante das consequências econômicas que prevíamos para a pandemia', destacou.

Outros senadores também apresentaram propostas semelhantes. O PL 3.426/2020, do senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), estende o pagamento do benefício até o final do ano mantendo o valor atual.

'Não prorrogar o auxílio emergencial, e em R\$ 600, significa empurrar milhões de brasileiros para as ruas e para a doença. A **economia** certamente não se beneficiará com mais medo e mais mortes. Nunca é demais lembrar que o auxílio emergencial mantém aquecido o comércio de bens e serviços básicos, e que parte do gasto volta ao Estado na forma de arrecadação', ressaltou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou projeto (PL 3.511/2020) que prorroga o auxílio emergencial por seis meses e define critérios para avaliação de recursos apresentados pelos requerentes em caso de indeferimento.

'De forma que se garanta às famílias, no mínimo, nove meses de pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Ainda, estabelecemos prazo para avaliação dos requerimentos e de seus respectivos recursos e sublinhamos a obrigatoriedade de aceitação das informações declaradas pelos requerentes, em caso de inexistência de dados atualizados nas bases do governo federal para verificação dos requisitos de elegibilidade', explicou.

O PL 2.928/2020, da senadora Zenaide Maia (Pros-RN), estende o prazo e amplia o benefício para outras categorias de trabalhadores.

'A prioridade é a gente salvar vidas. E não tem como salvar vidas sem um isolamento social. E as pessoas mais carente e vulneráveis desse país não vão fazer o isolamento social se não houver uma proteção a essa população por parte do Estado brasileiro', defendeu.

Têm direito ao auxílio-emergencial os desempregados ou que exerçam atividade na condição de microempreendedores individuais (MEIs); contribuinte individual da Previdência Social; trabalhador informal; ou que pertença a família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio **salário** mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00).

O Congresso já havia aprovado projeto (PL 873/2020) que ampliava a concessão do auxílio emergencial outros grupos sociais e categorias profissionais. Porém, ao sancionar a nova lei (Lei 13.998, de 2020), o presidente Jair Bolsonaro vetou a maior parte dos dispositivos. Deputados e senadores ainda não apreciaram o veto a essa proposta (VET 13/2020).

Renda Mínima

Alguns senadores defendem ir além e começam a discutir a criação de um programa que garanta renda mínima permanente para os mais pobres. É o caso do líder do DEM, Rodrigo Pacheco (MG).

'Depois disso tudo, dessa grande crise que nós estamos enfrentando em decorrência da pandemia, além de um grande projeto nacional de reestruturação do país sobre o regime de concessões, privatizações e investimentos em infraestrutura, nós vamos precisar pensar no social. Perenizar essa ajuda a uma camada social que vai ter sido muito atingida. Que me perdoem aqueles que pensam no Estado mínimo ou no Estado máximo, eu defendo o Estado necessário, presente na vida das pessoas', declarou o senador nas redes sociais.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também apoia a ideia de que o governo adote, a partir do ano que vem, uma renda básica de cidadania que atinja todo o povo brasileiro.

- Existem hoje 14 milhões de pessoas vivendo na extrema miséria no Brasil. Este é o quinto ano de aumento da miséria, o que traz implicações seríssimas para o país. Pesquisadores afirmam que o número de crianças pobres pode ficar ainda maior com a pandemia de covid-19, que tende a empurrar mais famílias para a pobreza - destacou Paim em pronunciamento.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) é outro a favor da transformação do auxílio em um programa permanente de renda mínima. Na opinião do senador, o benefício, que já foi pago para 59 milhões de brasileiros, traz retorno para a **economia**.

- Os investimentos do governo nas pessoas do

setor produtivo, além de beneficiar milhões de pessoas e empresas, sempre retornam para a **economia** e para a União na forma de **tributos** ou no aumento do PIB [Produto Interno Bruto] - disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Consultoria vai fazer regulação do saneamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo vai contratar uma consultoria para propor alternativas de regulação para o saneamento, que teve seu novo marco legal aprovado pelo Congresso nesta semana. A melhora na regulação é um dos temas mais caros ao setor, já que hoje as empresas trabalham com normas consideradas despadronizadas e difusas. Portanto, há uma forte expectativa no **mercado** por regras uniformizadas, cujas diretrizes gerais passarão a ser editadas pela Agência Nacional de Águas (ANA), segundo o novo marco, que ainda precisa ser sancionado pelo presidente.

A ideia é que a empresa forneça estudos e propostas ao governo e a ANA para auxiliar nesse processo. Feita por meio do Programa

das Nações Unidas (Pnud), a contratação já está em fase avançada e deve ser fechada nas próximas duas semanas.

"Espera-se que os estudos aqui propostos contribuam para a atração de novos investimentos e potencializem os recursos necessários ao setor de saneamento buscando a universalização do serviço", afirma o estudo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), do Ministério da **Economia**, para justificar a contratação.

Nele, o governo aponta que o modelo de regulação usada atualmente no setor varia muito a depender da agência reguladora responsável pelos serviços. Hoje, são cerca de 50 entidades reguladoras espalhadas pelo País. Por isso, em muitas vezes, as tarifas e suas revisões são estabelecidas de maneira arbitrária, sem a devida transparência, cita o documento.

"O estabelecimento de diretrizes para as agências locais que sejam claras, uniformes e compatíveis com as melhores práticas regulatórias aprimoraria sobremaneira o arcabouço regulatório do saneamento básico", aponta.

A criação de regras mais estáveis, sujeitas a um mapeamento de riscos adequado, é o que vai atrair a iniciativa privada e gerar licitações mais competitivas, avalia a SDI. Atualmente, o setor de saneamento é dominado por empresas públicas, que fecham contratos com os municípios diretamente, sem concorrência. Ao obrigar a realização de licitações, o novo marco procura justamente atrair a iniciativa privada. Para que isso aconteça de forma efetiva, no entanto, o setor cobra por uma regulação que

traga segurança jurídica aos contratos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Confiança de consumidor e empresa tem queda mais forte e recuperação mais lenta no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

Apesar de a confiança de consumidores e empresários ter apresentado dois meses seguidos de recuperação após o fundo do poço verificado em abril, o indicador brasileiro encontra-se em uma situação desfavorável em relação à maioria dos países economicamente relevantes.

Segundo levantamento do Ibre (Instituto Brasileiro de **Economia** da FGV), o Brasil partiu de um patamar mais baixo de confiança antes da crise e, quanto se considera as magnitudes da queda e da recuperação, o país está em pior situação entre cerca de 20 economias

selecionadas.

A confiança da indústria brasileira, por exemplo, caiu quase 50% de março para abril (cerca de 45 pontos, praticamente o dobro da média do recuo nos países selecionados).

Algo similar foi visto apenas na China. O país asiático, no entanto, recuperou em março mais de 100% da perda de fevereiro (pior mês nesse caso). O Brasil não chegou no meio do caminho e apresenta recuperação mais lenta que praticamente todos os países selecionados.

Em relação à confiança dos consumidores, a queda foi de 50 pontos, quase o dobro do verificado no Japão e na Colômbia, que ficaram em segundo lugar entre os países mais afetados nesse indicador. Nesse caso, a Brasil tem uma taxa de recuperação mais alinhada a outros países, mas que é favorecida pela base de comparação mais baixa.

'Se a gente considerar o momento anterior da pandemia e que o Brasil é o país que tem o indicador de incerteza mais elevado do mundo, isso tudo contribui para que a gente imagine que a recuperação da confiança não vai ser tão rápida assim. O Brasil vai ter mais dificuldade que outros países', afirma o economista Rodolpho Tobler, da FGV Ibre.

Segundo Tobler, é muito provável que abril tenha sido mesmo o fundo do poço para a **economia**, mas ainda não se sabe se haverá uma nova onda de contaminação que possa reverter o processo de reabertura das últimas semanas.

Além disso, as sondagens da FGV consideram tanto a avaliação da situação atual como a expectativa em relação ao futuro. E o resultado tem sido mais influenciado pelo indicador de expectativas, pois na situação atual é natural que as pessoas imaginem um futuro melhor do que o presente.

O economista afirma ainda que o consumidor brasileiro está menos confiante que o empresariado, algo que se explica pelos altos índices de desemprego e afeta o principal pilar da **economia**, o consumo das famílias, que deve demorar a se recuperar.

Segundo Tobler, o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais contribuiu para melhorar a confiança do consumidor, mas não foi suficiente para recuperar o que foi perdido.

Marcelo Neves, professor da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da FEA/USP), afirma que os índices de confiança e outros indicadores econômicos confirmam que a **economia** está em processo de recuperação, mas a destruição de empresas e empregos nos últimos meses vai atrasar esse processo.

'Aparentemente, a gente bateu no fundo do poço e estamos em uma trajetória de estabilidade para melhora. A notícia ruim é que o poço é muito fundo. Agora, é preciso dar tração à **economia**', afirma Neves.

'Será muito difícil ter uma retomada muito rápida. Estávamos atrasados em relação ao resto do mundo antes da crise. E você teve destruição de emprego, destruição de renda,

empresas fecharam, pararam de recolher impostos. Vai ter menos gente para empurrar o carro.'

Ele afirma que o auxílio emergencial e outras ações do governo foram importantes para essa estabilização, mas que agora é necessário retirar lentamente esses incentivos e, ao mesmo tempo, buscar outras formas de ação estatal para que haja uma retomada do crescimento.

Além disso, afirma ser importante que a sociedade possa caminhar na mesma direção, a despeito dos problemas políticos, e que haja mais harmonia entre os Poderes para que sejam aprovadas reformas que estimulem os investimentos privados, como ocorreu no caso recente da aprovação do novo marco do saneamento pelo Congresso.

O professor de macroeconomia do Insper Eduardo Correia afirma ver nos indicadores de confiança, incluindo sondagens e índices financeiros como Bolsa e **juros**, um otimismo exagerado.

Ele questiona a capacidade do Ministério da **Economia** de coordenar um processo de recuperação econômica que dependa mais da ação governamental e critica o relaxamento das medidas de isolamento por governos estaduais, que classifica como precipitada.

'Eu sou muito cauteloso com o caso brasileiro, porque aqui, mais do que em outros países relevantes economicamente, a gente tem se movido no escuro, sem testagem para a Covid-19, com manipulação de dados pelo Ministério da Saúde', afirma Correia.

'O Brasil corre um risco maior do que outros países de ter uma segunda onda muito forte justamente por causa de um relaxamento prematuro. O que diferencia o Brasil é essa falta de planejamento.'

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Auxílio emergencial: Senadores defendem prorrogar benefício até dezembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

A possibilidade de o governo pagar mais três parcelas do auxílio emergencial com valores menores do que os atuais R\$ 600, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira (25), foi criticada por vários senadores. Os valores seriam de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, somando assim mais R\$ 1.200, além das três parcelas de R\$ 600 já previstas em lei (Lei 13.982, de 2020) aprovada pelo Congresso (PL 1.066/2020).

Os parlamentares, no entanto, defendem a prorrogação do benefício sem redução do valor original até o final do ano ou enquanto durar a pandemia de coronavírus.

'Qual o sentido de regatear com o desespero dos mais vulneráveis, com essa nova proposta de redução escalonada do auxílio emergencial em três parcelas?', questionou Jean-Paul Prates (PT-RN) em artigo publicado na imprensa nesta semana.

O senador é autor do Projeto de Lei (PL) 2.627/2020, que propõe o pagamento do auxílio enquanto durar o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso Nacional até 31 de dezembro deste ano.

'Quando aprovamos o auxílio emergencial, o prazo de três meses de vigência do auxílio já era muito curto diante das consequências econômicas que prevíamos para a pandemia', destacou.

Outros senadores também apresentaram propostas semelhantes. O PL 3.426/2020, do senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), estende o pagamento do benefício até o final do ano mantendo o valor atual.

'Não prorrogar o auxílio emergencial, e em R\$ 600, significa empurrar milhões de brasileiros para as ruas e para a doença. A **economia** certamente não se beneficiará com mais medo e mais mortes. Nunca é demais lembrar que o auxílio emergencial mantém aquecido o comércio de bens e serviços básicos, e que parte do gasto volta ao Estado na forma de arrecadação', ressaltou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou projeto (PL 3.511/2020) que prorroga o auxílio emergencial por seis meses e define critérios para avaliação de recursos apresentados pelos requerentes em caso de

indeferimento.

'De forma que se garanta às famílias, no mínimo, nove meses de pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Ainda, estabelecemos prazo para avaliação dos requerimentos e de seus respectivos recursos e sublinhamos a obrigatoriedade de aceitação das informações declaradas pelos requerentes, em caso de inexistência de dados atualizados nas bases do governo federal para verificação dos requisitos de elegibilidade', explicou.

O PL 2.928/2020, da senadora Zenaide Maia (Pros-RN), estende o prazo e amplia o benefício para outras categorias de trabalhadores.

'A prioridade é a gente salvar vidas. E não tem como salvar vidas sem um isolamento social. E as pessoas mais carentes e vulneráveis desse país não vão fazer o isolamento social se não houver uma proteção a essa população por parte do Estado brasileiro', defendeu.

Têm direito ao auxílio-emergencial os desempregados ou aqueles que exerçam atividade na condição de microempreendedores individuais (MEIs); contribuinte individual da Previdência Social; trabalhador informal; ou que pertença a família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio **salário** mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00).

O Congresso já havia aprovado projeto (PL 873/2020) que ampliava a concessão do auxílio emergencial para outros grupos sociais e categorias profissionais. Porém, ao sancionar a nova lei (Lei 13.998, de 2020), o presidente Jair Bolsonaro vetou a maior parte dos dispositivos. Deputados e senadores ainda não apreciaram o veto a essa proposta (VET 13/2020).

Renda Mínima

Alguns senadores defendem ir além e começam a discutir a criação de um programa que garanta renda mínima permanente para os mais pobres. É o caso do líder do DEM, Rodrigo Pacheco (MG).

'Depois disso tudo, dessa grande crise que nós estamos enfrentando em decorrência da pandemia, além de um grande projeto nacional de reestruturação do país sobre o regime de concessões, privatizações e investimentos em infraestrutura, nós vamos precisar pensar no social. Perenizar essa ajuda a uma camada social que vai ter sido muito atingida. Que me perdoem aqueles que pensam no Estado mínimo ou no Estado máximo, eu defendo o Estado necessário, presente na vida das pessoas', declarou o senador nas redes sociais.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também apoia a ideia de que o governo adote, a partir do ano que vem, uma renda básica de cidadania que atinja todo o povo brasileiro.

'Existem hoje 14 milhões de pessoas vivendo na extrema miséria no Brasil. Este é o quinto ano de aumento da miséria, o que traz implicações seríssimas para o país. Pesquisadores afirmam que o número de crianças pobres pode ficar ainda maior com a pandemia de covid-19, que tende a empurrar mais famílias para a pobreza', destacou Paim em pronunciamento.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) é outro a favor da transformação do auxílio em um programa permanente de renda mínima. Na opinião do senador, o benefício, que já foi pago para 59 milhões de brasileiros, traz retorno para a **economia**.

'Os investimentos do governo nas pessoas do setor produtivo, além de beneficiar milhões de pessoas e empresas, sempre retornam para a **economia** e para a União na forma de **tributos** ou no aumento do PIB [Produto Interno Bruto]', disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reforma tributária: a PEC 45/2019 e os novos impostos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Frederico Seabra de Moura

Dentre as propostas de reforma tributária em trâmite no Congresso Nacional, a principal delas é a PEC 45/2019 (Câmara dos Deputados), que prevê a gradual eliminação de PIS, COFINS e IPI (**tributos** federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS. Instituído por lei complementar, de feição nacional e com incidência não-cumulativa sobre bases amplas (inclusive sobre os bens intangíveis, cessão e licenciamento de direitos, locação de bens e importação), o IBS incidirá sobre a 'alienação de bens' e a 'prestação de serviços' realizados com onerosidade.

A previsão é de que haja direito a ampla tomada de crédito do imposto pago nas aquisições necessárias à atividade da empresa, o que, de fato, é medida relevante para que se prestigie o princípio da não-cumulatividade, mas que reclama uma normatização simples tendente a evitar interpretações fiscais restritivas e a consequente reprodução da litigância hoje vista em torno do direito ao creditamento. Na regulamentação da proposta também se pretende assegurar a agilidade no ressarcimento de créditos (em até 60 dias), visando a desoneração de investimentos, medida que, se efetivamente implementada, representará inegável avanço.

Desse modo, o IBS deverá incidir sobre o chamado 'valor adicionado', isto é, o montante total dos produtos subtraído do valor dos insumos utilizados no processo produtivo. A apuração do IBS não considerará seu próprio valor ('cálculo por fora', diferente do atual regime do ICMS, calculado que é 'por dentro') e não incidirá sobre outros **tributos**, distorções que efetivamente precisam ser eliminadas do sistema tributário brasileiro, mesmo que a PEC 45 não venha a vingar.

Ainda é prevista a incidência do imposto no Estado de destino do bem ou serviço, o que, todavia, não ocorrerá integralmente de imediato, mas somente após período de transição de 50 anos, prazo que tem sido alvo de críticas por sua elasticidade.

A intenção é que todos os fatos geradores abarcados pelo IBS submetam-se à alíquota uniforme de 25% (dividida em alíquotas específicas em cada uma das três esferas federativas), o que também vem atraindo objeções em razão da expressiva oneração que

o setor de serviços experimentará, bem como em virtude da heterogeneidade dos bens e serviços a serem tributados na mesma intensidade, o que causaria uma indesejável e possivelmente inconstitucional equiparação fiscal entre os itens essenciais ao consumo humano e aqueles tidos como supérfluos.

Com efeito, a uniformidade das alíquotas aparenta desconsiderar as marcantes diferenças regionais existentes no Brasil, bem como as particularidades de cada setor econômico, além de representar modelo escasso internacionalmente: dentre os membros da OCDE, apenas por Japão e Chile o adotam. Uma crítica que se faz ao modelo é de que a não adoção de alíquotas distintas estimularia a regressividade do sistema, que é a tendência de uma maior oneração fiscal das camadas mais desfavorecidas da população. Os mentores da proposta, todavia, respondem com a previsão de 'devolução parcial, através de mecanismos de transferência de renda, do imposto recolhido pelos contribuintes de baixa renda'.

Negócios que atualmente escapam à incidência do ISS e do ICMS devem vir a sofrer oneração pelo IBS, como é o caso dos provedores de internet e das atividades locatícias (salvo as locações residenciais), o que já é uma grande novidade, pois operações hoje beneficiadas pela chamada 'atipicidade' passarão a ser impactadas pelo novo imposto. É o caso, ainda, das permutas e da alienação do imóvel construído sob o regime de incorporação imobiliária.

Outras situações que costumam gerar (ou geraram no passado) interpretações diversas sobre a pertinência da incidência do ISS ou do ICMS aparentemente restariam resolvidas com a conclusão pela submissão ao IBS, o que claramente é uma vantagem do intento

reformador. Bons exemplos disso são as discussões sobre os itens vendidos por farmácias de manipulação, os contratos envolvendo softwares, a confecção de material gráfico e o fornecimento de concreto para a construção civil por meio de betoneiras.

Eventuais questionamentos sobre a tributação dos novos bens digitais seriam resolvidos pelo indubitável cabimento do IBS, que tem previsão de incidência também sobre os bens intangíveis. No ponto, diga-se que uma das premissas da proposta é a obsolescência do sistema atual, pois uma série de negócios concebidos pela chamada '**Economia** 4.0' poderiam ficar à margem do sistema tributário atual, o que se explicaria pelo fato de a estrutura vigente ter sido concebida para uma **economia** não digital, com predominância dos bens tangíveis, de serviços locais (e com reduzida relevância econômica) e com distinção clara entre 'mercadorias' e 'serviços'.

Para os que defendem a PEC 45, o IBS nasceria plenamente adaptado à nova realidade, preparado que estaria para colher o explosivo crescimento dos bens intangíveis e dos novos serviços e negócios típicos da **economia** digital e 'uberizada'. Há, contudo, respeitáveis opiniões refratárias à mudança, como a do ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel, para quem os problemas do sistema atual teriam solução longe de 'construções disruptivas e sem perder de vista as questões tributárias contemporâneas decorrentes da revolução digital, globalização e práticas predatórias dos paraísos fiscais'.

Importa registrar, ainda que brevemente, a criação do chamado Imposto Seletivo (IS), de competência da União e com incidência 'monofásica' (tributação em apenas uma etapa da cadeia produtiva). Com proclamada 'função extrafiscal', a intenção primordial desse

imposto não é o de gerar receita (muito embora naturalmente o faça), mas o de desestimular o consumo de alguns bens que geram 'externalidades negativas', como é o caso de cigarros e bebidas alcoólicas, que mereceriam tributação adicional ao IBS.

Como se vê, as mudanças que a PEC 45 pretende implementar são revolucionárias, vez que a proposta introduzirá a tão almejada simplicidade do sistema tributário (com redução drástica dos custos de conformidade) e tenderá a diminuir tensões federativas e a guerra fiscal. De outro lado, o texto quebra certos paradigmas caros aos contribuintes e onera demasiadamente determinados setores, o que demanda engajamento de toda sociedade civil organizada no debate, sob pena de se ver a aprovação de uma reforma que, a despeito de seus inquestionáveis méritos, aparenta merecer discussão mais apurada em certos aspectos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Maria Luísa Fontes: Se governo voltar a adiar, retomada vai ser desordenada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal, Maria Luísa Fontes, afirma que o comércio está pronto para a retomada das atividades. Ela não vê possibilidade de novo adiamento. O mais recente decreto do governo do Estado prevê a reabertura para primeiro de julho. A previsão anterior foi 24 de junho, mas a governadora Fátima Bezerra acatou uma recomendação dos Ministérios Públicos federal e estadual e adiou a reabertura gradual que estava prevista para começar naquela data.

'Não tem possibilidade disso não acontecer [início da reabertura no dia primeiro]. Ou isso acontece de forma organizada, conforme modelo aprovado no plano de retomada pela Sesap, pelo Comitê Científico, pelo governo, em

colaboração com as entidades; ou os empreendedores, infelizmente, vão ter de ir para rua ganhar o seu pão, pagar suas contas, de forma desordenada', diz Maria Luísa nesta entrevista.

Ela também adverte para a gravidade da situação econômica em Natal com as restrições das atividades econômicas há cem dias. E afirma que o impacto é maior, porque a maioria das pessoas jurídicas no Estado é formada por microempreendedores que enfrentam sérias dificuldades até mesmo em períodos de normalidade. Maria Luísa é empreendedora do segmento de esporte e lazer. Advogada de formação, com atuação na elaboração de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, é consultora e diretora de relações governamentais da Conaje (Confederação Nacional de Jovens Empresários).

Depois de completados 100 dias da adoção de medidas de isolamento social e restrições da atividade econômica no Estado, qual a avaliação sobre esse período no Rio Grande do Norte e principalmente em Natal?

O setor produtivo tem se debruçado de forma incansável para um retorno o mais breve possível das atividades econômicas, que já vinham fragilizadas há alguns anos, mas, nos últimos meses, tínhamos uma expectativa de retomada e fizemos investimentos para começarmos 2020 como um ano pujante. Fazendo um paralelo com a saúde, as empresas do Rio Grande do Norte também estão respirando por aparelho. O crédito, que é nosso oxigênio, não chegou na ponta, infelizmente, porque 59% das inadimplências, tanto das empresas quanto das pessoas físicas,

são bancárias. Então, ninguém, em sua consciência, emprestaria dinheiro para uma pessoa ou empresa que tivesse 60% de chances de dever. Mas acho importante fazer um perfil desse empresário, quem é esse empresário, que, parece para alguns, ser tão grande, 'só visa lucra' e 'pensa em seu próprio umbigo'. Se olhar o DataSebrae a gente vai perceber que nos 220 mil CNPJs abertos no Rio Grande do Norte, aproximadamente, 75% das pessoas ganham até dois salários mínimos e 16% até cinco salários mínimos. Qual é a qualificação dessas pessoas? 88% têm o ensino médio. A gente vê, com isso, a dificuldade. Os empreendedores, na realidade, são sobreviventes. Pessoas que muitas vezes não conseguiram emprego formal, nem público e nem privado, que enfrentam inúmeras dificuldades de vida. Precisam trabalhar muito mais do que 44 horas por semana, sem nenhuma regalia ou proteção trabalhistas, só muita obrigação. Há pesquisas mostrando que o Brasil é um dos países mais complexos para se empreender, mais confuso legalmente, com uma enorme quantidade de entraves, principalmente os que os pequenos empreendedores enfrentam. Estão quase em uma selva e em uma guerra pela sobrevivência.

Quer dizer, muitos são pessoas abriram essas microempresas e enfrentam diversas dificuldades, em uma tentativa de sobreviver e manter um pequeno negócio...

São exatamente essas pessoas. E 88% trabalham por conta própria. A maioria é formada por mães e pais de famílias que estão na luta, diariamente, para botar o prato de comida na mesa. Não são grandes empresários, que são a minoria no nosso Estado. Eles têm de se desenvolver rápido, porque temos uma das maiores taxas de desocupação de todo o Brasil, a sexta,

segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, para um estado que é um dos menores do país. É desastroso. E ainda colocar a população [essas pessoas] nessa situação. Isso é dar à população um cadeado, uma algema para que ela fique presa, submissa e condicionada, não ter a liberdade de ter voz, porque não tem autonomia financeira. E quando não tem autonomia financeira, fica à mercê de outro, do governo ou de alguém.

Qual tratamento que esses pequenos empreendedores estão tendo da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) em relação a crédito?

Quando começou a se falar em fechamento dos negócios, lá em 20 de março, a AGN foi a primeira porta que a gente bateu. Fomos conversar com Márcia Maia, a presidente da AGN, sobre tentar a criação de uma linha de crédito que facilitasse, porque a gente sabe que acessar crédito não é simples. A Agência de Fomento estava completamente fechada por conta do decreto de isolamento social e aos bancos não era permitido o atendimento presencial. Mesmo assim, ela fez essa concessão e nos atendeu. Disse que a AGN também estava tentando se adaptar ao formato online, porque até então tudo era presencial e, obviamente, isso demorou para acontecer. Não foi nas condições que nós queríamos, mas foi criado sim um crédito especial para o segmento do turismo, bares, restaurantes, artesãos com **juros** subsidiados, disponibilizando um atendimento de forma remota a nossos associados e empresários que necessitassem desse atendimento, embora os recursos da AGN até então eram de R\$ 20 milhões para o ano inteiro, o que parecia pequenininho para tanta demanda, com as necessidades de créditos tão urgentes. Muitos precisavam cobrir despesas com folha de pessoal, aluguel, conta

de energia e os poucos recursos que havia disponível [para linha de financiamento], ainda demandava um número de documentações muito grande, avaliação de crédito, pedido de avalistas, garantia real. Isso é a nossa maior dificuldade, porque encontrar um avalista no **mercado** para garantir o crédito do outro, ora... Para emprestar dinheiro entre as famílias já há dificuldade, imagine emprestar seu nome para um estranho. E ainda tem uma burocracia em relação a essa garantia que inviabiliza o acesso ao crédito nesse momento, embora se tenha um atendimento personalizado na AGN.

O programa do governo federal tem atendido o pequeno empreendedor nesse acesso ao crédito?

Ainda não. Estamos tendo muitas reclamações. Os bancos demoram e são muitas as exigências. Então, é importante ao pedir para acessar o crédito, ver como está o histórico da empresa antes, porque os bancos têm uma avaliação própria e às vezes as empresas esquecem de pagar uma conta ou têm um débito anterior, uma dívida mesmo que quitada e isso leva para ter um estoque mais baixo e tem a ver com o cadastro positivo. Até conversamos com o Sebrae sobre esse cadastro positivo e se têm condição de apresentar isso para as empresas para saberem se têm alguma pendência antes de acessar e ter condição para que consiga o crédito. Mas, em relação ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) ainda temos muitas reclamações e burocracia.

'Protocolos estão aprovados e não se trata de libera geral'

A maioria das empresas com sérios problemas para manter as atividades é formada por micro e pequenas. Mas a paralisação nesta

quarentena dos varejistas também tem implicações econômicas para o Estado?

Sim. Está todo mundo querendo salvar o seu negócio. A gente percebe que as atividades consideradas essenciais são aquelas que não representam o maior número de CNPJs, mas números significativos no ICMS. Existe uma dificuldades nas pequenas. No entanto, essas têm uma importância que vai além do aspecto econômico. Existe um parâmetro social que precisa ser alertado ao governo. Embora as cifras não representem um valor significativo em ICMS, têm um importante componente social de geração de renda e até dignidade para a população. Com exceção de farmácias e supermercados, todos os outros segmentos tiveram resultados negativos em abril, uns mais, outros menos. Todas atividades precisam de muita atenção e, em especial, aquelas que perderam mais de 60% do volume de vendas. Estou falando dos segmentos de vestuário, calçado, tecido, papelaria, livraria, banca de jornal, que talvez a gente não consiga encontrar novamente quando for o momento de reabrir a atividade econômica.

Já foi quantificado o número de comerciantes que não poderão reabrir?

A expectativa é de que entre 12 mil e 15 mil CNPJs não consigam mais reabrir.

Qual a expectativa sobre a reabertura da atividade econômica para o dia 1º, quando termina o novo prazo do mais recente decreto das regras de isolamento social no Estado? Considera que há risco de novo adiamento, como no dia 24 de junho?

Estamos prontos para voltar. Fizemos algumas capacitações e assumimos protocolos. O comércio precisa voltar. Não tem possibilidade disso não acontecer. Ou isso acontece de

forma organizada, conforme modelo aprovado no plano de retomada pela Sesap (Secretaria Estadual de Saúde Pública), pelo Comitê Científico, pelo governo, em colaboração com as entidades; ou os empreendedores, infelizmente, vão ter de ir para rua ganhar o seu pão, pagar suas contas, de forma desordenada, o que a gente não recomenda, porque trabalhamos muito para fazer um plano decente de retomada da **economia**. Mas, por mero ato de desespero dessas pessoas, elas vão sim, se colocar em uma situação ainda mais difícil para botar comida na mesa, porque não tem pai e mãe de família no mundo que fique tranquilo com a geladeira vazia. A nossa expectativa é de que a governadora não permita que se quebre o Estado, porque se ela demorar a tomar uma decisão... A governadora é a executiva que tem a responsabilidade, pode escutar quem quiser, mas é ela que tem a responsabilidade do governo do Estado e vai precisar tomar essa difícil decisão de equilibrar todos os sistemas e temáticas importantes para o Rio Grande do Norte, não só saúde, não só **economia**, não só segurança e não só educação, todos juntos são pontos importantes. Nos direitos sociais postos na Constituição não há um mais importante do que outro. Todos são importantes e não entendo porque neste momento se faz distinção. Até compreendo um pouco, porque pela baixa instrução de nossa população, a massiva informação que se faz negativa sobre a pandemia de coronavírus, se crie uma polarização sobre as informações: quem é bonzinho, está a favor do 'fique em casa'; quem é mal, está a favor de lucros e acima da vida. Mas não é assim e não se trata disso. **Economia** é vida.

Falta considerar diferentes aspectos?

Informações publicadas na Folha de São Paulo, como base em estudos da ONU, mostram que, se tiver um desemprego

acentuado e prolongado, pode haver redução de cinco a dez anos na expectativa de vida. Voltaríamos para uma situação de 50 anos atrás. É um retrocesso. **Economia** está relacionada com todos os setores da sociedade, assim como educação, saúde, assistência social. Tenho dito isso incansavelmente, porque parece que só se enxerga como aquela 'baía de carroça de burro', só se olha para frente. Tenho batido nessa tecla diversas vezes. É importante criar parâmetros, conhecer outras realidades para conseguir relativizar. Eu não consigo relativizar olhando para um único ponto. São os micros, que não representam muito valor de ICMS, que não são abarcados por nenhum benefício fiscal. E eles estão empurrando carrinho de mão, fazendo suas coxinhas e acordando às três horas da manhã. Foram muitas recomendações, em um governo de muito diálogo. Mas não pode ser um diálogo como fim, tem de ser um diálogo como meio de construção de alguma coisa. E a gente deu muitas recomendações. A 'Folha' também publicou artigo de Demétrio Magnoli sobre o fetiche da Ciência. Os políticos hoje se valem dos argumentos científicos para o que bem convier. Se for pra abrir, pois bem, está aqui a Ciência. Se for para fechar, pois bem, alegam a Ciência. Se for se ater somente a estudos feitos e publicados em revistas para servir de marketing... Em uma pandemia não se tem tempo para isso. É preciso estar atento às evidências em tempo real e os políticos precisam dessa sensibilidade, porque é o papel deles, assim como o Ministério Público faz. O empreendedor faz isso também. E os políticos precisam ter essa visão integrada. Espero que o governo aqui se sensibilize para uma visão mais ampla e não permita que o Estado quebre.

Muito tem se dimensionado a Covid-19, mas com relação às implicações da paralisação das

atividades produtivas para a saúde? Faltaria atenção para este aspecto?

Uma coisa precisa ficar muito clara na cabeça das pessoas. O governo do Estado não gera riqueza. Os recursos para todos os serviços prestados pelo governo vêm dos impostos. Para ter saúde, educação, segurança, é preciso ter pagamento de imposto. Para isso, precisa compra e venda. Se não tem pagamento de impostos, conseqüentemente, não tem serviço prestado. É um ciclo. Está tudo articulado. Quando se diz é contra a abertura da **economia**, ao mesmo tempo está afirmando que se quer que os órgãos de serviços públicos não atendam a população. Como vai ter dinheiro para pagar pelos serviços?

O setor do comércio defende a abertura dia 1º, mas está pronto para cumprir regras de prevenção e abertura gradual que estão na portaria do governo?

Os protocolos já foram aprovados por todas as competências técnicas e já defendíamos o cumprimento destas regras desde o dia 17. Está muito longe de ser algo como 'abrir e libera geral'. A primeira fração que vai retomar, não representam nem 6% dos CNPJs registrados no Estado. Seria um oxigênio em especial para esses empreendedores que são micros e nem têm empregados, tentam sobreviver em uma selva de dificuldades. Não é um plano de forma nenhuma irresponsável. As pessoas estão morrendo por falta de assistência na abertura de leitos. As pessoas não aguentam mais [a atual situação]. Agora está tendo fiscalização, mas isso era para ter sido feito desde o início, quando pedimos fiscalização, porque sabíamos que tendo mais controle nas primeiras etapas, melhoraria o resultado. Mas agora se passaram 100 dias e as pessoas não aguentam mais.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fábrica da Hyundai em Piracicaba (SP) anuncia retorno de dois turnos de trabalho



Fábrica da Hyundai em Piracicaba (SP) anuncia retorno de dois turnos de trabalho

Colaboradores que estavam com contrato suspenso retornaram às atividades ontem, dia 26 de junho. Primeiro turno que estava trabalhando será suspenso por 30 dias.



A Hyundai Motor Brasil anunciou ontem, dia 26 de junho, a retomada dos turnos de trabalho que estavam suspensos por conta da pandemia de novo coronavírus (Covid-19). A fábrica de Piracicaba (SP) tem três turnos e o primeiro retorno de atividades em 13 de maio, após dois meses de paralisação.

A fábrica vai adaptar o volume de produção à demanda de mercado, 'que ainda se encontra em fase de recuperação devido aos impactos do Coronavírus na economia nacional', segundo nota oficial. Por isso, o 1º turno da fábrica começa um novo período de suspensão (lay-off), que vai até 25 de julho.

O funcionamento parcial da fábrica, agora com apenas os 2º e 3º turnos trabalhando, foi desenvolvido em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, baseado nas medidas de proteção de emprego do Governo Federal.

A montadora informou que vai seguir as determinações e orientações das autoridades de saúde para combate ao Coronavírus. Sendo assim, todos os colaboradores que retomaram as atividades no dia 26 do corrente mês vão usar máscaras de tecido fornecidas pela Hyundai.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Hyundai Motor Brasil anunciou ontem, dia 26 de junho, a retomada dos turnos de trabalho que estavam suspensos por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A fábrica de Piracicaba (SP) tem três turnos e o primeiro retornou às atividades em 13 de maio, após dois meses de paralisação.

A fábrica vai adaptar o volume de produção à demanda de **mercado**, 'que ainda se encontra em fase de recuperação devido aos impactos do Coronavírus na **economia** nacional', segundo nota oficial. Por isso, o 1º turno da fábrica começa um novo período de suspensão (lay-off), que vai até 25 de julho.

O funcionamento parcial da fábrica, agora com

apenas os 2º e 3º turnos trabalhando, foi devidamente acordado com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Piracicaba, baseado nas medidas de proteção de emprego do Governo Federal.

A montadora informou que vai seguir as determinações e orientações das autoridades de saúde para combate ao Coronavírus. Sendo assim, todos os colaboradores que retomaram as atividades no dia 26 do corrente mês vão usar máscaras de tecido fornecidas pela Hyundai.

'Processos de higienização e proteção contra contaminação foram introduzidos no transporte, nas entradas e nos ambientes da fábrica e dos escritórios, nas estações de trabalho e nas áreas de alimentação e descanso. A temperatura corporal dos funcionários também será monitorada diariamente', informou a Hyundai.

O trabalho na fábrica em Piracicaba foi suspenso no dia 20 de março, após um colaborador ser identificado com suspeita de Coronavírus. Posteriormente, ele testou negativo para a doença posteriormente.

Com o início da quarentena no Estado de São Paulo, a fábrica anunciou férias coletivas no dia 26 de março e a previsão era de que terminassem no dia 13 de abril, posteriormente estendida por tempo indeterminado.

No final de abril, a Hyundai anunciou a suspensão dos contratos de trabalho (lay-off) dos funcionários da fábrica em Piracicaba (SP), devido à continuidade à quarentena no Estado e ao impacto da pandemia do novo coronavírus no País.

A medida vale para os escritórios em São Paulo até o dia 26 de maio, com retorno previsto para 27 de maio. Durante o período, a montadora está complementando o benefício emergencial do governo federal de forma que o colaborador siga recebendo o mesmo **salário** líquido, sem qualquer redução.

Related posts:

Após suspeita de coronavírus em funcionário, fábrica da Hyundai em Piracicaba suspende produção Hyundai reduz produção do HB20 após quedas nas vendas A montadora Hyundai adia para junho a retomada total da produção em Piracicaba, SP Hyundai prevê fazer motores 'flex' em Centro de Pesquisa de Piracicaba (SP) Fórmula 1: Renault anuncia retorno à categoria como construtor em 2016

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prefeitura paga salários de junho a servidores e adianta 30% do 13º a professores da ativa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Foto: Divulgação

A Prefeitura de Natal paga nesta quinta-feira (25), antecipadamente, o **salário** referente ao mês de junho para todas as categorias do funcionalismo público municipal, entre ativos, inativos e pensionistas. A Secretaria Municipal de Administração (Semad) está enviando ao longo do dia as informações com os créditos bancários à instituição financeira responsável pelo repasse aos servidores e o dinheiro poderá ser movimentado nesta sexta-feira (26). Além dos salários, a Prefeitura também fará o pagamento antecipado de 30% do décimo-

terceiro **salário** para o magistério municipal que está na ativa.

O repasse dos valores para os 21.567 servidores públicos municipais vai colocar R\$ 69,4 milhões em circulação na **economia** da capital potiguar. Junho é mais um mês em que a Prefeitura quita a folha do funcionalismo ainda dentro do mês trabalhado e desta vez de forma antecipada para todas as categorias. Para o prefeito Álvaro Dias, são demonstrações de compromisso, reconhecimento e valorização da gestão com o servidor, até para enaltecer o trabalho de todos os colaboradores da administração municipal neste momento difícil de pandemia.

'Estamos em um momento de forte crise sanitária, aliada a uma situação financeira ainda difícil no Município e em outras esferas governamentais. Mesmo com a acentuada queda de receitas, o nosso completo esforço é para não penalizarmos os homens e mulheres que diariamente estão se empenhando para que Natal debele os efeitos da pandemia da Covid-19', destaca o prefeito, que aponta o caráter de 'justiça' ao pagamento antecipado do **salário** de junho e também de 30% do décimo terceiro aos professores ativos da rede municipal de ensino. 'A nossa gestão tem o funcionalismo como prioridade e vai perseguir o objetivo de manter em dia a folha do governo municipal'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Projetos que reduzem receita do governo surgem mesmo em meio à pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Enquanto aumentam os gastos públicos para amenizar a crise econômica causada pela pandemia da covid-19, ao menos 102 projetos de lei que podem reduzir a receita do governo - e, portanto, os recursos para pagar a conta dos novos gastos - estão em debate no Congresso Nacional. Quase a totalidade desses projetos não traz estimativa de impacto fiscal - alguns pedem para que o corpo técnico do Congresso faça as projeções. Cálculos do Centro de Liderança Pública (CLP) mostram que apenas 11 desses projetos reduziriam a arrecadação anual em R\$ 105 bilhões, valor com o qual o programa Bolsa Família poderia ser pago por 3,5 anos.

O levantamento dos projetos, feito com base em dados do CLP, considera textos apresentados desde o ano passado. Do total, 42% têm alta ou média chance de ir à votação e 78%, impacto considerado médio ou alto para os cofres públicos. 'Algumas medidas não têm impacto financeiro muito relevante, mas passam uma péssima mensagem em um momento em que o Estado precisa controlar as contas públicas', diz Tadeu Barros, diretor de operações do CLP.

Maior parte dos projetos teria impacto fiscal considerado médio

Barros destaca que o grande volume de projetos em tramitação, sem um foco em textos que priorizem o investimento para alavancar a **economia** no pós-pandemia, também prejudica a recuperação. 'Quando encho o Congresso com pautas que são incongruentes com nosso cenário, cria-se uma certa confusão. Uma agenda mais limpa e propositiva poderia trazer investimentos', acrescenta.

Dentre os projetos com impacto nas contas públicas há, claro, alguns de forte interesse de boa parte das pessoas, como o da correção da tabela do Imposto de Renda. Mas a maioria das propostas contabilizadas pelo CLP beneficia um grupo determinado da população ou um setor da **economia**. Na liderança, aparece a indústria, com 17% das propostas, seguida por motoristas de aplicativos, com 16%.

Favorecidos

Isenção para motoristas de aplicativos tem destaque entre as propostas. Setores

beneficiados, em %

Desconto

Isenção de impostos para determinados segmentos industriais dominam os projetos de lei

Dos PLs que favorecem a indústria, o Partido Progressista (PP) e o Partido Social Liberal (PSL) foram os responsáveis pelo maior número de propostas, que vão desde a criação de zona franca para a indústria de moda íntima até isenção de IPI para fabricantes de automóveis elétricos. Esses dois partidos são também os que propuseram, de forma geral, o maior número de textos com impacto fiscal negativo para os cofres públicos.

Procurado, o PP afirmou que orienta votos favoráveis em matérias que buscam responsabilidade fiscal. "Também respeitamos o posicionamento individual de cada parlamentar, cujos assuntos apresentados serão analisados e discutidos dentro da bancada no seu devido momento", disse o líder do PP, Arthur Lira, por meio da assessoria de imprensa.

Campeões

Partido que elegeu presidente Jair Bolsonaro foi o que apresentou mais propostas. No gráfico, partidos com mais projetos de lei, em %

Ranking

Número de propostas por parlamentar de cada partido

A Liderança do PSL, exercida por Felipe Francischini (PR), informou, por nota, que os projetos de lei dos deputados, em sua maioria, são desenvolvidos e apresentados pelo parlamentar com ajuda das equipes técnicas dos seus gabinetes. 'A Liderança do PSL tem como principal função assessorar e orientar o líder e a bancada em votações em plenário e nas comissões. Porém, nossos técnicos também auxiliam, quando acionados, na elaboração dos projetos de lei, inclusive com pareceres orçamentários e os eventuais impactos nas contas públicas. No entanto, não há juízo de valores da nossa parte, os levantamentos são estritamente técnicos e informativos.'

Professor de administração pública da UnB, Roberto Bocaccio Piscitelli avalia que o baixo rigor dos parlamentares com as repercussões financeiras da proposta é uma realidade do Congresso e revela falta de responsabilidade com as questões orçamentárias.

"É produto ou subproduto da cultura brasileira da falta de planejamento. Os deputados também lavam as mãos. Eles, na maior parte das vezes, não têm condições de apurar o impacto. Quando pedem ao Executivo, às vezes o retorno não ocorre. E o próprio Executivo não faz muita questão de examinar, não tem o cuidado de fazer estimativas razoáveis", pontua.

Projetos que reduzem a arrecadação têm sido apresentados mesmo em meio à crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. No fim de maio, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), por exemplo, entrou com um projeto de lei (PL) que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

carros comprados por idosos, com a justificativa de incentivar a indústria automotiva. Segundo o CLP, esse projeto tem probabilidade média de ir à votação e traria um impacto considerado alto para as contas públicas, de R\$ 4,5 bilhões por ano.

Apesar de ter entrado com o projeto no meio da pandemia, Frota afirma que a intenção é votá-lo após a crise sanitária. 'Até porque a Câmara vem votando preferencialmente os projetos sobre a pandemia', diz o deputado. Ele acrescenta que a medida terá impacto positivo na criação de empregos. 'A arrecadação de IPI cairia um pouco, porém os demais impostos subiriam com o aquecimento do **mercado**.'

Para o economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria, algumas medidas pontuais para desafogar o custo tributário das empresas no meio da pandemia até podem ser positivas neste momento. 'Não são pautas bombas, elas são até bem-vindas diante da situação.' Mas, segundo ele, o risco é que, com o argumento da pandemia, projetos antigos acabem pegando carona, sejam aprovados e virem algo permanente.

Um projeto do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP), por exemplo, prevê isenção de Imposto de Renda sobre a aposentadoria e poderia causar um rombo de R\$ 6 bilhões por ano aos cofres públicos, ainda segundo cálculos do CLP. Esse projeto é considerado pela instituição como de alto impacto fiscal e com alta probabilidade de ir à votação.

Lucena, aliás, é um dos dois parlamentares com maior número de projetos que diminuem a arrecadação pública. Neste ano, ele apresentou um PL para deduzir cursos

preparatórios do Imposto de Renda e, em 2019, um que isenta de IPI e Imposto de Importação (II) produtos de tecnologia assistiva - que facilitam a vida de pessoas com deficiência.

O deputado afirma que suas matérias beneficiam idosos, estudantes e pessoas com deficiência, além de aumentarem a renda das famílias e permitirem que recursos "voltem para a **economia** em forma de consumo".

Para ele, as consequências financeiras dos PLs devem ser debatidas em momento oportuno. "Os impactos orçamentários de propostas como essas, que visam a melhorar a proteção social e fazer justiça, como no caso dos aposentados, e as eventuais ações de adequação orçamentária são tempestivamente analisados pela Comissão de Finanças e Tributação", diz.

Outro campeão em propor projetos que reduzem a arrecadação é o deputado Célio Studart (PV-CE). Foram três PLs apresentados no ano passado. Um que atualiza a tabela do Imposto de Renda, outro que isenta produtos sustentáveis de IPI e um último que isenta de diversos impostos preparações usadas na alimentação de animais domésticos. De acordo com o CLP, o primeiro PL teria um impacto negativo de R\$ 70 bilhões por ano às contas públicas e os outros dois, juntos, de R\$ 2 bilhões.

Studart, que está em seu primeiro mandato na Câmara, avalia que cabe aos parlamentares o foco nos benefícios sociais das proposições que formulam, de modo que não é prudente abortar as ideias de antemão com base apenas no tamanho da repercussão financeira. "A

correção da tabela do imposto de renda, objeto de um dos nossos projetos de lei, é uma questão de justiça tributária debatida há anos no País e ainda sem solução", comenta.

O deputado também acredita que impactos e fonte de recursos são elementos que devem ser discutidos durante a tramitação das propostas. "É importante destacar outro aspecto: se o parlamentar faz uma proposição e o Congresso a aprova, cabe ao presidente da República vetar ou não, e em caso de sanção, é responsabilidade do Poder Executivo administrar os recursos para que a lei em questão seja cumprida", afirma.

O economista Pedro Schneider, do Itaú, afirma que qualquer debate sobre a possibilidade de abrir mão de receita feito neste momento precisa considerar medidas compensatórias e o cenário fiscal delicado do País. 'Se não conseguirmos manter equilibradas as contas públicas em 2021, não vamos conseguir manter os **juros** baixos, que serão os responsáveis pela recuperação', diz.

Para Schneider, por enquanto, os gastos feitos pelo governo para amenizar a crise da pandemia não são motivos de preocupação. 'Agora, o mais importante é ter a **economia** funcionando', destaca. Gastos que acabem se tornando permanentes, no entanto, podem pressionar para cima a taxa de **juros** no ano que vem. Isso porque, quando a dívida de um país se eleva, investidores podem exigir **juros** mais altos para emprestar, dado o aumento do risco de calote. Juros elevados, por sua vez, dificultam empréstimos e podem travar o crescimento econômico.

'Durante a crise, aparece muita demanda para

que o governo continue ajudando no ano que vem. Se houver muita renúncia de receita a partir de 2021, o cenário vai ficar mais complicado', afirma Schneider.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sem jogos, atletas apelam a bicos para poder sobreviver



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Antony Medeiros

Desde março, quando a Federação Norteriograndense de Futebol (FNF) decretou a suspensão do Campeonato Potiguar por conta da pandemia do novo coronavírus, a vida de diversos profissionais ligados ao futebol passou por uma verdadeira reviravolta. Em decorrência da parada, jogadores, técnicos e membros da comissão técnica tiveram suas rotinas interrompidas e em alguns casos passaram a desempenhar outros tipos de atividades para complementar ou até substituir as receitas que ganhavam regularmente com o futebol.

Exemplo é o caso de Mikael, meia-atacante do Potiguar de Mossoró, 22. Natural de

Soledade/PB, o atleta falou à TRIBUNA DO NORTE, por telefone, de sua cidade natal, onde está aguardando a sinalização do clube mossoroense para o retorno das atividades, que ainda depende da sinalização da Sesap e FNF. Enquanto isso não vem, o jogador segue cuidando de um lava-jato, aberto pelo meia justamente durante a pandemia. Com o auxílio de um ajudante, o próprio Mikael executa as ações e, com isso, complementa a renda que recebe como atleta, já que o clube segue honrando seus pagamentos até o final do seu contrato, datado até o desfecho da Série D.

'Quando nos demos conta do tamanho [se referindo ao enfrentamento à Covid], o clube liberou a gente para voltar para as nossas casas, pra começar a quarentena. Não sabia que ia ter um impacto tão grande no futebol e, principalmente, na vida. Mas vamos confiar em Deus? Só ele pode acabar com isso para que tudo volte ao normal, para que todos possam fazer o que gosta', afirmou o atleta, que concilia a administração do empreendimento com os treinos por conta própria, para não deixar cair sua forma física.

Mikael afirma que tentou o benefício do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, mas não foi aprovado. Os R\$ 600, caso conseguissem, seria imprescindível para complemento da renda da família. Casado, a esposa, auxiliar de professora, também está sem acesso à íntegra do seu **salário**. Uma enteada de 12 anos e a mãe de Mikael, que atualmente está desempregada, também dependem dos vencimentos do atleta, que entrou em campo onze vezes pelo Potiguar nesta temporada, marcando um gol.

Já o atacante Antonio Júnior, 24, que estava

vinculado ao Santa Cruz antes da pandemia, sequer mantém renda relacionada ao futebol atualmente. Com o clube longe das competições nacionais e com compromissos ligados apenas ao Estadual, a maioria dos atletas possuíam contrato válido até abril, prazo original para o fim da competição. 'O clube foi muito correto com todos os jogadores. Pagaram o mês de março completo, mesmo com as atividades terminando na metade de março', afirmou o atleta, que tem passagens pelas categorias de base do ABC e América e mora, hoje, em Goianinha.

Toinho, como também é chamado no mundo do futebol, substituiu a renda do esporte com a venda de produtos de beleza de forma autônoma. É essa atividade que leva comida à mesa da família do jogador, composta pela esposa e um enteado. 'Passei a vender também trufas. Continua a ser uma fonte de vendas, mesmo que tenha caído um pouco com a pandemia', afirma o jogador, que revela ter sido aprovado pelo Dataprev no lote mais recente de beneficiários que tentaram o auxílio emergencial.

Essa não é a primeira ocasião que Antonio Júnior fica longe do futebol. Entre 2014 e 2017, o atleta revela que ficou por três anos desempregado, sem vínculo com clube algum, período que teve que se virar para complementar a renda de modo honesto, como bem define. 'Fiz de tudo um pouco nesse período, foi aí que comecei com a venda de trufas', afirma o atacante, que se despediu do Santa Cruz com sete jogos e nenhum gol marcado na temporada.

Situação varia de acordo com o clube

A necessidade de desempenhar uma outra função durante à pandemia é mais presente em clubes de menor estrutura. No caso de ABC e

América, por exemplo, a situação é mais estável. Em ambos os clubes, foram anunciadas reduções salariais dos jogadores, práticas recriminada pelo Sindicato dos Atletas de Futebol do RN (Safern), mas que manteve os atletas com contrato vigente com os clubes com vencimentos mesmo durante a paralisação. Os atletas foram acompanhados pelos profissionais da comissão técnica para treinos de forma remota, como forma de manter a preparação física sem grandes perdas para o retorno das atividades, ainda sem data definida.

Além do Potiguar, que segue pagando seus benefícios, outro clube do estado que disputará uma competição nacional é o Globo FC. Em entrevista à Jovem Pan News Natal, o técnico Renatinho Potiguar afirmou que o clube rescindiu alguns contratos e suspendeu outros vínculos, dentro do que é disposto na MP 936, medida provisória que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19. 'Alguns atletas estão recebendo parte ou todo o **salário** pelo Governo Federal',

Um estudo feito pela EY a pedido da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), repercutido em reportagem em dezembro do ano passado pelo jornalista Rodrigo Mattos, revelou que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na **economia** do Brasil, o que representou 0,72% do Produto Interno Bruto do país em 2018, ano cuja os dados foram coletados.

Arbitragem também enfrenta problemas

Não é só a turma da bola do pé que sofre sem a pandemia. Os árbitros ligados à FNF também sentiram na pele o peso da paralisação da modalidade. É o caso de Diego Leonardo, 29, um dos mais promissores árbitros do quadro

potiguar e que recentemente conseguiu vínculo junto à CBF. 'Sem os jogos, perco a principal fonte de renda', afirma.

Além do futebol profissional, Diego 'apita' jogos de fut-7, futebol de areia e bocha paralímpica. Todas as atividades, segundo determinações da secretaria de Saúde do Governo do Estado, estão paralisadas até segunda ordem. No caso do árbitro, um paleativo foi a chegada do benefício do auxílio emergencial, o qual foi beneficiado nos primeiros lotes aprovados pelo Dataprev. 'Inicialmente achei que não seria sequer contemplado, mas depois terminei conseguindo por conta da atividade remunerada como árbitro. [O benefício] não é o suficiente, mas ajuda muito. Negociei o que eu pude nas minhas despesas e estou conseguindo me virar. Estava quitando as prestações de uma moto, mas tive de congelar o pagamento', comenta.

O árbitro Carlos Alberto de Berto, de 33 anos, também ligado à FNF, é porteiro de um condomínio e tira seu sustento durante à paralisação do futebol da atividade que exerce. Berto, que já foi coveiro, abriu mão do transporte público como forma de economizar gastos durante a pandemia. ' Vou ao trabalho de bicicleta, então já é um exercício bom. A situação geral mudou muito para os árbitros, até mais do que em comparação aos jogadores. Nós estamos com dificuldades para treinar e para manter nossas contas em dia", explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo Federal estuda medidas para 'suavizar' preço dos combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Rafaela Felicciano/Metrópoles

O Ministério de Minas e Energia (MME) concluiu a sua proposta de 'suavização' no preço dos combustíveis. A intenção é evitar que choques externos nos valores do petróleo sejam sentidos com a mesma intensidade no Brasil e, com isso, dar mais estabilidade para os valores de gasolina, do diesel e do GLP no país.

O texto começou a ser articulado em janeiro a pedido da Presidência da República, depois de fortes oscilações no **mercado** internacional de petróleo. O Ministério da **Economia** está

finalizando a análise técnica da proposta antes de ela ser formalizada.

Os técnicos do governo descartaram intervenções em preços de **mercado** e a criação de fundos. O MME busca uma solução que mantenha a liberdade de preços e a livre negociação entre os agentes, bem como que minimize o impacto sobre os cofres da União e estados.

Há três propostas sobre a mesa, que envolvem modificações em **tributos** federais e estaduais.

Com relação às mudanças propostas para os **tributos** federais, a proposta inclui fixação de bandas de preço associadas a alíquotas diferenciadas de Cide Combustíveis, PIS/Pasep e Cofins. Assim, seria aplicada uma alíquota reduzida quando o preço superasse um determinado valor e uma maior quando houvesse redução nos preços.

No caso dos **tributos** estaduais, há duas alternativas. A primeira é ampliar o período da pesquisa de preço usada para definir a base de cálculo do ICMS. Os governos passariam a observar uma média móvel dos últimos 12 meses nos preços dos combustíveis a fim de calcular o ICMS. Hoje, isso é feito a cada 15 dias.

A avaliação é que um período mais alongado permitiria que mais pontos de observação fossem considerados, o que reduziria o impacto de oscilações pontuais e daria mais regularidade à arrecadação do tributo para os estados. A mudança poderia ser feita sem

alteração em leis, sendo necessária uma análise do Conselho de Política Fazenda (Confaz), que precisa do aval dos secretários estaduais.

A segunda alteração estudada para suavizar os preços via tributação estadual seria modificar a forma de cobrar o ICMS sobre a comercialização de combustíveis. A ideia é passar o cálculo, hoje baseado em um percentual sobre o valor (ad valorem), para um cálculo sobre a quantidade vendida (ad rem).

A justificativa é que as alíquotas sobre preços tendem a amplificar as variações, pois trazem para o tributo arrecadado a variação do item tributado. Para fazer essa mudança, é necessário propor uma alteração legal ao Congresso.

Capacidade de refino

As mudanças sobre o ICMS é que teriam maior impacto. O tributo corresponde a 15% do preço final do óleo diesel e a 30% do da gasolina, enquanto os **tributos** federais representam 10% e 18%, respectivamente.

A análise conduzida pelo MME lembra que a capacidade instalada de refino de petróleo no Brasil é insuficiente para atender à demanda de derivados, sendo necessário importar óleo diesel, gasolina e gás de cozinha. Por esse motivo, as oscilações do preço do petróleo têm bastante impacto no **mercado** brasileiro.

O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo Federal estuda medidas para 'suavizar' preço dos combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: wllana

O Ministério de Minas e Energia (MME) concluiu a sua proposta de 'suavização' no preço dos combustíveis. A intenção é evitar que choques externos nos valores do petróleo sejam sentidos com a mesma intensidade no Brasil e, com isso, dar mais estabilidade para os valores de gasolina, do diesel e do GLP no país.

O texto começou a ser articulado em janeiro a pedido da Presidência da República, depois de fortes oscilações no **mercado** internacional de petróleo. O Ministério da **Economia** está finalizando a análise técnica da proposta antes de ela ser formalizada.

Os técnicos do governo descartaram intervenções em preços de **mercado** e a criação de fundos. O MME busca uma solução que mantenha a liberdade de preços e a livre negociação entre os agentes, bem como que minimize os impactos sobre os cofres da União e estados.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início do ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Imagem: Getty Images/iStockphoto

Os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início de 2020. O valor foi atingido hoje, às 4h32, de acordo com o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O montante corresponde ao total pago para a União, estados e municípios na forma de impostos, taxas, multas e contribuições. A arrecadação foi alcançada com um atraso de 33 dias em relação ao ano passado, que foi registrado em 24 de maio.

Para o economista da ACSP Marcel Solimeo, o resultado indica o recuo no crescimento da **economia** no país, causado pela crise do novo coronavírus. 'A arrecadação, com a diferença de praticamente um mês de um ano a outro, mostra a forte desaceleração da receita tributária em consequência da recessão provocada pela pandemia.

De acordo com a projeção feita para este ano, logicamente antes do Brasil ser afetado pelo novo coronavírus, a arrecadação deveria estar em R\$ 1.263.198.081.264,14, ou seja, há uma queda de 26% em relação ao esperado', disse Solimeo.

Ainda de acordo com o economista, é provável que seja necessário refazer os cálculos sobre o desempenho da arrecadação de **tributos** para o segundo semestre. 'No entanto, mais importante do que acertar a projeção exata, é constatar que a magnitude da perda tributária dos três níveis de governo já foi bastante expressiva, e ainda deverá continuar nos próximos meses, com um impacto muito forte na capacidade do Estado para cumprir com os seus compromissos, o que deverá afetar ainda mais os investimentos', analisou.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da ACSP, na Rua Boa Vista, centro da capital paulista. Outros municípios e capitais se espelharam na iniciativa e instalaram seus painéis. No portal

www.impostometro.com.br é possível visualizar valores arrecadados por período, estado, município e categoria.

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início do ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos desde o início de 2020. O valor foi atingido hoje, às 4h32, de acordo com o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O montante corresponde ao total pago para a União, estados e municípios na forma de impostos, taxas, multas e contribuições. A arrecadação foi alcançada com um atraso de 33 dias em relação ao ano passado, que foi registrado em 24 de maio.

Para o economista da ACSP Marcel Solimeo, o

resultado indica o recuo no crescimento da **economia** no país, causado pela crise do novo coronavírus. 'A arrecadação, com a diferença de praticamente um mês de um ano a outro, mostra a forte desaceleração da receita tributária em consequência da recessão provocada pela pandemia.

De acordo com a projeção feita para este ano, logicamente antes do Brasil ser afetado pelo novo coronavírus, a arrecadação deveria estar em R\$ 1.263.198.081.264,14, ou seja, há uma queda de 26% em relação ao esperado', disse Solimeo.

Ainda de acordo com o economista, é provável que seja necessário refazer os cálculos sobre o desempenho da arrecadação de **tributos** para o segundo semestre. 'No entanto, mais importante do que acertar a projeção exata, é constatar que a magnitude da perda tributária dos três níveis de governo já foi bastante expressiva, e ainda deverá continuar nos próximos meses, com um impacto muito forte na capacidade do Estado para cumprir com os seus compromissos, o que deverá afetar ainda mais os investimentos', analisou.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da ACSP, na Rua Boa Vista, centro da capital paulista. Outros municípios e capitais se espelharam na iniciativa e instalaram seus painéis. No portal www.impostometro.com.br é possível visualizar valores arrecadados por período, estado,

município e categoria.

UOL

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Sem jogos, atletas do futebol potiguar apelam a bicos para poder sobreviver



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Anthony Medeiros

Desde março, quando a Federação Norte-riograndense de Futebol (FNF) decretou a suspensão do Campeonato Potiguar por conta da pandemia do novo coronavírus, a vida de diversos profissionais ligados ao futebol passou por uma verdadeira reviravolta. Em decorrência da parada, jogadores, técnicos e membros da comissão técnica tiveram suas rotinas interrompidas e em alguns casos passaram a desempenhar outros tipos de atividades para complementar ou até substituir as receitas que ganhavam regularmente com o futebol.

Exemplo é o caso de Mikael, meia-atacante do Potiguar de Mossoró, 22. Natural de

Soledade/PB, o atleta falou à TRIBUNA DO NORTE, por telefone, de sua cidade natal, onde está aguardando a sinalização do clube mossoroense para o retorno das atividades, que ainda depende da sinalização da Sesap e FNF. Enquanto isso não vem, o jogador segue cuidando de um lava-jato, aberto pelo meia justamente durante a pandemia. Com o auxílio de um ajudante, o próprio Mikael executa as ações e, com isso, complementa a renda que recebe como atleta, já que o clube segue honrando seus pagamentos até o final do seu contrato, datado até o desfecho da Série D.

'Quando nos demos conta do tamanho [se referindo ao enfrentamento à Covid], o clube liberou a gente para voltar para as nossas casas, pra começar a quarentena. Não sabia que ia ter um impacto tão grande no futebol e, principalmente, na vida. Mas vamos confiar em Deus? Só ele pode acabar com isso para que tudo volte ao normal, para que todos possam fazer o que gosta', afirmou o atleta, que concilia a administração do empreendimento com os treinos por conta própria, para não deixar cair sua forma física.

Mikael afirma que tentou o benefício do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, mas não foi aprovado. Os R\$ 600, caso conseguissem, seria imprescindível para complemento da renda da família. Casado, a esposa, auxiliar de professora, também está sem acesso à íntegra do seu **salário**. Uma enteada de 12 anos e a mãe de Mikael, que atualmente está desempregada, também dependem dos vencimentos do atleta, que entrou em campo onze vezes pelo Potiguar nesta temporada, marcando um gol.

Já o atacante Antonio Júnior, 24, que estava

vinculado ao Santa Cruz antes da pandemia, sequer mantém renda relacionada ao futebol atualmente. Com o clube longe das competições nacionais e com compromissos ligados apenas ao Estadual, a maioria dos atletas possuíam contrato válido até abril, prazo original para o fim da competição. 'O clube foi muito correto com todos os jogadores. Pagaram o mês de março completo, mesmo com as atividades terminando na metade de março', afirmou o atleta, que tem passagens pelas categorias de base do ABC e América e mora, hoje, em Goianinha.

Toinho, como também é chamado no mundo do futebol, substituiu a renda do esporte com a venda de produtos de beleza de forma autônoma. É essa atividade que leva comida à mesa da família do jogador, composta pela esposa e um enteado. 'Passei a vender também trufas. Continua a ser uma fonte de vendas, mesmo que tenha caído um pouco com a pandemia', afirma o jogador, que revela ter sido aprovado pelo Dataprev no lote mais recente de beneficiários que tentaram o auxílio emergencial.

Essa não é a primeira ocasião que Antonio Júnior fica longe do futebol. Entre 2014 e 2017, o atleta revela que ficou por três anos desempregado, sem vínculo com clube algum, período que teve que se virar para complementar a renda de modo honesto, como bem define. 'Fiz de tudo um pouco nesse período, foi aí que comecei com a venda de trufas', afirma o atacante, que se despediu do Santa Cruz com sete jogos e nenhum gol marcado na temporada.

Situação varia de acordo com o clube

A necessidade de desempenhar uma outra função durante à pandemia é mais presente em clubes de menor estrutura. No caso de ABC e

América, por exemplo, a situação é mais estável. Em ambos os clubes, foram anunciadas reduções salariais dos jogadores, práticas recriminada pelo Sindicato dos Atletas de Futebol do RN (Safern), mas que manteve os atletas com contrato vigente com os clubes com vencimentos mesmo durante a paralisação. Os atletas foram acompanhados pelos profissionais da comissão técnica para treinos de forma remota, como forma de manter a preparação física sem grandes perdas para o retorno das atividades, ainda sem data definida.

Além do Potiguar, que segue pagando seus benefícios, outro clube do estado que disputará uma competição nacional é o Globo FC. Em entrevista à Jovem Pan News Natal, o técnico Renatinho Potiguar afirmou que o clube rescindiu alguns contratos e suspendeu outros vínculos, dentro do que é disposto na MP 936, medida provisória que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19. 'Alguns atletas estão recebendo parte ou todo o **salário** pelo Governo Federal',

Um estudo feito pela EY a pedido da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), repercutido em reportagem em dezembro do ano passado pelo jornalista Rodrigo Mattos, revelou que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na **economia** do Brasil, o que representou 0,72% do Produto Interno Bruto do país em 2018, ano cuja os dados foram coletados.

Arbitragem também enfrenta problemas

Não é só a turma da bola do pé que sofre sem a pandemia. Os árbitros ligados à FNF também sentiram na pele o peso da paralisação da modalidade. É o caso de Diego Leonardo, 29, um dos mais promissores árbitros do quadro

potiguar e que recentemente conseguiu vínculo junto à CBF. 'Sem os jogos, perco a principal fonte de renda', afirma.

Além do futebol profissional, Diego 'apita' jogos de fut-7, futebol de areia e bocha paralímpica. Todas as atividades, segundo determinações da secretaria de Saúde do Governo do Estado, estão paralisadas até segunda ordem. No caso do árbitro, um paleativo foi a chegada do benefício do auxílio emergencial, o qual foi beneficiado nos primeiros lotes aprovados pelo Dataprev. 'Inicialmente achei que não seria sequer contemplado, mas depois terminei conseguindo por conta da atividade remunerada como árbitro. [O benefício] não é o suficiente, mas ajuda muito. Negociei o que eu pude nas minhas despesas e estou conseguindo me virar. Estava quitando as prestações de uma moto, mas tive de congelar o pagamento', comenta.

O árbitro Carlos Alberto de Berto, de 33 anos, também ligado à FNF, é porteiro de um condomínio e tira seu sustento durante à paralisação do futebol da atividade que exerce. Berto, que já foi coveiro, abriu mão do transporte público como forma de economizar gastos durante a pandemia. ' Vou ao trabalho de bicicleta, então já é um exercício bom. A situação geral mudou muito para os árbitros, até mais do que em comparação aos jogadores. Nós estamos com dificuldades para treinar e para manter nossas contas em dia", explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Substituto do Bolsa Família e outros programas sociais, Renda Brasil será de até R\$ 300 e chegará a 31 milhões de brasileiros

O Renda Brasil, programa de renda mínima permanente, terá valor entre R\$ 200 e R\$ 300, disse o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. O programa de transferência de renda irá ampliar o Bolsa Família e englobar outros programas do governo, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o Seguro Defeso. Programa irá substituir o Bolsa Família e outros programa sociais e ampliar abrangência para além das quase 14 milhões de famílias contempladas hoje.

Sua abrangência, portanto, será maior que a do Bolsa Família, que hoje transfere entre R\$ 89 e R\$ 205 para famílias com crianças ou adolescentes na escola. De acordo com a Caixa, hoje são 13,5 milhões de famílias beneficiadas.

O governo estima que serão cerca de 31 milhões de brasileiros no Renda Brasil, incluindo 20 milhões que recebem o auxílio emergencial pelo Bolsa Família e mais 11 milhões que foram incluídos agora, após novo cadastramento, entre os muito pobres, trabalhadores informais e empreendedores por conta própria.

O Ministério da **Economia** elaborou uma estratégia para outras 25 milhões de pessoas que são pequenos empresários e trabalhadores que não farão parte do programa assistencial Renda Brasil.

A ideia é que eles sejam formalizados por meio da Carteira Digital Verde Amarela, novo programa que será lançado e funcionará como uma espécie de 'rampa' de acesso social, para sair da assistência do auxílio emergencial para a



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução

formalização e inclusão no **mercado** de trabalho.

A pandemia do novo coronavírus mostrou a necessidade do fortalecimento dos programas sociais. Neste mês o governo paga a terceira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 e já anunciou três novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, que ainda têm que passar pela aprovação do Congresso.

O novo programa de transferência de renda, portanto, é aposta da equipe econômica para evitar queda maior da **economia** e proteção dos mais vulneráveis, que já foram identificadas durante o pagamento do auxílio emergencial.

Em função do coronavírus, o FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê queda do PIB brasileiro de 9%, mas Guedes já declarou que acredita que o tombo será menor.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Sem jogos, atletas do futebol do RN apelam a bicos durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Anthony Medeiros

Desde março, quando a Federação Norteriograndense de Futebol (FNF) decretou a suspensão do Campeonato Potiguar por conta da pandemia do novo coronavírus, a vida de diversos profissionais ligados ao futebol passou por uma verdadeira reviravolta. Em decorrência da parada, jogadores, técnicos e membros da comissão técnica tiveram suas rotinas interrompidas e em alguns casos passaram a desempenhar outros tipos de atividades para complementar ou até substituir as receitas que ganhavam regularmente com o futebol.

Exemplo é o caso de Mikael, meia-atacante do Potiguar de Mossoró, 22. Natural de

Soledade/PB, o atleta falou à TRIBUNA DO NORTE, por telefone, de sua cidade natal, onde está aguardando a sinalização do clube mossoroense para o retorno das atividades, que ainda depende da sinalização da Sesp e FNF. Enquanto isso não vem, o jogador segue cuidando de um lava-jato, aberto pelo meia justamente durante a pandemia. Com o auxílio de um ajudante, o próprio Mikael executa as ações e, com isso, complementa a renda que recebe como atleta, já que o clube segue honrando seus pagamentos até o final do seu contrato, datado até o desfecho da Série D.

'Quando nos demos conta do tamanho [se referindo ao enfrentamento à Covid], o clube liberou a gente para voltar para as nossas casas, pra começar a quarentena. Não sabia que ia ter um impacto tão grande no futebol e, principalmente, na vida. Mas vamos confiar em Deus? Só ele pode acabar com isso para que tudo volte ao normal, para que todos possam fazer o que gosta', afirmou o atleta, que concilia a administração do empreendimento com os treinos por conta própria, para não deixar cair sua forma física.

Mikael afirma que tentou o benefício do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, mas não foi aprovado. Os R\$ 600, caso conseguissem, seria imprescindível para complemento da renda da família. Casado, a esposa, auxiliar de professora, também está sem acesso à íntegra do seu **salário**. Uma enteada de 12 anos e a mãe de Mikael, que atualmente está desempregada, também dependem dos vencimentos do atleta, que entrou em campo onze vezes pelo Potiguar nesta temporada, marcando um gol.

Já o atacante Antonio Júnior, 24, que estava

vinculado ao Santa Cruz antes da pandemia, sequer mantém renda relacionada ao futebol atualmente. Com o clube longe das competições nacionais e com compromissos ligados apenas ao Estadual, a maioria dos atletas possuíam contrato válido até abril, prazo original para o fim da competição. 'O clube foi muito correto com todos os jogadores. Pagaram o mês de março completo, mesmo com as atividades terminando na metade de março', afirmou o atleta, que tem passagens pelas categorias de base do ABC e América e mora, hoje, em Goianinha.

Toinho, como também é chamado no mundo do futebol, substituiu a renda do esporte com a venda de produtos de beleza de forma autônoma. É essa atividade que leva comida à mesa da família do jogador, composta pela esposa e um enteado. 'Passei a vender também trufas. Continua a ser uma fonte de vendas, mesmo que tenha caído um pouco com a pandemia', afirma o jogador, que revela ter sido aprovado pelo Dataprev no lote mais recente de beneficiários que tentaram o auxílio emergencial.

Essa não é a primeira ocasião que Antonio Júnior fica longe do futebol. Entre 2014 e 2017, o atleta revela que ficou por três anos desempregado, sem vínculo com clube algum, período que teve que se virar para complementar a renda de modo honesto, como bem define. 'Fiz de tudo um pouco nesse período, foi aí que comecei com a venda de trufas', afirma o atacante, que se despediu do Santa Cruz com sete jogos e nenhum gol marcado na temporada.

Situação varia de acordo com o clube

A necessidade de desempenhar uma outra função durante à pandemia é mais presente em clubes de menor estrutura. No caso de ABC e

América, por exemplo, a situação é mais estável. Em ambos os clubes, foram anunciadas reduções salariais dos jogadores, práticas recriminada pelo Sindicato dos Atletas de Futebol do RN (Safern), mas que manteve os atletas com contrato vigente com os clubes com vencimentos mesmo durante a paralisação. Os atletas foram acompanhados pelos profissionais da comissão técnica para treinos de forma remota, como forma de manter a preparação física sem grandes perdas para o retorno das atividades, ainda sem data definida.

Além do Potiguar, que segue pagando seus benefícios, outro clube do estado que disputará uma competição nacional é o Globo FC. Em entrevista à Jovem Pan News Natal, o técnico Renatinho Potiguar afirmou que o clube rescindiu alguns contratos e suspendeu outros vínculos, dentro do que é disposto na MP 936, medida provisória que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19. 'Alguns atletas estão recebendo parte ou todo o **salário** pelo Governo Federal',

Um estudo feito pela EY a pedido da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), repercutido em reportagem em dezembro do ano passado pelo jornalista Rodrigo Mattos, revelou que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na **economia** do Brasil, o que representou 0,72% do Produto Interno Bruto do país em 2018, ano cuja os dados foram coletados.

Arbitragem também enfrenta problemas

Não é só a turma da bola do pé que sofre sem a pandemia. Os árbitros ligados à FNF também sentiram na pele o peso da paralisação da modalidade. É o caso de Diego Leonardo, 29, um dos mais promissores árbitros do quadro

potiguar e que recentemente conseguiu vínculo junto à CBF. 'Sem os jogos, perco a principal fonte de renda', afirma.

Além do futebol profissional, Diego 'apita' jogos de fut-7, futebol de areia e bocha paralímpica. Todas as atividades, segundo determinações da secretaria de Saúde do Governo do Estado, estão paralisadas até segunda ordem. No caso do árbitro, um paleativo foi a chegada do benefício do auxílio emergencial, o qual foi beneficiado nos primeiros lotes aprovados pelo Dataprev. 'Inicialmente achei que não seria sequer contemplado, mas depois terminei conseguindo por conta da atividade remunerada como árbitro. [O benefício] não é o suficiente, mas ajuda muito. Negociei o que eu pude nas minhas despesas e estou conseguindo me virar. Estava quitando as prestações de uma moto, mas tive de congelar o pagamento', comenta.

O árbitro Carlos Alberto de Berto, de 33 anos, também ligado à FNF, é porteiro de um condomínio e tira seu sustento durante à paralisação do futebol da atividade que exerce. Berto, que já foi coveiro, abriu mão do transporte público como forma de economizar gastos durante a pandemia. ' Vou ao trabalho de bicicleta, então já é um exercício bom. A situação geral mudou muito para os árbitros, até mais do que em comparação aos jogadores. Nós estamos com dificuldades para treinar e para manter nossas contas em dia", explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Renda Brasil vai substituir o Bolsa Família



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O Renda Brasil, programa de renda mínima permanente, terá valor entre R\$ 200 e R\$ 300, disse o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. O programa de transferência de renda irá ampliar o Bolsa Família e englobar outros programas do governo, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o Seguro Defeso. Programa irá substituir o Bolsa Família e outros programa sociais e ampliar abrangência para além das quase 14 milhões de famílias contempladas hoje.

Sua abrangência, portanto, será maior que a do Bolsa Família, que hoje transfere entre R\$ 89 e

R\$ 205 para famílias com crianças ou adolescentes na escola. De acordo com a Caixa, hoje são 13,5 milhões de famílias beneficiadas.

O governo estima que serão cerca de 31 milhões de brasileiros no Renda Brasil, incluindo 20 milhões que recebem o auxílio emergencial pelo Bolsa Família e mais 11 milhões que foram incluídos agora, após novo cadastramento, entre os muito pobres, trabalhadores informais e empreendedores por conta própria.

O Ministério da **Economia** elaborou uma estratégia para outras 25 milhões de pessoas que são pequenos empresários e trabalhadores que não farão parte do programa assistencial Renda Brasil.

A ideia é que eles sejam formalizados por meio da Carteira Digital Verde Amarela, novo programa que será lançado e funcionará como uma espécie de 'rampa' de acesso social, para sair da assistência do auxílio emergencial para a formalização e inclusão no **mercado** de trabalho.

A pandemia do novo coronavírus mostrou a necessidade do fortalecimento dos programas sociais. Neste mês o governo paga a terceira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 e já anunciou três novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, que ainda têm que passar pela aprovação do Congresso.

O novo programa de transferência de renda, portanto, é aposta da equipe econômica para evitar queda maior da **economia** e proteção dos

mais vulneráveis, que já foram identificadas durante o pagamento do auxílio emergencial.

Em função do coronavírus, o FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê queda do PIB brasileiro de 9%, mas Guedes já declarou que acredita que o tombo será menor.

R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Substituto do Bolsa Família e outros programas sociais, Renda Brasil será de até R\$ 300 e chegará a 31 milhões de brasileiros



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Freitas

Foto: reprodução

O Renda Brasil, programa de renda mínima permanente, terá valor entre R\$ 200 e R\$ 300, disse o ministro da **Economia**, Paulo Guedes. O programa de transferência de renda irá ampliar o Bolsa Família e englobar outros programas do governo, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o Seguro Defeso. Programa irá substituir o Bolsa Família e outros programa sociais e ampliar abrangência para além das quase 14 milhões de famílias contempladas hoje.

Sua abrangência, portanto, será maior que a do Bolsa Família, que hoje transfere entre R\$ 89 e R\$ 205 para famílias com crianças ou adolescentes na escola. De acordo com a Caixa, hoje são 13,5 milhões de famílias beneficiadas.

O governo estima que serão cerca de 31 milhões de brasileiros no Renda Brasil, incluindo 20 milhões que recebem o auxílio emergencial pelo Bolsa Família e mais 11 milhões que foram incluídos agora, após novo cadastramento, entre os muito pobres, trabalhadores informais e empreendedores por conta própria.

O Ministério da **Economia** elaborou uma estratégia para outras 25 milhões de pessoas que são pequenos empresários e trabalhadores que não farão parte do programa assistencial Renda Brasil.

A ideia é que eles sejam formalizados por meio da Carteira Digital Verde Amarela, novo programa que será lançado e funcionará como uma espécie de 'rampa' de acesso social, para sair da assistência do auxílio emergencial para a

formalização e inclusão no **mercado** de trabalho.

A pandemia do novo coronavírus mostrou a necessidade do fortalecimento dos programas sociais. Neste mês o governo paga a terceira parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 e já anunciou três novas parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300, que ainda têm que passar pela aprovação do Congresso.

O novo programa de transferência de renda, portanto, é aposta da equipe econômica para evitar queda maior da **economia** e proteção dos mais vulneráveis, que já foram identificadas durante o pagamento do auxílio emergencial.

Em função do coronavírus, o FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê queda do PIB brasileiro de 9%, mas Guedes já declarou que acredita que o tombo será menor.

Fonte: R7

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Rodrigo Bico: "A produção artística e cultural será modificada no pós-pandemia"



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ator, produtor cultural e ex-presidente da Fundação José Augusto, Rodrigo Bico é um artista inquieto e mesmo durante a pandemia e isolamento social, vem mostrando maneiras de interagir com os demais artistas e com o público. Em entrevista ao Portal PN, ele falou sobre o impacto da pandemia e do necessário isolamento para a classe artística, as maneiras de lidar com a situação e o papel do Poder Público diante deste cenário. Confira:

Como está a sua produção (criativa e operacional) nestes tempos de pandemia e isolamento?

No início da quarentena todos nós artistas fomos surpreendidos com o baque do

cancelamento de várias ações artísticas que iríamos realizar durante o ano. Foi um prejuízo imensurável para o nosso setor. Além do abalo financeiro que nós sofremos, também passamos por um abalo emocional. Então, no início da pandemia no Brasil foi bem difícil se estabelecer e se colocar no lugar de um ser produtivo. Nesse tempo o Grupo de Teatro Facetas, Mutretas e Outras histórias, ao qual faço parte, passou em tempo esperando como o Coronavírus iria se comportar no país e como nossos gestores iam lidar com essa situação, quando percebemos que a coisa iria demorar mais do que imaginávamos, nós passamos a marcar reuniões pra debater nossa situação e como nós poderíamos produzir algo artisticamente e não paralisar nossas atividades, estamos no processo de pesquisa de algumas ações que realizaremos na internet e em breve vocês poderão ter acesso a elas. Nos inscrevemos em alguns editais e conseguimos aprovar a exibição virtual do nosso espetáculo 'Sal, Menino Mar' pelos Centros Culturais do BNB. Individualmente tenho mesclado minha produção entre escrever textos e interpretá-los em vídeo, sendo para ações pessoais ou para encomenda de empresas, tenho feito a produção de Lives de alguns músicos como Júlio Lima, Pedro Mendes, Alex Amorim e Fuxico de Feira, realizei algumas lives pra debater a situação política e cultural do país e tenho participado de Lives de amigos e de sindicatos pra conversar e também recitar algumas poesias e contar algumas histórias. Por fim, estou fazendo a produção executiva novo álbum de Pedro Mendes que foi recentemente aprovado no Edital de **Economia** Criativa do SEBRAE.

Como avalia a situação geral dos artistas e produtores culturais potiguares nestes tempos?

Estamos vivendo um momento de muitas incertezas e dificuldades no campo cultural. Aqui no estado nós temos vários perfis econômicos de artistas. Artistas que vivem exclusivamente de sua arte e que não dividem renda com outros familiares como músicos de bares e restaurantes, arranjos produtivos culturais em família como circos e etc... temos artistas com carreiras consolidadas que acabam conseguindo através de sua imagem arrecadar financeiramente através de lives, shows virtuais, videoclipes... temos uma série de artistas das mais variadas linguagens que acabam sofrendo impactos de formas diferentes. Por exemplo, nós do teatro precisamos diretamente da relação com o público, nem todos artistas tem um repertório poético, ou de contação de histórias pra ir pra frente de uma câmera e conseguir algum retorno financeiro disso. E ainda temos a situação dos técnicos de palco, figurinistas, aderecistas e uma série de outros profissionais que dependiam de eventos e ações culturais como meio de sustento, e que a realização de Lives dentro de casas acabam excluindo determinados técnicos que não conseguem acessar essas produções. A falta de um **mercado** profissional consolidado no RN é hoje uma das grandes dificuldades que artistas e produtores culturais estão passando, muitos ainda estão conseguindo viver porque se dividem em outras funções profissionais como professor ou outra função no serviço público.

Como vê as políticas públicas (nacionais, estaduais e municipais) para os artistas neste período?

Nacionalmente temos um edital lançado pela FUNARTE com uma verba muito pequena diante da necessidade do país, o referido edital se assemelha a editais lançados no Ceará em seu tamanho financeiro. No Congresso

Nacional tivemos recentemente a aprovação da Lei Aldir Blanc que após sancionada deverá realizar um repasse financeiro para estados e municípios nunca visto na história desse país, mas ainda esperamos a sanção presidencial, o repasse e a ação dos municípios e estados para que essa verba chegue até os trabalhadores da cultura. Em nível estadual temos uma atuação satisfatória do Governo do RN que vem conseguindo pagar um edital lançado no ano passado e que lançou e já pagou um edital emergencial para 105 iniciativas culturais para todo estado. No tocante as ações municipais, poucas foram as cidades que realizaram alguma coisa, destaco aqui a prefeitura de Currais Novos que lançou uma chamada pública municipal, Mossoró apesar das com críticas do setor cultural conseguiu lançar um edital de fomento. São Gonçalo após muita pressão do setor cultural lançou também uma chamada pública emergencial. Prefeituras de maior arrecadação como Parnamirim e Natal não realizaram ainda nenhuma ação. A capital inclusive já declarou que não vai realizar nenhuma ação e se limitará a pagar os cachês do carnaval. De fato, essa é uma péssima notícia para os trabalhadores das artes e da cultura que vivem em Natal.

Acha que o fazer artístico potiguar e a relação artistas-públicos mudará no pós-pandemia?

A produção artística e cultural em todo o mundo será modificada, sem dúvida. Pelo menos em curto e médio prazo a convivência entre artistas e público em espaços privados será muito difícil e cheia de regulamentações. Ainda temos no meio disso tudo, um público que mesmo com determinadas liberações terá muito medo de sair de casa para assistir espetáculos e produções culturais. Acho que ainda é cedo para tirar conclusões sobre um cenário futuro. De fato, estamos aprendendo a

lidar com novas ferramentas, com diversas forma de produzir artisticamente e de divulgar nossas criações. E, certamente, muitas dessas práticas deverão se incorporar em nossos trabalhos. Mas ainda assim, nada substituirá o calor do contato físico, presencial e efêmero na relação entre público e plateia.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Prazo para solicitar auxílio emergencial acaba quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O auxílio emergencial virou a principal fonte de renda de 65 milhões de brasileiros na pandemia do novo coronavírus, mas a procura pelo benefício continua grande em todos os cantos do país. De acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF), cerca de 52 mil brasileiros cadastram-se todos os dias no site e no aplicativo do auxílio emergencial para tentar entrar na lista de contemplados pela ajuda de R\$ 600. Porém, o prazo para solicitar o benefício acaba nesta semana.

Segundo a lei que criou o auxílio emergencial, os brasileiros tinham 90 dias para se cadastrar

no programa. Como a Lei nº 13.982 foi publicada em 2 de abril, o prazo de inscrições acaba, portanto, em 2 de julho, ou seja, na próxima quinta-feira. E o governo não parece disposto a prorrogar a data, como já garantiu que vai estender os pagamentos do auxílio emergencial, liberando mais R\$ 1,2 mil para cada trabalhador, provavelmente em parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300.

'Temos mais uma semana para pedir o cadastramento. A partir de 2 de julho, o cadastramento estará fechado', alertou o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, durante o anúncio do calendário de pagamentos da terceira parcela dos R\$ 600. O secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antônio Barreto, confirmou que não há orientações para prorrogar esse prazo. 'A discussão sobre a prorrogação é com o intuito de aumentar o número de parcelas que serão pagas a esses trabalhadores, não o prazo de inscrições', pontuou.

Por conta disso, a expectativa é de que os pedidos do auxílio emergencial se acelerem nos próximos dias. Mas o governo garante que o site e o aplicativo do benefício estão prontos para receber os cadastros de todos os brasileiros que ainda não recebem os R\$ 600, mas gostariam de acessar o benefício e devem pedir o recurso até quinta-feira. 'Quando foi lançado, o aplicativo do auxílio emergencial chegou a receber mais de 5 milhões de solicitações em um único dia. Então, ele está completamente preparado para qualquer carga adicional. Seguramente, não teremos nenhum problema operacional', assegurou o vice-presidente da

Rede de Varejo da Caixa, Paulo Henrique Ângelo.

Barreto acrescentou que, mesmo com um possível aumento nas inscrições, os novos pedidos do auxílio emergencial não devem chegar à marca dos milhões desta vez. Por isso, o número de contemplados pelo benefício não deve passar muito dos atuais 65 milhões. 'Já analisamos 150 milhões de CPFs. E mais de 58% da população brasileira já foram beneficiados direta ou indiretamente, porque, quando somamos os 64 milhões de elegíveis aos R\$ 600 com os seus familiares, chegamos a mais de 124 milhões de habitantes. Então, quando analisamos as estatísticas de renda e informalidade do IBGE, percebemos que o número de pessoas que se cadastraram no programa já passou das expectativas do governo e chegou próximo do limite do grupo que teria direito ao benefício', explicou o secretário-executivo da Cidadania.

A maior parte dos trabalhadores informais, dos microempreendedores individuais, dos contribuintes autônomos e dos brasileiros de baixa renda que se encaixavam nos critérios do auxílio emergencial, por exemplo, já pediu e já está sendo assistido pelos R\$ 600. Além disso, 42,2 milhões de brasileiros também tiveram o pedido analisado pelo governo, mas foram considerados inelegíveis ao benefício. E cerca de 2 milhões de cadastros estão em análise na Dataprev. Por isso, o governo espera cadastros residuais. 'Mas as pessoas que se encaixam nesses grupos, caso não tenham recebido mais de R\$ 28 mil no ano de 2018, podem fazer o pedido. Todos os cadastros realizados até 2 de julho serão realizados', pontuou Ângelo, reforçando que as inscrições devem ser realizadas no site e no aplicativo do auxílio.

Desempregados

Boa parte das novas inscrições deve vir mesmo, portanto, dos trabalhadores que perderam o emprego na pandemia do novo coronavírus. É que os novos desempregados do **mercado** de trabalho brasileiro podem recorrer aos R\$ 600 caso não tenham direito a nenhum outro benefício do governo. Quem já terminou de receber o seguro-desemprego, mas ainda não conseguiu se recolocar no **mercado** de trabalho e, por isso, está sem nenhuma renda no momento, também pode receber os R\$ 600.

'Quem recebe outro benefício, um benefício previdenciário, um auxílio-doença, um seguro-defeso ou mesmo o seguro-desemprego, não tem direito. Mas, se a pessoa perdeu o emprego e não tem direito ao seguro-desemprego, se só trabalhou dois ou três meses e não pode acessar o benefício, por exemplo, tem direito ao auxílio emergencial', explicou Antônio Barreto, que reconheceu haver uma demanda expressiva por parte desses trabalhadores nos novos pedidos do auxílio emergencial.

Todos os brasileiros que pedirem o auxílio emergencial nesta semana saberão se têm ou não direito ao benefício ainda em julho. Os aprovados também devem receber a primeira parcela dos R\$ 600 neste mês. 'Nós temos acordos assinados junto ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União evidenciando que, em situações normais, nós faremos a análise de qualquer requerente em até 20 dias. Feito isso e transferidos os dados para a Caixa, o banco terá até três dias úteis para fazer o pagamento a esse beneficiário', sublinhou

Barreto.

Correio Braziliense*

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Sem jogos, atletas do futebol do RN apelam para os bicos durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Anthony Medeiros

Desde março, quando a Federação Norte-riograndense de Futebol (FNF) decretou a suspensão do Campeonato Potiguar por conta da pandemia do novo coronavírus, a vida de diversos profissionais ligados ao futebol passou por uma verdadeira reviravolta. Em decorrência da parada, jogadores, técnicos e membros da comissão técnica tiveram suas rotinas interrompidas e em alguns casos passaram a desempenhar outros tipos de atividades para complementar ou até substituir as receitas que ganhavam regularmente com o futebol.

Exemplo é o caso de Mikael, meia-atacante do Potiguar de Mossoró, 22. Natural de

Soledade/PB, o atleta falou à TRIBUNA DO NORTE, por telefone, de sua cidade natal, onde está aguardando a sinalização do clube mossoroense para o retorno das atividades, que ainda depende da sinalização da Sesap e FNF. Enquanto isso não vem, o jogador segue cuidando de um lava-jato, aberto pelo meia justamente durante a pandemia. Com o auxílio de um ajudante, o próprio Mikael executa as ações e, com isso, complementa a renda que recebe como atleta, já que o clube segue honrando seus pagamentos até o final do seu contrato, datado até o desfecho da Série D.

'Quando nos demos conta do tamanho [se referindo ao enfrentamento à Covid], o clube liberou a gente para voltar para as nossas casas, pra começar a quarentena. Não sabia que ía ter um impacto tão grande no futebol e, principalmente, na vida. Mas vamos confiar em Deus? Só ele pode acabar com isso para que tudo volte ao normal, para que todos possam fazer o que gosta', afirmou o atleta, que concilia a administração do empreendimento com os treinos por conta própria, para não deixar cair sua forma física.

Mikael afirma que tentou o benefício do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, mas não foi aprovado. Os R\$ 600, caso conseguissem, seria imprescindível para complemento da renda da família. Casado, a esposa, auxiliar de professora, também está sem acesso à íntegra do seu **salário**. Uma enteada de 12 anos e a mãe de Mikael, que atualmente está desempregada, também dependem dos vencimentos do atleta, que entrou em campo onze vezes pelo Potiguar nesta temporada, marcando um gol.

Já o atacante Antonio Júnior, 24, que estava

vinculado ao Santa Cruz antes da pandemia, sequer mantém renda relacionada ao futebol atualmente. Com o clube longe das competições nacionais e com compromissos ligados apenas ao Estadual, a maioria dos atletas possuíam contrato válido até abril, prazo original para o fim da competição. 'O clube foi muito correto com todos os jogadores. Pagaram o mês de março completo, mesmo com as atividades terminando na metade de março', afirmou o atleta, que tem passagens pelas categorias de base do ABC e América e mora, hoje, em Goianinha.

Toinho, como também é chamado no mundo do futebol, substituiu a renda do esporte com a venda de produtos de beleza de forma autônoma. É essa atividade que leva comida à mesa da família do jogador, composta pela esposa e um enteado. 'Passei a vender também trufas. Continua a ser uma fonte de vendas, mesmo que tenha caído um pouco com a pandemia', afirma o jogador, que revela ter sido aprovado pelo Dataprev no lote mais recente de beneficiários que tentaram o auxílio emergencial.

Essa não é a primeira ocasião que Antonio Júnior fica longe do futebol. Entre 2014 e 2017, o atleta revela que ficou por três anos desempregado, sem vínculo com clube algum, período que teve que se virar para complementar a renda de modo honesto, como bem define. 'Fiz de tudo um pouco nesse período, foi aí que comecei com a venda de trufas', afirma o atacante, que se despediu do Santa Cruz com sete jogos e nenhum gol marcado na temporada.

Situação varia de acordo com o clube

A necessidade de desempenhar uma outra função durante à pandemia é mais presente em clubes de menor estrutura. No caso de ABC e

América, por exemplo, a situação é mais estável. Em ambos os clubes, foram anunciadas reduções salariais dos jogadores, práticas recriminada pelo Sindicato dos Atletas de Futebol do RN (Safern), mas que manteve os atletas com contrato vigente com os clubes com vencimentos mesmo durante a paralisação. Os atletas foram acompanhados pelos profissionais da comissão técnica para treinos de forma remota, como forma de manter a preparação física sem grandes perdas para o retorno das atividades, ainda sem data definida.

Além do Potiguar, que segue pagando seus benefícios, outro clube do estado que disputará uma competição nacional é o Globo FC. Em entrevista à Jovem Pan News Natal, o técnico Renatinho Potiguar afirmou que o clube rescindiu alguns contratos e suspendeu outros vínculos, dentro do que é disposto na MP 936, medida provisória que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia de Covid-19. 'Alguns atletas estão recebendo parte ou todo o **salário** pelo Governo Federal',

Um estudo feito pela EY a pedido da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), repercutido em reportagem em dezembro do ano passado pelo jornalista Rodrigo Mattos, revelou que o futebol movimentou um total de R\$ 52,9 bilhões na **economia** do Brasil, o que representou 0,72% do Produto Interno Bruto do país em 2018, ano cuja os dados foram coletados.

Arbitragem também enfrenta problemas

Não é só a turma da bola do pé que sofre sem a pandemia. Os árbitros ligados à FNF também sentiram na pele o peso da paralisação da modalidade. É o caso de Diego Leonardo, 29, um dos mais promissores árbitros do quadro

potiguar e que recentemente conseguiu vínculo junto à CBF. 'Sem os jogos, perco a principal fonte de renda', afirma.

Além do futebol profissional, Diego 'apita' jogos de fut-7, futebol de areia e bocha paralímpica. Todas as atividades, segundo determinações da secretaria de Saúde do Governo do Estado, estão paralisadas até segunda ordem. No caso do árbitro, um paleativo foi a chegada do benefício do auxílio emergencial, o qual foi beneficiado nos primeiros lotes aprovados pelo Dataprev. 'Inicialmente achei que não seria sequer contemplado, mas depois terminei conseguindo por conta da atividade remunerada como árbitro. [O benefício] não é o suficiente, mas ajuda muito. Negociei o que eu pude nas minhas despesas e estou conseguindo me virar. Estava quitando as prestações de uma moto, mas tive de congelar o pagamento', comenta.

O árbitro Carlos Alberto de Berto, de 33 anos, também ligado à FNF, é porteiro de um condomínio e tira seu sustento durante à paralisação do futebol da atividade que exerce. Berto, que já foi coveiro, abriu mão do transporte público como forma de economizar gastos durante a pandemia. ' Vou ao trabalho de bicicleta, então já é um exercício bom. A situação geral mudou muito para os árbitros, até mais do que em comparação aos jogadores. Nós estamos com dificuldades para treinar e para manter nossas contas em dia", explicou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Projeto que limita juros do cartão e do cheque especial pode ser votado nesta semana no Senado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: USP imagens/CP Memória

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve colocar em votação nesta semana o projeto que limita os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito durante a pandemia do novo coronavírus. Proposta é reduzir taxas, hoje em três dígitos, para 30% ao ano. Bancos dizem que medida é 'intervenção artificial' danosa.

O projeto é polêmico. Mexe no **mercado** financeiro, interferindo em contratos privados. A Febrabran (Federação Brasileira dos Bancos)

trabalha contra a iniciativa, alegando que a medida pode prejudicar ainda mais a **economia**.

A expectativa é que a proposta entre na pauta do Senado da próxima quarta-feira (1º).

O projeto é de autoria do senador Álvaro Dias (Podemos-PR) e o seu relatório já foi concluído há mais de um mês. O parecer foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e traz alterações nos limites em relação ao texto original.

O relatório que será votado pelos senadores no plenário virtual.

O autor propunha um limite de 20% nos **juros** cobrados ao ano no cartão de crédito e no cheque especial. O relator alterou a taxa para 30% ao ano.

Martins fez exceção às linhas de cartão de crédito concedidas pelas instituições financeiras inovadoras, as chamadas fintechs, que teriam limite de 35% ao ano.

'É um fato: esse pessoal que perde renda com a pandemia está entrando no cheque especial, usando cartão, e não têm condições de pagar **juros** que vão a 300% ao ano. Todos estão dando a sua contribuição e chegou a hora de os bancos darem a deles também', disse o relator.

Além de alterar a taxa, Martins também modificou no seu parecer o tempo de validade da proposta para o final de dezembro deste ano, quando encerra o período de calamidade decreto pelo governo federal por causa da

pandemia.

O texto original reduzia os **juros** das dívidas contraídas até julho de 2021.

A defesa pela aprovação do projeto foi estruturada por Martins em dados fornecidos pelo próprio BC (Banco Central).

De acordo com a entidade, em março deste ano, quando o país já enfrentava a doença causada pelo novo coronavírus, a linha de crédito do cheque especial tinha um saldo de cerca de R\$ 52 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões para as pessoas jurídicas e R\$ 32 bilhões para as pessoas físicas.

Os **juros** oscilaram em 312% ao ano para as pessoas jurídicas e de 130% ao ano para as físicas. A inadimplência média era de 14,8% para as pessoas jurídicas e 15,2% para as pessoas físicas.

O cartão de crédito tinha taxas ainda mais pesadas para as pessoas físicas.

De acordo com o BC, os empréstimos nessa totalizavam cerca de R\$ 112 bilhões, sendo que as pessoas jurídicas respondiam por cerca de R\$ 8 bilhões, e as pessoas físicas, por R\$ 104 bilhões.

Os **juros** médios eram de 140% para as pessoas jurídicas e 326% para as pessoas físicas. Nesta categoria, a taxa de inadimplência estava em 5,5% e 6,6%, respectivamente.

'Endividamentos no cartão de crédito e no cheque especial vão criar um passivo enorme, drenar os minguados recursos das famílias

brasileiras e dificultar ainda mais a retomada da atividade econômica', disse Álvaro Dias, autor da matéria.

A votação do projeto foi tema de embate na reunião entre os líderes partidários da última semana, quando eles cobraram do presidente da Casa que a proposta seja colocada em apreciação.

Alcolumbre garantiu que o tema volta nesta semana, o que intensificou a pressão dos representantes do setor bancário junto aos congressistas.

De acordo com o presidente da Febraban, Isaac Sidney, projetos que reduzem a taxa bancária podem agravar a crise econômica do país. Segundo Sidney, a iniciativa dos senadores promove o que ele chamou de 'intervenção artificial' na atividade econômica e nos contratos.

'Situações como essas ocorreram no passado, e a história já revelou que não se mostraram eficazes. Projetos de tabelamento, se aprovados, produzirão, sob a ótica do preço dos serviços financeiros, efeitos econômicos negativos, além do enorme potencial de gerar dano à imagem do país, ao ambiente de negócios e ao apetite por investimentos', afirmou.

Se aprovado no Senado, o projeto ainda vai precisar passar pela análise dos deputados. Se sofrer modificações, volta ao Senado antes de ser encaminhado para sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Segundo o presidente da Febraban, a mobilização para que a proposta não seja

votada continuará no Congresso.

'A Febraban tem procurado sensibilizar lideranças políticas sobre os efeitos danosos de propostas que vão na direção do tabelamento de taxas de **juros**, aumento de impostos, congelamento de limites de crédito, suspensão obrigatória de prestações do consignado, não negativação de devedores inadimplentes, não cobranças e execução de dívidas', afirmou.

FolhaPress

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Projeto que limita juros do cartão e do cheque especial pode ser votado nesta semana no Senado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve colocar em votação nesta semana o projeto que limita os **juros** do cheque especial e do cartão de crédito durante a pandemia do novo coronavírus. Proposta é reduzir taxas, hoje em três dígitos, para 30% ao ano. Bancos dizem que medida é 'intervenção artificial' danosa.

O projeto é polêmico. Mexe no **mercado** financeiro, interferindo em contratos privados. A Febrabran (Federação Brasileira dos Bancos) trabalha contra a iniciativa, alegando que a medida pode prejudicar ainda mais a **economia**.

A expectativa é que a proposta entre na pauta do Senado da próxima quarta-feira (1º). O projeto é de autoria do senador Álvaro Dias (Podemos-PR) e o seu relatório já foi concluído há mais de um mês. O parecer foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e traz alterações nos limites em relação ao texto original.

O relatório que será votado pelos senadores no plenário virtual. O autor propunha um limite de 20% nos **juros** cobrados ao ano no cartão de crédito e no cheque especial. O relator alterou a taxa para 30% ao ano. Martins fez exceção às linhas de cartão de crédito concedidas pelas instituições financeiras inovadoras, as chamadas fintechs, que teriam limite de 35% ao ano.

'É um fato: esse pessoal que perde renda com a pandemia está entrando no cheque especial, usando cartão, e não têm condições de pagar **juros** que vão a 300% ao ano. Todos estão dando a sua contribuição e chegou a hora de os bancos darem a deles também', disse o relator.

Além de alterar a taxa, Martins também modificou no seu parecer o tempo de validade da proposta para o final de dezembro deste ano, quando encerra o período de calamidade decreto pelo governo federal por causa da pandemia. O texto original reduzia os **juros** das dívidas contraídas até julho de 2021.

A defesa pela aprovação do projeto foi estruturada por Martins em dados fornecidos pelo próprio BC (Banco Central). De acordo com

a entidade, em março deste ano, quando o país já enfrentava a doença causada pelo novo coronavírus, a linha de crédito do cheque especial tinha um saldo de cerca de R\$ 52 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões para as pessoas jurídicas e R\$ 32 bilhões para as pessoas físicas.

Os **juros** oscilaram em 312% ao ano para as pessoas jurídicas e de 130% ao ano para as físicas. A inadimplência média era de 14,8% para as pessoas jurídicas e 15,2% para as pessoas físicas.

O cartão de crédito tinha taxas ainda mais pesadas para as pessoas físicas. De acordo com o BC, os empréstimos nessa totalizavam cerca de R\$ 112 bilhões, sendo que as pessoas jurídicas respondiam por cerca de R\$ 8 bilhões, e as pessoas físicas, por R\$ 104 bilhões.

Os **juros** médios eram de 140% para as pessoas jurídicas e 326% para as pessoas físicas. Nesta categoria, a taxa de inadimplência estava em 5,5% e 6,6%, respectivamente.

'Endividamentos no cartão de crédito e no cheque especial vão criar um passivo enorme, drenar os minguados recursos das famílias brasileiras e dificultar ainda mais a retomada da atividade econômica', disse Álvaro Dias, autor da matéria.

A votação do projeto foi tema de embate na reunião entre os líderes partidários da última semana, quando eles cobraram do presidente da Casa que a proposta seja colocada em apreciação. Alcolumbre garantiu que o tema volta nesta semana, o que intensificou a

pressão dos representantes do setor bancário junto aos congressistas.

De acordo com o presidente da Febraban, Isaac Sidney, projetos que reduzem a taxa bancária podem agravar a crise econômica do país. Segundo Sidney, a iniciativa dos senadores promove o que ele chamou de 'intervenção artificial' na atividade econômica e nos contratos.

'Situações como essas ocorreram no passado, e a história já revelou que não se mostraram eficazes. Projetos de tabelamento, se aprovados, produzirão, sob a ótica do preço dos serviços financeiros, efeitos econômicos negativos, além do enorme potencial de gerar dano à imagem do país, ao ambiente de negócios e ao apetite por investimentos', afirmou.

Se aprovado no Senado, o projeto ainda vai precisar passar pela análise dos deputados. Se sofrer modificações, volta ao Senado antes de ser encaminhado para sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Segundo o presidente da Febraban, a mobilização para que a proposta não seja votada continuará no Congresso.

'A Febraban tem procurado sensibilizar lideranças políticas sobre os efeitos danosos de propostas que vão na direção do tabelamento de taxas de **juros**, aumento de impostos, congelamento de limites de crédito, suspensão obrigatória de prestações do consignado, não negativação de devedores inadimplentes, não cobranças e execução de dívidas', afirmou.

FolhaPress

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Saiba como a taxa Selic baixa pode influenciar seu bolso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A taxa básica de **juros**, a Selic, chegou ao menor patamar da história no último dia 17, ao ser fixada em 2,25% ao ano. Pela oitava vez consecutiva, os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiram reduzir a taxa, como já era esperado pelo **mercado** financeiro.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Em comunicado, o BC informou que a redução dos **juros** nas últimas reuniões é compatível com os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus e que, para as próximas reuniões, poderá haver um "ajuste residual" no estímulo monetário.

Mas por que o Banco Central tem reduzido os **juros** básicos? E de que forma isso afeta o dia a dia dos cidadãos?

A taxa de **juros** Selic é a referência para os demais **juros** da **economia** e é definida pelo Copom em oito reuniões ordinárias ao longo do ano. É a taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Uma vez definida a taxa Selic, o BC atua diariamente comprando e vendendo títulos públicos federais - para manter a taxa de **juros** próxima ao valor definido na reunião do Copom.

Por meio da definição da Selic, o BC busca controlar a inflação do país, mantendo-a dentro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Para este ano, a meta é de 4%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%. Devido à pandemia de coronavírus, que desaqueceu a **economia**, o **mercado** financeiro projeta inflação abaixo do piso da meta.

Com a inflação baixa e o país registrando até deflação, como ocorreu em maio, o BC tem tido espaço para cortar a Selic. Em situações normais, ao reduzir a Selic, o Banco Central estimula a **economia** porque os **juros** mais baixos ajudam a tornar o crédito mais barato e incentivam o consumo e os investimentos.

Entretanto, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de conceder

crédito e definir as taxas, como o risco de inadimplência, gastos administrativos e lucro.

Assim, mesmo com a Selic baixa, no cenário de pandemia, os consumidores estão receosos em gastar mais devido ao medo de desemprego ou de perder renda, e os bancos não reduzem os **juros** por causa do maior risco de inadimplência.

No atual cenário, o diretor executivo de estudos e pesquisas da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel José Ribeiro de Oliveira, diz que a única certeza é que os rendimentos dos investimentos serão menores. 'É uma certeza - se cai a Selic, caem os rendimentos dos investimentos', afirmou.

Poupança

Os investimentos em poupança têm rendimentos menores com a Selic mais baixa. Isso acontece porque os rendimentos da poupança são 70% da Selic, mais a Taxa Referencial (TR). Mesmo assim, Oliveira diz que a poupança ganha em rendimento de investimentos em fundo de renda fixa, porque não tem cobrança de Imposto de Renda e taxa de administração.

Em maio, os brasileiros depositaram R\$ 37,2 bilhões a mais do que retiraram da aplicação. Foi a maior captação líquida para todos os meses desde o início da série histórica, em 1995.

Segundo Oliveira, isso aconteceu porque as pessoas estão guardando dinheiro em vez de consumir. Outro fator é que os créditos do auxílio emergencial são feitos na poupança

social da Caixa.

Investimentos em bolsa

O diretor da Anefac aconselha investimentos na bolsa somente para as pessoas que aceitam correr risco e pensam em um investimento de longo prazo. 'A **economia** quase parada vai afetar o resultado das ações. É diferente de outros investimentos em que você não corre o risco de perder o principal (valor aplicado). Não é o momento para entrar na bolsa, a não ser que queira assumir risco e pense a longo prazo', disse.

Empréstimos e renegociação de dívidas

Para quem tem dívidas com os bancos, este pode ser um bom momento para renegociar. Oliveira diz que os bancos querem reduzir o nível de inadimplência e, por isso, os consumidores podem conseguir taxas melhores ao renegociar.

Quem precisa tomar um empréstimo, pode não encontrar taxas de **juros** atrativas. 'Na prática, com as empresas quebrando e as pessoas perdendo emprego, o banco tem dúvidas se o cliente vai conseguir pagar o empréstimo. A Selic cai, mas os bancos não repassam essa redução porque o risco está maior', explicou.

Mercado imobiliário

Com o cenário de incertezas, Oliveira destaca que os bancos têm sido muito seletivos na hora de conceder crédito imobiliário. E os consumidores devem ser mais cautelosos no momento. 'Se não sabe se está estabilizado no emprego ou não tem uma reserva, é preciso pensar se este é o momento de fazer uma

dívida tão alta de longo prazo', disse.

Para quem compra para investir, este pode não ser um bom momento porque as empresas estão repensando se é necessário manter estruturas alugadas ou se vale estimular o trabalho em casa. Além disso, com pessoas perdendo emprego pode ser mais difícil alugar o imóvel. 'Há o risco de comprar para locação e o imóvel ficar parado, com custos com IPTU e condomínio', disse.

Consumo

Em cenário de menor consumo, as empresas podem fazer promoções para conseguir vender mais. Entretanto, Oliveira recomenda o aumento de gastos somente se o preço estiver realmente muito bom. 'O momento agora é de preservar patrimônio. O consumidor pode precisar amanhã do dinheiro que gasta hoje', destacou.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Fecomércio: Atormentado por crises perpétuas, real não encontra respiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A moeda com o pior desempenho e mais volátil do mundo provavelmente permanecerá exatamente a mesma no resto do ano: fraca e volátil.

Dólar subiu 22% no acumulado do ano com o real afetado por uma série interminável de escândalos políticos, aumento dos níveis de endividamento e nível de carry baixo.

E, embora o real pareça barato, olhando para a taxa de câmbio efetiva - a taxa ajustada pela inflação em relação às moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil - não se espera

uma recuperação tão cedo. Moeda tem se mantido desvalorizada desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff há cinco anos, e o cenário econômico não está melhorando.

A diferença entre as taxas de câmbio nominal e efetiva permaneceu pouco alterada, mesmo com o colapso do real neste ano devido à pandemia do coronavírus impedindo a **economia** de se beneficiar do impacto fiscal da reforma da Previdência aprovada em outubro de 2019.

'Somos pessimistas em relação ao real no médio prazo, porque a situação fiscal após o Covid-19 será muito mais desafiadora', disse Italo Lombardi, estrategista sênior de **mercado** emergente do Credit Agricole, em Nova York, que espera que a relação dívida / PIB suba 15 pontos percentuais este ano. 'Nesse contexto, os ganhos obtidos com a reforma da Previdência são significativamente reduzidos e as perspectivas fiscais tornam-se preocupantes novamente.'

Aumento do nível da dívida

O Ministério da **Economia** espera que a proporção da dívida suba para 93,5% do PIB até o final do ano, com o aumento dos gastos para enfrentar as conseqüências econômicas e de saúde da pandemia. O salto ante o nível de 79,7% no final de abril torna os fundamentos tão pouco atraentes que é difícil atrair o capital estrangeiro necessário para fortalecer o real.

A proposta de elevar temporariamente o limite

de gastos fiscais para combater a pandemia de coronavírus torna a situação ainda mais preocupante, pois poderia desencadear um salto nas despesas antes das eleições municipais deste ano.

Carry baixo

Houve uma época em que o Brasil ofereceu um os patamares mais atraentes de carry do mundo, reforçando a moeda. Esses tempos se foram.

As taxas de **juros** recuaram constantemente por cinco anos, à medida que o banco central intensifica os estímulos monetários em meio ao crescimento econômico cada vez menor. As taxas caíram tanto que agora é barato apostar contra o real ou usá-lo como proteção para outros investimentos, como ações.

Ninguém está prevendo um aumento nas taxas no curto prazo devido aos efeitos deflacionários da crise do coronavírus. E se as taxas voltarem, é mais provável que seja devido aos riscos de um déficit fiscal crescente do que ao crescimento econômico e à inflação mais fortes do que o esperado.

Turbulência política

O real melhorou em relação ao nível recorde de baixa de meados de maio, com o investidor aprendendo a conviver com a crise política quase perpétua. Mesmo assim, a história indica que a relativa calma do **mercado** é facilmente quebrada. Só precisa de uma faísca

Potenciais catalisadores incluem o relacionamento tenso do presidente Jair Bolsonaro com o STF, protestos semanais

exigindo intervenção militar e investigações associadas aos filhos de Bolsonaro.

Além disso, a abordagem descontraída e não ortodoxa do presidente da pandemia criou tensões com os governadores. O Brasil se tornou um epicentro global para o coronavírus, com mais casos do que qualquer outro país, exceto os EUA. No entanto, as cidades estão reabrindo e uma segunda onda do vírus é outro risco que ajuda a tornar os ativos brasileiros uma escolha apenas para os corajosos.

'O Brasil está em uma posição desafiadora para atrair investidores internacionais, pois oferece baixas taxas de **juros**, baixo crescimento e alto risco político', afirmou Lombardi.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

‘Estamos pagando uma conta muito alta. Insuportável’



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: MICHELSON FROTA

Passados mais de tris meses do inicio da pandemia, qual a situação do co-mércio em Mossoró hoje?

O comércio e o» serviços de todo o estado atravessam imensas dificuldades. São mais de 100 dias de um quadro exlremamcncte preocupante noqual maisde 10 mil empregos formais já foram perdidos no Estado e quase R\$ 200 bilhões perdidos no faturamento dos comércios atacadista e varejista. Aqui em Mossoró, temos cerca de 9 mil empresas do

comércio e dos serviços fechadas e perdemos, até maio, algo em torno de 1.200 empregos formais nos dois segmentos. Importante destacar que mesmo aqueles estabeleci-ment

Por quanto tempo mais as lojas, os estabelecimentos comer c iais, conseguem permanecer fechados sem “quebrar”, sem falir?

Eu d iria que já estouramos este tempo, este nosso limite. Como eu disse, já temos mais de mil empregos ceifados e muitas empresas que certamente ou não reabrirão mais ou, caso o façam, conseguirão permanecer por muito pouco tempo ainda em atividade, ('ada dia a mais nesta condição só eleva estes números negativos.

O comércio está preparado para reabrir as suas portas, com segurança?

Não tenho dúvidas disso. Estamos prontos e seguimos nos preparando. Por exem- plo, dentro de todo um conjunto de ações que oSistema Fecomércio RN tem desenvolvido, lançamos, nas duas últimas semanas, dois pacotes de cursos gratuitos ou com preços simbólicos. O primeiro está ligado especi- ficamente ao setor de Turismo, que foi de sen- volvido em parceria com a Secretaria de Turismo do Estadoe entidades ligadas ao setor, como ABI11, Sindicato dos 1 hotéis, Convention Bureau, entre outras. Ele prevê, por exemplo, ações integradas dos empreendimentos turísticos para garantir a saúde pública e organizar a retomada gradativa das atividades. O Plano direciona a retomada com embasamento técnico e

cientifico, por meio de protocolos de biossegurança muito consistentes. Como

sabemos o turismo é uma das cadeias que mais geram emprego e renda, e foi um dos setores mais afetados pela crise. Além disso, terá retomada bem mais difícil, e é nessa questão onde reside a maior importância desse plano.

E quanto aos demais segmentos?

Quanto aos demais segmentos, lançamos seis cursos que elaboramos com muito critério e que abordam de maneira multidisciplinar as diretrizes gerais de saúde conforme orientações da Organização Mundial de

44 Saúde (OMS), bem como a utilização dos equipamentos de proteção individual. A humanização do atendimento e ferramentas para adequação, sobretudo, dos pequenos negócios à nova realidade de **mercado** também são temas contemplados nas capacitações. Inicialmente, estão disponibilizadas 850 vagas, beneficiando Creches e Escolas. Escritórios, Lojas, Estabelecimentos de Beleza e Estética. Shoppings e Praças de Comércio, Estúdios de Pequeno Porte e Personal Trainers. Neste caso, as aulas começam nesta segunda-feira, dia 29.

A prefeita Rosalba Ciarlini anunciou que o Município já possui um plano de reabertura gradual da **economia** local, e que esse plano será divulgado assim que for possível colocá-lo em prática. O Sindicato colaborou na construção desse plano?

Sim. Nós fomos convidados e participamos de algumas discussões com os representantes da Prefeitura. Não só o Sindicato como também outras entidades do setor produtivo de Mossoró. Nós defendemos o isolamento vertical, onde apenas os grupos de risco deveriam se manter em casa, defendemos a flexibilização do comércio, com base no

equilíbrio entre os segmentos, com horários reduzidos e, acima de tudo, com responsabilidade, atendendo todas as normas recomendadas pela autoridades de saúde, para garantir a proteção e segurança tanto dos colaboradores quanto dos consumidores, Nós tivemos essa participação. mas até agora esse novo plano de reabertura não nos foi apresentado.

O Governo do Estado já divulgou portaria com detalhes da etapa 1 do plano de reabertura. Criou-se uma expectativa quanto à aplicação desse plano, que acabou não se confirmando. Como o senhor avalia essa situação?

É lamentável que mais uma vez tenhamos adiado esta retomada. Nunca é demais lembrar que este Plano de Retomada Gradual da **Economia** foi apresentado pelas entidades empresariais ao Governo no dia 6 de maio. Trata-se de um documento construído por um grupo de trabalho com representantes de suas equipes técnicas, além de representantes das Secretarias de Tributação e Desenvolvimento Econômico do RN, da Agência de Fomento do RN, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e da Thémata Consultoria. O documento obteve parecer técnico favorável do Comitê de Especialistas da Secretaria Estadual de Saúde Pública, devendo ser utilizado pelo Governo do RN. Ele prevê a retomada gradual das atividades consideradas não essenciais. A ideia é seguir gerando emprego e renda com todo o cuidado necessário para preservar vidas e conviver com o vírus de maneira responsável e segura.

A Fecomércio/RN emitiu uma dura nota criticando o adiamento do início do plano...

A nossa nota não disse nada além da verdade. O setor produtivo fez sua parte, até além. Mas, faltaram os governos sim. Faltaram ações mais contundentes e que criassem o ambiente

propício à retomada. Isso não foi feito e nós estamos pagando uma conta muito alta, insuportável, eu diria. E esta conta também está sendo paga pelos governos. O Governo do Estado, por exemplo, já perdeu quase R\$ 500 milhões em arrecadação e este número cresce exponencialmente.

O senhor acredita que a abertura gradual começará, de fato, a partir de julho?

É nossa esperança, nossa necessidade. Nossa, da sociedade e dos governos.

E qual a expectativa para essa reabertura? Como os segmentos acreditam que será o comportamento do consumidor pós-pandemia?

Esta é a pergunta que povoa o dia a dia de todos nós, empreendedores. Uma coisa é fato: da mesma forma que as empresas sairão diferentes desta pandemia, os consumidores também não serão os mesmos. Infelizmente, uma das primeiras coisas que eles terão será cautela. Ninguém está plenamente seguro sobre o futuro, sobre se conseguirá se manter empregado, etc. Além disso, atendimentos online e comodidades como entrega em domicílio serão coisas que o consumidor irá cobrar de todos os segmentos. Um dos principais desafios é entender o consumidor, o novo c

Para finalizar, como o senhor avalia as críticas que os empresários, os segmentos empresariais de forma geral, recebem quanto à retomada das atividades econômicas? Parece haver uma disputa entre **Economia** X Saúde...

Nunca existiu esta dicotomia. **Economia** e saúde neste caso são interdependentes. As pessoas morrem de Covid-19, mas também podem morrer por falta de perspectivas, por estarem muito tempo isoladas. O equilíbrio, responsável e de bom senso, entre os dois

pontos sempre foi o que defendemos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Programa Papo de Fogão deste sábado será com Forró Meirão e vai ter receita de baião de dois e bolo de milho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

O último programa de São João, deste ano, do Papo de Fogão será com Forró Meirão, terá a receita de baião de dois, preparado pela cozinheira Mariazinha da Casa do Matuto, o

bolo de milho feito por Bia Ubarana, do Bolo da Vovó e Fernando Amaral vai preparar a vaca atolada da Gastronomia Solidária/**Mesa Brasil** Sesc.

O Papo de Fogão é exibido amanhã na TV Ponta Negra/SBT, 9h e na Band Nordeste, Alagoas e Maranhão 10h e Piauí, 10h30.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL

Sesc RN realiza live sobre benefícios do ensino a distância com pesquisador



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O isolamento social em decorrência da pandemia do novo coronavírus transformou a forma de ensinar em inúmeras instituições espalhadas pelo Brasil, inclusive nas escolas do Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**). Para debater esta mudança, os benefícios e seus impactos, o **Sesc RN** convidou o pesquisador holandês e doutor em Educação, Edwin Giebelen, para uma live, na terça-feira (02), a partir das 16 horas.

A transmissão ocorrerá no perfil oficial da instituição no instagram (@sescrn) e na ocasião o convidado irá expor sua experiência com educação online, educação híbrida, tecnologia digitais e estratégias de aprendizagem. O

mediador será o diretor regional do **Sesc RN**, Fernando Virgílio.

O doutor Edwin Giebelen é pedagogo e reside atualmente na Holanda, onde atua no departamento de Desenvolvimento Educacional da Eindhoven University of Technology. Ele já coordenou rede nacional de EaD do Senac, possui mestrado em Educação pela UFPB, com atuação na Educação a Distância, Tecnologias Digitais, Cognição Humana e Estratégias de Aprendizagem.

O Ministério da Educação (MEC) reconhece que o ensino a distância será uma realidade e com impactos mesmo após a pandemia. No último dia 17, foi publicado no Diário da União, a portaria 544/2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus, estendendo a decisão até 31 de dezembro de 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SESC RN